

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



**Dissertação**

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: os casos  
dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro – Capão do Leão (RS)**

**Luciana Muszinski**

Pelotas, 2010

**LUCIANA MUSZINSKI**

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro – Capão do Leão (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2010.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:  
Bibliotecária Kênia Bernini CRB-10/921**

M991t Muszinski, Luciana

A teologia da libertação e a luta pela reforma agrária:  
os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de  
Outubro – Capão do Leão (RS) / Luciana Muszinski ;  
Orientador : William Héctor Gómez Soto . – Pelotas,  
2010.

143f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal  
de Pelotas.

1. Teologia da libertação. 2. Reforma agrária. 3.  
MST. I. Soto, William Héctor Gómez , orient. II. Título.

CDD 322.44

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Cesar Góes

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giancarla Salamoni

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

## **AGRADECIMENTOS**

A realização do Mestrado em Ciências Sociais e do presente trabalho somente foi possível através do auxílio e da colaboração de diversas pessoas. Por este motivo agradeço:

A minha família, que possibilitou que eu pudesse realizar o curso, contribuindo com, além do auxílio econômico, o apoio e o incentivo. Agradeço-lhes também pelas vezes que se dispuseram a me acompanhar durante a pesquisa de campo, com a intenção de facilitar o meu trabalho.

Ao meu professor e orientador Dr. William Héctor Gómez Soto, que me apresentou à Sociologia Rural durante a graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Agradeço-lhe pela disponibilidade, atenção, paciência, por suas indagações, correções e orientações, as quais foram fundamentais para a concretização do presente trabalho.

Aos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, que abriram as portas de suas casas, possibilitando a realização das entrevistas e da observação participante, o que foi fundamental para a concretização deste trabalho.

A todos os citados acima, muito obrigada por terem contribuído com mais esta conquista em minha vida.

## RESUMO

MUSZINSKI, Luciana. **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA**: os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro – Capão do Leão (RS). 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

Este trabalho apresenta uma análise das manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária. A Igreja teve grande influência e participação na formação do MST, pois a partir da Teologia da Libertação é que a Igreja faz a “opção preferencial pelos pobres”, atribuindo ao pobre o papel de sujeito transformador de sua própria realidade social, trazendo, desta maneira, esperança à luta dos que não têm terra e impulsionando essas pessoas a lutarem pela reforma agrária. Além disso, a Igreja exerceu um papel fundamental na legitimação da luta pela terra no Brasil através da disseminação de uma ideologia político-religiosa, em que a Terra “é uma dádiva de Deus”, “é um bem de todos”. Sendo a organização e as formas de luta pela reforma agrária, desenvolvidas pelo MST, legitimadas pela Teologia da Libertação, torna-se objetivo central deste trabalho identificar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária. A hipótese deste trabalho é a de que a ideologia da Teologia da Libertação, a qual é constituída por um conjunto de concepções, se manifesta nos discursos e nas práticas sociais dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, justificando a luta pela reforma agrária e estruturando uma relação de Afinidade eletiva entre Igreja e MST.

Palavras-chave: teologia da libertação. reforma agrária. MST.

## ABSTRACT

MUSZINSKI, Luciana. **LIBERATION THEOLOGY AND THE AGRARIAN REFORM FIGHT**: the 24 de Novembro and 25 de Outubro settlements' cases – Capão do Leão (RS). 2010. 143 f. Dissertation (Master's). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas.

This work presents an analysis of the ideological manifestations of the Liberation Theology in the agrarian reform fight. The church had great influence e participation in the MST formation, because it's from the Liberation Theology that the church does the "preferential option for the poor", attributing to the poor the role of subject transformer of his own social reality, bringing, on this way, hope to the fight of the ones that not have land and stimulating these people to the agrarian reform fight. Moreover, the church exercised a fundamental part in the legitimating for the land fight in Brazil, through of the disseminating of a politic religious ideology, where the land "is a God gift", "is a common good". Being the organization and agrarian reform fight ways, developed by MST, legitimated by Liberation Theology, becomes the central objective of this work identify the ideological manifestations of the Liberation Theology in agrarian reform fight. The hypothesis of this work is that the Liberation Theology ideology's, which is constituted by a conceptions set's, it manifests in the speeches and social practices of the 24 de Novembro and 25 de Outubro settlements' dwellers, justifying the agrarian reform fight and structuring an elective affinity's relations between the church and MST.

Key words: liberation theology. agrarian reform. MST.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa ilustrativo do estado do Rio Grande do Sul indicando a localização do município de Capão do Leão (RS) .....	66
Figura 2 – Mapa ilustrativo da rota do município de Pelotas (RS) ao Centro Agropecuário da Palma, onde se situa o assentamento 24 de Novembro .....	67
Figura 3 – Mapa ilustrativo da rota do município de Pelotas (RS) ao acesso a Embrapa pela BR 116, onde se situa o assentamento 25 de Outubro .....	67
Figura 4 – Criação ovina no assentamento 24 de Novembro .....	75
Figura 5 – Criação bovina no assentamento 24 de Novembro .....	76
Figura 6 – Produção de morangos no assentamento 24 de Novembro.....	76
Figura 7 – Moradora do assentamento 24 de Novembro produzindo pães .....	77
Figura 8 – Horta orgânica cultivada em residência do assentamento 25 de Outubro .....	78
Figura 9 – Horta orgânica cultivada em residência do assentamento 24 de Novembro .....	78
Figura 10 – Quadro com lema do Movimento, que tem origem na CPT, em residência do assentamento 24 de Novembro.....	80
Figura 11 – Ponte sobre a barragem que separa em dois grupos o assentamento 24 de Novembro .....	96
Figura 12 – Moradora do assentamento 24 de Novembro, demonstrando sua forte crença na Igreja Católica, ao ser fotografada com a Bíblia nas mãos .....	97
Figura 13 – Imagens religiosas em residência do assentamento 24 de Novembro .....	100
Figura 14 – Altar religioso em residência do assentamento 24 de Novembro .....	100
Figura 15 – Bandeira Nacional e imagem religiosa em residência do assentamento 25 de Outubro .....	102
Figura 16 – Bandeira do PT e imagens religiosas em residência do assentamento 25 de Outubro .....	102
Figura 17 – Altar religioso em residência do assentamento 25 de Outubro.....	103

Figura 18 – Capela de Nossa Senhora Aparecida em residência do assentamento 25 de Outubro.....	103
Figura 19 – Frente da Igreja Luterana, situada no assentamento 24 de Novembro .....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo a condição do responsável e grupos de área total — 1920-1960.....	51
Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo a condição do responsável e grupos de área total — 1970-1985.....	52
Tabela 3 – N° de moradores por sexo e faixa etária no assentamento 24 de Novembro .....	69
Tabela 4 – N° de moradores por sexo e faixa etária no assentamento 25 de Outubro.....	70
Tabela 5 – N° de moradores entrevistados por sexo e ocupação anterior no assentamento 24 de Novembro.....	71
Tabela 6 – N° de moradores entrevistados por sexo e ocupação anterior no assentamento 25 de Outubro .....	72
Tabela 7 – N° de famílias entrevistadas por religião no assentamento 24 de Novembro .....	95
Tabela 8 – N° de famílias entrevistadas por religião no assentamento 25 de Outubro.....	98

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Master – Movimento dos agricultores sem terra
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PT – Partidos dos Trabalhadores
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- UFPEl – Universidade Federal de Pelotas
- ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	5
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	6
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I - UMA REVISÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE IDEOLOGIA E DISCURSO E A NOÇÃO DE AFINIDADE ELETIVA</b> .....	21
1.1 Uma revisão das principais concepções de ideologia .....	21
1.2 Ideologia e discurso: de Gramsci a Laclau e Mouffe .....	25
1.3 Afinidade eletiva em Max Weber .....	28
<b>CAPÍTULO II - A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL</b> .....	32
2.1 Teologia da Libertação: “opção preferencial pelos pobres” .....	32
2.2 A formação e o papel da CPT .....	38
<b>CAPÍTULO III - A QUESTÃO AGRÁRIA</b> .....	43
3.1 As concepções dos clássicos da Sociologia Rural .....	43
3.2 A questão agrária no Brasil .....	49
<b>CAPÍTULO IV - A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DO MST</b> .....	56
4.1 A luta pela reforma agrária no Brasil .....	56
4.2 A formação e o papel do MST .....	60
4.3 A luta pela reforma agrária nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro .....	65
4.3.1 Origem e formação dos assentamentos .....	68

4.3.2 Origem das famílias assentadas.....	71
4.3.3 Inserção das famílias assentadas no MST .....	73
4.3.4 Forma de organização da produção nos assentamentos .....	74
4.3.5 Atividades econômicas dos assentamentos .....	75
4.3.6 A luta pela reforma agrária nos assentamentos .....	79
4.3.7 O significado da Terra para as famílias assentadas .....	82
4.3.8 Análise comparativa dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.....	83

**CAPÍTULO V - AS MANIFESTAÇÕES IDEOLÓGICAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA .....** 85

5.1 Religiões predominantes nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.....	95
5.2 Presença e papéis das Igrejas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.....	98
5.3 Observação Participante em encontros religiosos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro .....	104

**CONCLUSÕES .....** 110

**REFERÊNCIAS .....** 115

**APÊNDICES .....** 120

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada aos integrantes das famílias dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro .....	121
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aberta aplicada às famílias dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro .....	123
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aberta aplicada aos coordenadores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro .....	124
APÊNDICE D – Entrevista semi-estruturada e aberta aplicadas a uma família do assentamento 24 de Novembro.....	125
APÊNDICE E – Entrevista aberta aplicada a uma coordenadora do assentamento 24 de Novembro .....	136
APÊNDICE F – Entrevista semi-estruturada e aberta aplicadas a uma família do assentamento 25 de Outubro .....	138

APÊNDICE G – Entrevista aberta aplicada a um coordenador do assentamento 25 de Outubro.....	142
---	-----

## INTRODUÇÃO

O fim do escravismo no Brasil ao final do século XIX trouxe paralelamente a necessidade da formação de um excedente de trabalhadores no campo que substituísse o trabalho escravo. A Lei de Terras de 1850 foi um mecanismo compulsório para a formação deste excedente de trabalhadores, na medida em que, a partir desta lei, a forma de aquisição da terra passa a ser através da compra. Desta maneira, os que não tinham como comprar a terra teriam então, para ter acesso a esta, trabalhar para os senhores donos de terra<sup>1</sup>.

Através da promulgação da Lei de Terras, que seria uma solução à abolição da escravatura, formou-se um excedente tão grande de trabalhadores rurais que estes passaram a se inserir no campo através de formas precárias de trabalho, além de que muitos migraram para as cidades em busca de uma vida melhor. Esta lei, ao transformar a terra em mercadoria, ou seja, ao criar a propriedade da terra no Brasil, fez com que a luta pela terra se intensificasse, surgindo a partir de então diversos movimentos de resistência na terra.

A estrutura sócio-econômica desigual no campo brasileiro<sup>2</sup> foi a causa para o surgimento de lutas pela terra em diferentes contextos históricos no Brasil. Entre estas lutas ocorreram as messiânicas, como a de Canudos e Contestado e o banditismo social do Cangaço, na primeira metade do século XX, além das lutas pela reforma agrária radicais, nas quais se situam as Ligas Camponesas, já na segunda metade do mesmo século.

A formação de um excedente de trabalhadores rurais teve como consequência a falta de emprego e a miséria no campo brasileiro, sendo que muitos trabalhadores rurais foram em busca da solução para estes problemas ao migrarem para as cidades em busca de trabalho, desenvolvendo-se, desta maneira, um processo de êxodo rural, o qual se agravou através do reflexo do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Este trabalho toma como referência os autores José Graziano da Silva (1981, 1982), Bernardo Mançano Fernandes (1999) e José de Souza Martins (2003, 2004) ao analisar a questão agrária, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e suas consequências.

<sup>2</sup> O presente trabalho apresenta, em capítulo posterior, dados do IBGE sobre a estrutura agrária, que englobam o período de 1920 a 1985 (tabelas 1 e 2).

capitalista no campo, a partir da década de 1960: a industrialização e a modernização da agricultura.

A industrialização e a modernização no campo brasileiro acentuaram, ainda mais, o processo de “desenraizamento”<sup>3</sup> dos trabalhadores rurais. Grande parcela destes trabalhadores, não tendo condições para comprar a terra e nem trabalho no campo, migraram para as cidades, submetendo-se, muitas vezes, à formas precárias ou até ilícitas de superação das necessidades, tornando este, também, um problema social urbano.

É através deste êxodo rural, resultante da Lei de Terras, que começaram a se formar nas cidades as favelas, e como consequência, houve o aumento da violência e da criminalidade, pois não havia empregos para todos. Ou seja, é da forma como se desenvolveu a questão agrária no Brasil que surgiram os principais problemas sociais no país, tanto no âmbito rural como no âmbito urbano, os quais foram agravados, posteriormente, por diversos fatores.

Ao lado da Lei de Terras, um histórico de exclusão social no campo somado a extinção em 1964, com o início do período militar, dos grupos que lutavam pela reforma agrária foram as causas para a necessidade da formação, na década de 1980, de um movimento que retomasse a luta pela reforma agrária no Brasil. Este movimento seria o MST.

O MST surge nos anos 1980 como uma “ressurreição” das Ligas Camponesas dos anos 1960. As Ligas eram, neste período, a esperança de acabar com a pobreza no campo e o êxodo rural, através da reforma agrária. Além disso, a reforma agrária se tornou pauta política a partir do crescimento das lutas por terra, através das Ligas Camponesas. Mas com o golpe militar esta luta foi freada, assim como muitas outras lutas sociais.

Para compreender a formação e a luta pela reforma agrária através do MST é necessário, primeiramente, analisar a formação e o papel da CPT, na medida em que o Movimento nasceu no seio desta.

A partir da década de 1960, a ala progressista da Igreja Católica passa analisar a sociedade através de um novo enfoque: a análise marxista. É a partir da apropriação do enfoque marxista pelo cristianismo que surge a Teologia da

---

<sup>3</sup> O termo “desenraizamento” é utilizado em documentos da Igreja para designar o processo pelo qual as pessoas são expropriadas, por algum motivo, de seu lugar de origem, perdendo, conseqüentemente, sua identidade cultural (CNBB, 1980).

Libertação, tendo como marco inicial a “opção preferencial pelos pobres” por parte da Igreja<sup>4</sup>.

É através desta nova maneira de enxergar a sociedade que a Igreja passa a denunciar o sistema capitalista como causa da opressão e injustiças sociais, ou seja, como causa do sofrimento dos pobres<sup>5</sup>. A Igreja, a partir da Teologia da Libertação, torna-se uma das instituições mais críticas ao sistema capitalista na sociedade.

A Teologia da Libertação é um conjunto de concepções, como se verá no decorrer deste trabalho, entre estas, a de que o pobre é sujeito e autor de sua própria história, e, além disso, é agente capaz de transformar a sua própria realidade social. A partir destas concepções a Igreja passa a ver o pobre e o oprimido como agentes ativos, capazes de lutar por mudanças sociais, e não mais como seres inertes às injustiças sociais.

É a partir da Teologia da Libertação que a Igreja percebe, ainda mais, a necessidade de um agente reprodutor da Teologia da Terra, que articulasse os grupos de apoio e luta pela reforma agrária. A luta pela reforma agrária passa a ser considerada pela ala progressista da Igreja uma solução às injustiças e pobreza no campo, havendo assim a necessidade de um agente que articulasse estas lutas.

A CPT – Comissão Pastoral da Terra - surge a partir desta necessidade, com o papel de reproduzir a Teologia da Terra no país, articular os grupos em torno da luta pela reforma agrária, além de proporcionar um serviço eficaz a estes grupos.

Com o nascimento da CPT como agente reprodutor da Teologia da Terra, havia ainda a necessidade de um agente que organizasse os pobres na luta pela reforma agrária. É com esse papel que forma-se, na década de 1980, o MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra, um movimento social de luta pela reforma agrária.

O MST é atualmente um dos movimentos mais populares e polêmicos no Brasil. A adesão a este movimento cresceu em grande escala desde a sua formação, o que pode se constatar nas ruas ou através dos meios de comunicação em geral. Esse é um motivo para que haja trabalhos acadêmicos em torno desta temática, pois se este movimento mobiliza várias categorias, pode ser considerado

---

<sup>4</sup> Este trabalho toma como referência os autores Luigi Bordin (1987) e Michael Löwy (2000) ao analisar a teologia da libertação.

<sup>5</sup> A categoria “pobre” é utilizada pelos teólogos da libertação para designar o sujeito oprimido. No presente trabalho as categorias “pobre”, “trabalhador rural” e “sem-terra” são sinônimos, designando o sujeito que luta pela reforma agrária.

um fenômeno inédito, pelo menos nestas proporções, então é objeto de estudo das Ciências Sociais.

Além disso, o MST, junto a CPT, é um dos principais responsáveis pela inserção da reforma agrária na agenda política do governo, pois esta passa a ser vista como uma solução à pobreza no meio rural.

A Igreja, desta forma, exerceu um papel fundamental na formação do MST, pois a necessidade da formação de um movimento que organizasse os pobres na luta pela terra ocorreu a partir de uma nova maneira de pensar a sociedade pela Igreja: a Teologia da Libertação.

Há, através da bibliografia analisada (MARTINS, 2004; NETO, 2006), afirmações sobre a presença de uma influência político-religiosa da Igreja Católica nos discursos e nas práticas sociais dos que lutam pela reforma agrária através do MST. Este trabalho desenvolve-se a partir da idéia de que esta influência político-religiosa é a Teologia da Libertação, manifestando-se na luta pela reforma agrária. As afirmações sobre a influência político-religiosa da Igreja sobre os discursos e práticas sociais do MST trazem a tona o problema do presente trabalho: de que maneiras se manifesta a ideologia da Teologia da Libertação no MST como justificativa à luta pela reforma agrária e estruturante da relação de Afinidade eletiva entre Igreja e MST?

A hipótese deste trabalho é a de que a ideologia da Teologia da Libertação se manifesta nos discursos e nas práticas sociais dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, justificando a luta pela reforma agrária e estruturando uma relação de Afinidade eletiva entre Igreja e MST.

Como se verá no decorrer deste trabalho a luta dos sem-terra pela reforma agrária é sinônimo de liberdade, seja esta do capital, dos patrões, da miséria e da pobreza.

É da formação do MST através da Igreja, sendo que a última percebe a necessidade da criação deste movimento em razão de uma nova maneira de pensar a sociedade, colocando no centro de suas ações o pobre, e das afirmações sobre a presença de uma influência político-religiosa da Igreja sobre o MST que surge o objetivo geral deste trabalho: identificar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária.

Para se alcançar o objetivo geral deste trabalho constatou-se a necessidade dos seguintes objetivos específicos: a) analisar as concepções da Teologia da

Libertação; b) analisar o grande discurso histórico do MST em torno da luta pela reforma agrária; c) analisar o pequeno discurso vivencial dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro em torno da luta pela reforma agrária; d) analisar as relações de Afinidade eletiva entre a Igreja e o MST a partir da Teologia da Libertação.

Numa pesquisa anterior desenvolvida pela a autora<sup>6</sup> o MST já havia sido objeto de estudo. O objetivo desta pesquisa foi identificar os desencontros entre o *grande discurso histórico*, que seria o discurso político dos militantes e, o *pequeno discurso vivencial* dos que lutam por trabalho na terra. Foi através desta pesquisa que a autora foi apresentada à Sociologia Rural por seu professor orientador. Desta pesquisa resultou a monografia do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da autora e, além disso, o conhecimento pela mesma de uma ampla bibliografia sobre questão agrária e luta pela reforma agrária no Brasil.

Durante a realização do curso de Mestrado em Ciências Sociais o projeto inicial desenvolvido pela autora, o qual tinha como tema as relações entre o PT e o MST, foi sofrendo metamorfoses enquanto a autora acumulava a leitura de ampla bibliografia em torno do tema Teologia da Libertação na América Latina. Desta maneira foi se desenvolvendo o problema de pesquisa, a hipótese, o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho.

Para desenvolver o presente trabalho foi necessário analisar, primeiramente, a ascensão histórica da Teologia da Libertação na América Latina. Desta maneira o estudo sobre história e papel da CPT tornou-se fundamental, pois esta tem como base a Teologia da Libertação, além de ser a maior propagadora da Teologia da Terra no Brasil. Para este fim foi aplicada a técnica da Análise de Conteúdo, que “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1977, p.44), em documentos da CPT e em entrevistas com padres e bispos pertencentes à ala progressista da Igreja. Desta forma foi analisado um total de 47 documentos e entrevistas com integrantes da Igreja e da CPT, sendo estas datadas a partir do início da década de 1980 até o fim de 2009. Através desta análise pode-se compreender o papel da CPT na luta pela reforma agrária.

Através do presente trabalho analisou-se também a história da questão agrária no Brasil e as lutas pela terra. Sendo o MST o maior movimento social já

---

<sup>6</sup> Ver Muszinski (2007).

existente no Brasil que tem como objetivo principal organizar os pobres na luta pela reforma agrária, a técnica da Análise de Conteúdo foi novamente aplicada em 88 documentos e entrevistas com João Pedro Stédile, um dos mais notáveis líderes do Movimento a nível nacional e representante do grande discurso histórico do MST. Estes documentos são datados a partir do ano de 1990 até o final de 2009. Estas últimas análises foram realizadas com o intuito de demonstrar de que maneira o MST apropria-se da Teologia da Libertação no discurso da luta pela reforma agrária.

Com o objetivo de analisar o pequeno discurso vivencial dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos foi realizada uma pesquisa de campo em que foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas a um número relevante de famílias de dois assentamentos vizinhos: os assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, situados no município de Capão do Leão (RS). As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas determinando, assim, os eixos para discutir, com o intuito de analisar a luta diária pela reforma agrária dentro dos assentamentos e, além disso, analisar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária.

Estas entrevistas não foram aplicadas individualmente, mas sim ao grupo da família, tendo como intenção evitar possíveis repetições de perguntas e respostas, já que durante as entrevistas os outros membros da família se fazem presente. Além disso, as entrevistas, ao serem aplicadas ao grupo da família, obtiveram como resposta a discussão entre os membros das famílias sobre as questões levantadas, o que tornou mais rico e dinâmico o conteúdo destas respostas.

A pesquisa de campo teve início no mês de outubro de 2009, prolongando-se até o final do mês de dezembro do mesmo ano, tendo duração, desta maneira, de três meses.

O assentamento “24 de Novembro” é também conhecido como “assentamento da Palma”. A área em que o assentamento 24 de Novembro está situado é de propriedade da UFPel, denominado oficialmente como Centro Agropecuário da Palma, ou mais conhecido como “Fazenda da Palma”. Há um total de 24 famílias neste assentamento, somando um total de 80 moradores. As entrevistas foram aplicadas neste assentamento a 19 famílias, pois 5 famílias não foram encontradas pela autora nos dias e horários em que se desenvolveu o trabalho de campo.

O assentamento 25 de Outubro também é conhecido como “assentamento da Embrapa”, por ser localizado em área da mesma. Há neste assentamento 15 famílias, somando um total de 45 moradores. No assentamento 25 de Outubro as entrevistas foram aplicadas a 11 famílias. Neste assentamento 4 das 15 famílias assentadas não foram encontradas para a aplicação da entrevista devido a incompatibilidade entre os horários da autora e das famílias assentadas.

Importante ressaltar que a autora se locomoveu de ônibus para desenvolver o trabalho de campo. Por este motivo houve desencontros entre a mesma e algumas famílias assentadas, pois o turno da noite não pôde ser utilizado para o trabalho de campo devido à falta de locomoção de volta para a cidade de Pelotas neste turno.

Além de analisar o pequeno discurso vivencial, foram analisadas também as práticas sociais dos moradores de ambos os assentamentos, através da organização, rituais, ações e simbologias utilizadas por estes. Por este motivo, foi necessário, além da aplicação de entrevistas, a Observação Participante, a partir da qual “o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda” (BECKER, 1999, p. 47). A Observação Participante foi realizada através da observação do cotidiano das famílias, além de encontros e rituais dos assentamentos. Desta maneira, foram observados missas e cultos realizados com o intuito de identificar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação nos mesmos.

Uma técnica muito utilizada no presente trabalho durante o processo de Observação Participante foi a da fotografia, com o intuito de registrar as Manifestações Ideológicas da Teologia da Libertação através de símbolos e práticas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, sendo assim estruturados:

O capítulo I traz discussões sobre alguns conceitos fundamentais para a análise proposta por este trabalho, sendo o primeiro deles o conceito de ideologia, o qual é necessário para se compreender o significado da Teologia da Libertação e as maneiras pelas quais esta se manifesta na luta pela reforma agrária. Outro conceito analisado neste capítulo é o de discurso, na medida em que o grande discurso histórico e o pequeno discurso vivencial em torno da luta pela reforma agrária são analisados. O conceito de Afinidade eletiva também é analisado neste capítulo, sendo que este se faz necessário ao analisar as relações entre Igreja e MST, através da Teologia da Libertação.

O capítulo II faz uma análise histórica sobre a ascensão da Teologia da Libertação na América Latina, apresentando, desta maneira, as principais concepções desta teologia. Além disso, sendo fruto da Teologia da Libertação, são analisadas a formação e o papel da CPT, a maior reprodutora da Teologia da Terra e a partir da qual forma-se o MST.

O capítulo III apresenta as concepções dos clássicos da sociologia rural acerca da questão agrária e da classe camponesa. Este capítulo apresenta ainda uma análise histórico-política sobre o desenvolvimento da questão agrária no Brasil.

O capítulo IV apresenta a história da luta pela terra no Brasil e a maneira pela qual esta luta transformou-se em luta pela reforma agrária, principal bandeira do MST. O grande discurso histórico do Movimento é apresentado neste capítulo, ao analisar a formação, o papel e os objetivos do MST. Ainda neste capítulo também é analisado o pequeno discurso vivencial dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

O capítulo V analisa as Manifestações Ideológicas da Teologia da Libertação no grande discurso histórico e no pequeno discurso vivencial em torno da luta pela reforma agrária. Analisa ainda as manifestações desta teologia nas práticas sociais dos que vivem nos assentamentos, identificando, desta maneira, as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta contínua pela reforma agrária e a conseqüente relação de Afinidade eletiva entre a Igreja e o MST.

## CAPÍTULO I

### UMA REVISÃO DAS CONCEPÇÕES SOBRE IDEOLOGIA E DISCURSO E A NOÇÃO DE AFINIDADE ELETIVA

O objetivo do presente capítulo é analisar as diferentes concepções em torno do conceito *ideologia*, argumentando, simultaneamente, sobre a concepção de ideologia tomada como referência neste trabalho para compreender o papel da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária. Tendo este trabalho a hipótese de que a ideologia da Teologia da Libertação se manifesta no discurso e nas práticas sociais dos que lutam pela reforma agrária, este capítulo analisa também o significado da categoria *discurso*. Este capítulo tem ainda como objetivo a análise do conceito *Afinidade eletiva*, com intuito de fazer compreender, no decorrer deste trabalho, as relações entre Teologia da Libertação e luta pela reforma agrária das quais resultam uma relação de Afinidade eletiva entre a Igreja e o MST.

#### 1.1 Uma revisão das principais concepções de ideologia

A concepção marxista de ideologia tem extrema importância para as Ciências Sociais, sendo muito abordada e discutida no meio acadêmico. Esta concepção é considerada, por muitos autores, fundamental para qualquer análise sobre o tema, pois é a partir desta que se desenvolvem as principais concepções de ideologia nas Ciências Sociais. Utilizando esta ou não, a análise marxista de ideologia é fundamental para se desenvolver qualquer argumentação que envolva esta temática.

Karl Marx e Friedrich Engels em *A ideologia alemã* (1980)<sup>7</sup> analisam a ideologia como um conjunto de idéias e de representações que domina o homem ou um grupo social.

---

<sup>7</sup> A ideologia alemã foi publicada originalmente em 1846.

É fazendo uma crítica aos filósofos alemães que Marx e Engels constroem a concepção marxista de ideologia. Segundo Marx e Engels em *A ideologia alemã* os filósofos alemães são idealistas, pois acreditam ser a consciência o que forma o indivíduo. Mas, de acordo com o pensamento de Marx e Engels, para que o homem possa pensar é preciso primeiramente existir e para que o homem possa existir é preciso que produza em função de sua existência. Desta maneira, segundo os autores, para entender as idéias é preciso analisar o homem, sua organização corporal, o ambiente natural onde vive e principalmente suas relações sociais de produção e trabalho (MARX, ENGELS, 1980).

Marx e Engels defendem a pesquisa da história material dos homens, suas relações entre si e suas relações com o meio natural, para, então, desvendar as formas de ideologias, pois é da vida material que surgem as ilusões ou verdades do espírito. Desta maneira a ideologia é analisada por Marx e Engels tendo como base o materialismo histórico (MARX, ENGELS, 1977).

É inclusive em *A ideologia alemã* que Marx e Engels analisam a religião como uma realidade social, abordando-a como uma das diversas formas de ideologia da sociedade. Religião é um conjunto de produção de idéias e de representações dos indivíduos, condicionada pelas relações sociais e pela produção material. Religião, de acordo com Marx e Engels é uma forma de consciência (MARX, ENGELS, 1980).

Como se pode perceber o estudo da religião como forma de ideologia não é recente. O que torna ainda mais fundamental, neste trabalho, a análise do conceito ideologia para compreender a Teologia da Libertação, pois esta constitui um conjunto de idéias e percepções que servem como base para analisar a realidade social pela ala progressista da Igreja.

Slavoj Zizek na introdução de *Um mapa da Ideologia* (1996), afirma a existência da ideologia *qua matriz* geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação, permitindo as pessoas agirem ou não, pois lhes oferece as informações necessárias para tomar alguma decisão.

Segundo este autor, de acordo com as diversas teorias sobre o conceito de ideologia apresentadas na obra citada acima, “a ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em

relação à realidade social até as idéias falsas que legitimam um poder político dominante” (ZIZEK, 1996, p. 9).

São apresentadas a seguir algumas das mais significantes concepções sobre o significado de ideologia.

Um primeiro autor relevante nesta discussão é o marxista Georg Lukács, para quem a realidade não é, torna-se. Segundo este autor em sua obra *História e Consciência de Classe* (1922) pensamento e existência são aspectos de um mesmo processo histórico e dialético, além disso, o simples ato de conhecer alguma coisa já a torna diferente (EAGLETON, 1996, p.180).

Ideologia, na visão de Lukács, “não é exatamente um discurso infiel de como as coisas são, mas um discurso que só lhe é fiel de uma maneira restrita e superficial, desconhecedoras de suas tendências e ligações mais profundas” (EAGLETON, 1996, p. 184). A ideologia, segundo este autor, é uma representação parcial da realidade.

A idéia de classes sociais como “sujeitos” é central na obra de Lukács. Uma classe não é somente um indivíduo coletivizado, mas sim agentes históricos, sendo a ideologia a projeção da consciência da classe. Dentro do sistema capitalista a ideologia que domina é a projeção da consciência burguesa, a qual esclarece o proletariado de seu papel revolucionário na totalidade concreta. É a consciência burguesa que estrutura ideologicamente a sociedade, submetendo todos aos seus interesses. A consciência da classe burguesa é falsa em relação à totalidade social, pois está de acordo com seus próprios interesses (EAGLETON, 1996, p. 187).

Para Eagleton (1996, p. 188), *História e Consciência de classe* “é prejudicado por uma supervalorização tipicamente idealista da própria ‘consciência’”, pois somente a consciência do proletariado, desvinculando-se da consciência da classe burguesa, pode levar a uma saída ao impasse do capitalismo.

Outro autor que se destaca na análise do tema ideologia é um marxista da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, para qual o mecanismo da troca abstrata é o segredo da ideologia em si. Para Adorno o pensamento ideológico “rebelar-se ante a noção de 'alteridade', daquilo que ameaça escapar de seu sistema fechado, e o reduz violentamente à sua própria imagem e semelhança” (EAGLETON, 1996, p. 201). Segundo este autor o oposto da ideologia é a diferença ou a heterogeneidade.

Através da visão de Adorno, a ideologia homogeneiza o mundo. A identidade é uma categoria fundamental para compreender o significado da

ideologia. O princípio de identidade traz consigo a esperança de uma reconciliação, esforçando-se para eliminar qualquer contradição. Para este autor, tal processo foi levado à perfeição do mundo do capitalismo tardio, ou seja, um mundo reificado, burocratizado e administrado. Segundo Adorno ideologia e identidade são inseparáveis, extinguindo-se tudo o que é heterogêneo (EAGLETON, 1996, p. 202-203).

Para o filósofo Jürgen Habermas, posterior na Escola de Frankfurt, o qual foi assistente de Theodor Adorno, a ideologia é “uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder” (EAGLETON, 1996, p. 203), ou seja, um discurso que se tornou um meio de dominação e que legitima as relações de força.

Segundo Eagleton (1996, p. 207) o oposto da ideologia, de acordo com Habermas, é uma forma particular de racionalidade “interessada”: a crítica emancipatória. Esta última somente pode ser alcançada pela auto-reflexão coletiva.

Para Habermas ideologia “é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob influência de interesses sociais inconfessos (de dominação, etc.), uma lacuna separa seu sentido público 'oficial' e sua verdadeira intenção” (ZIZEK, 1996, p. 16).

Outro autor que recupera a ótica marxista é Louis Althusser (2001) para qual a ideologia é materializada nas práticas das instituições — e o discurso, como prática social, seria então a “ideologia materializada”.

Althusser trabalha com o a concepção “aparelhos ideológicos do Estado”, que significa “certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 2001, p. 68). Segundo este autor, os aparelhos ideológicos do Estado funcionam através da ideologia. Cada um desses aparelhos é a realização de uma ideologia, seja esta religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc., sendo cada uma destas subordinadas a ideologia dominante.

Segundo Althusser “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 2001, p. 89). Ideologia, para este autor, é uma “representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe” (ALTHUSSER, 2001, p. 89). A ideologia seria então, segundo a concepção althusseriana, uma relação imaginária com as relações reais.

Através da ideologia, segundo Althusser, a sociedade nos “interpela”, dando às pessoas a impressão de que são singularmente valiosas. Através desta identificação a ideologia nos leva a sermos sujeitos individuais (EAGLETON, 1996, p. 215). A ideologia torna-se, desta maneira, indispensável para a produção de sujeitos humanos. A ideologia não é um conjunto de idéias primordialmente, mas sim uma estrutura que se impõe aos indivíduos, sem passar pela consciência.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu não analisa a ideologia em si, mas sim “os mecanismos pelos quais a ideologia adquire poder na vida cotidiana” (EAGLETON, 1996, p. 223). Para este fim Bourdieu desenvolve em seu trabalho *Esboço de uma teoria da prática* (1977) o conceito de *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições duradouras que geram específicas práticas. Segundo Eagleton (1996, p. 223):

Na própria “espontaneidade” de nosso comportamento habitual, portanto, reproduzimos certas normas e valores profundamente tácitos; o *habitus* é, pois, o mecanismo de transmissão pelo qual as estruturas mentais e sociais passam a se encarnar na atividade cotidiana. O *habitus*, como a própria linguagem humana, é um sistema aberto, que permite aos indivíduos lidarem com situações imprevistas e sempre mutáveis; portanto, é um 'princípio gerador de estratégias' que permite uma inovação incessante, e não um projeto rígido.

Habitus é aplicável ao conceito de ideologia, tendendo, desta maneira, “a induzir nos agentes sociais aspirações e atos compatíveis com os requisitos objetivos de suas circunstâncias sociais” (EAGLETON, 1996, p. 223).

A vida social dos indivíduos contém diferentes habitus, sendo estes inseridos em diferentes “campos”. O campo é um espaço social onde se estabelecem relações, regras e leis próprias, é um espaço de luta e confronto que estabelece uma relação entre posições desiguais. A idéia de campo vem de um princípio estruturalista, sendo que as regras desses espaços sociais se tornam princípios institucionais. O espaço dentro do “campo” é estruturador de práticas (BOURDIEU, 2007).

## 1.2 Ideologia e discurso: de Gramsci a Laclau e Mouffe

Um autor muito relevante o qual o presente trabalho toma como referência para a análise da Teologia da Libertação como ideologia é Antonio Gramsci. Este autor tem como categoria central em seus escritos não a ideologia em si, mas sim a

hegemonia. A palavra hegemonia é utilizada por Gramsci “para se referir as maneiras como um poder governante obtém, daqueles a quem subjuga, o assentimento à sua dominação” (EAGLETON, 1996, p. 195). Além disso, hegemonia é uma categoria mais ampla que ideologia, pois inclui a ideologia, mas não é redutível a ela.

Michèle Barrett (1996) explica que a melhor maneira para compreender no que consiste a hegemonia para Gramsci é enxergá-la como a organização do consentimento, ou seja, “os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção” (BARRETT, 1996, p. 238).

Desta maneira, Gramsci associa hegemonia à “sociedade civil”, sendo a última todas as instituições intermediárias entre o Estado e a economia. Eagleton (1996, p. 197) cita as estações de televisão pertencentes à iniciativa privada, a família, movimentos e Igrejas, entre outras instituições, como exemplos de aparelhos de hegemonia que ligam as pessoas ao poder hegemônico através do consentimento.

Hegemonia, para Gramsci, implica uma relação de forças entre as classes sociais, é uma dominação ideológica de uma classe sobre outras. A hegemonia é sempre inseparável da idéia de luta, o que talvez a ideologia não seja. Hegemonia sempre implica ideologia no sentido de que é através desta que uma classe se torna hegemônica sobre outras.

De acordo com Eagleton (1996, p. 198), em seus *Cadernos de notas da prisão*, Gramsci rejeita qualquer uso “negativo” do termo ideologia.

É a partir de Gramsci que há a transição de ideologia como um sistema de idéias para a ideologia como prática social. Este autor propõe uma diferenciação interna de ideologia. É necessário, segundo Gramsci (1977, p. 868), “distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalizadas, desejadas”.

As ideologias “historicamente orgânicas” são o objeto de estudo de Gramsci. Para este autor, a ideologia “é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1977, p. 377). A ideologia tem a capacidade de impulsionar as orientações das ações e as próprias ações das pessoas. Segundo Gramsci a ideologia “organiza a ação pelo modo

segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1977, p. 377).

Ideologias, na concepção de Gramsci, devem ser vistas como forças organizadoras que moldam o terreno de ação e luta dos homens e onde se conscientizam de suas posições sociais (EAGLETON, 1996, p. 198-199).

É nesse sentido que a Teologia da Libertação é analisada neste trabalho, como uma força, um impulsionamento que organiza o terreno dos que lutam pela reforma agrária. Desta maneira a concepção gramsciana de ideologia é fundamental para compreender o significado e a importância da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária.

A Teologia da Libertação é uma forma de ideologia a qual impulsiona os trabalhadores rurais a desenvolverem ações em busca da conquista da terra, ou seja, a lutarem pela reforma agrária. Mais do que isto, os protagonistas desta luta são impulsionados e encorajados a persistirem na terra conquistada, como se observará no desenvolvimento deste trabalho.

Os autores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe retomam a categoria central de Gramsci: a hegemonia. Para muitos, estes autores são considerados ex-marxistas, mas os próprios se autodenominam como pós-marxistas.

Laclau em *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* (1993) propõe repensar a discussão em torno de ideologia, que, segundo este autor, se baseia em dois enfoques básicos dentro da tradição marxista: a ideologia pensada como totalidade social e a ideologia como falsa consciência.

Em relação ao primeiro enfoque, a ideologia como totalidade social, Laclau (1993) explica que é impossível tratar a sociedade como homogênea, descartando, desta maneira, este enfoque de suas análises. Já o enfoque da ideologia como falsa consciência só tem sentido se a identidade do agente social é fixada ou reconhecida. Só a partir do reconhecimento da identidade de um indivíduo é que podemos afirmar se sua consciência é verdadeira ou falsa (LACLAU, 1993).

É importante discutir aqui a categoria “discurso”, que é crucial nos trabalhos de Laclau. Para este autor discurso é uma totalidade que inclui em si o lingüístico e o extralingüístico. Ou seja, o discurso é constituído não apenas pelo o que é dito, mas também por ações que impulsionam o que é dito. Segundo Laclau, toda identidade ou objeto discursivo se constitui em um contexto de ação (LACLAU, 1993).

Laclau e Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) argumentam que a estrutura discursiva é “sinônimo de uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais concretas” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 96). É através do discurso que se configura a ideologia de um grupo.

Segundo Laclau e Mouffe (1985) é no campo da discursividade que ocorrem disputas discursivas pela hegemonia. O discurso é uma prática social de natureza material, é resultado de uma prática articulatória que organiza ações de determinadas pessoas e grupos. Nesta prática articulatória os pontos nodais são essenciais, na medida em que são significados privilegiados dentro do discurso.

Desta maneira o presente trabalho se apropria deste conceito de discurso, analisando os discursos em torno da luta pela reforma agrária como resultados de uma prática articulatória que organiza as ações do Movimento nesta luta. Além disso, há nos discursos analisados pontos nodais. Como se constatará através deste trabalho, a organização dos pobres na luta pela reforma agrária, reflexo da concepção da Teologia da Libertação de que o pobre é agente transformador de sua própria realidade social, é um ponto nodal nos discursos do MST.

Além da concepção de discurso de Laclau e Mouffe, este trabalho se apropria ainda de denominações utilizadas por José de Souza Martins (2003), sendo estas o “grande discurso histórico” e o “pequeno discurso vivencial”. A primeira é utilizada para designar o discurso dos militantes e lideranças de determinado grupo, já a segunda designa o discurso dos que vivem a prática. Estas denominações são constantemente utilizadas neste trabalho, onde são analisados o *grande discurso histórico* do MST, sendo este os discursos dos militantes do Movimento, e o *pequeno discurso vivencial* dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, além ainda, dos discursos da CPT.

### 1.3 Afinidade eletiva em Max Weber

O conceito de Afinidade eletiva é utilizado no presente trabalho ao analisar as relações entre a Teologia da Libertação e a luta pela reforma agrária, as quais têm como consequência a Afinidade eletiva entre Igreja e MST, o que será discutido em capítulo posterior.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* o principal argumento de Max Weber é que existe um relacionamento de Afinidade eletiva (*Wahlverwandtschaft*) entre algumas formas religiosas e o estilo de vida capitalista. Nesta obra Weber (1967) relaciona a ética protestante à lógica do sistema capitalista, ao explicar como a ética puritana influencia o desenvolvimento do capitalismo. Weber define o espírito do capitalismo argumentando sobre sua afinidade com a ética religiosa da Igreja Protestante.

Segundo Michael Löwy, Weber não define exatamente o termo *Afinidade eletiva*, mas se deduz de seus escritos que ele se refere a um “relacionamento de atração mútua e de mútuo reforço, que em certos casos, leva a uma espécie de simbiose cultural” (LÖWY, 2000, p. 35).

É possível observar que para Weber existe uma tensão entre catolicismo e capitalismo, pois através da análise da *Ética Protestante* pode-se compreender que a Igreja Católica é um ambiente muito menos favorável ao desenvolvimento do sistema capitalista que as seitas calvinistas e metodistas. Mais que isto, o catolicismo parece ser completamente hostil ao capitalismo.

Não há nos escritos de Weber a análise específica sobre esta hostilidade catolicista ao capitalismo, mas segundo Löwy (2000) os argumentos que explicam esta tese estão dispersos e não sistematizados em diversos textos de Weber. Foi a partir desta afirmação que foi realizada, através do presente trabalho, uma análise bibliográfica dos principais escritos de Max Weber.

Em *A Ética Protestante*, Weber não aprofunda a análise sobre os obstáculos da doutrina católica ao desenvolvimento do capitalismo, mas em um trecho específico fica nítida a idéia de rejeição por parte da doutrina católica ao espírito de aquisição capitalista. Segundo Weber (1967, p. 73-74), na tradição católica:

o sentimento nunca foi totalmente superado, aquela atividade orientada para a aquisição em si mesma, no fundo, era um *puendum* que era preciso tolerar unicamente devido às necessidades inalteráveis da vida nesse mundo... A doutrina dominante rejeitava o espírito da aquisição capitalista como *turpido*<sup>8</sup>, ou, pelo menos não podia lhe dar uma sanção ética positiva.

Em outro texto, publicado após *A ética protestante*, Weber (1972) propôs a incompatibilidade dos ideais de um crente católico e a luta pela aquisição econômica, mas não explica as razões para esta incompatibilidade.

---

<sup>8</sup> Esse termo é utilizado por Santo Tomás ao caracterizar o desejo de lucro o qual Weber, em *A ética protestante*, explica que incluía até mesmo a inevitável feitoria de lucros (LÖWY, 2000).

Em um texto posterior, intitulado *Zwischenbetrachtung*, Weber trata da tensão e oposição entre a ética religiosa da fraternidade e a economia capitalista. Segundo Weber (1989, p. 487-488):

Quanto mais os cosmos da economia capitalista racional moderna segue sua próprias leis internas imanentes, tanto menos ele será acessível a qualquer relação imaginável com a ética religiosa da fraternidade... Racionalidade formal e substantiva nesse caso estão em conflito mútuo.

A ética religiosa não é apresentada por Weber como irracional diante do sistema econômico racional capitalista. Weber descreve ambos como diferentes tipos de racionalidade. Esta questão é tratada e aprofundada em *Economia e sociedade*. Segundo Weber (1923, p. 305):

Acima de tudo, é o caráter impessoal, economicamente racional, mas, conseqüentemente, eticamente irracional, dos relacionamentos puramente comerciais que faz surgir, precisamente nas religiões éticas, esse sentimento de desconfiança, que nunca é explicitado, e, por isso mesmo, é sentido ainda com maior profundidade. Todas as relações puramente pessoais de um ser humano com outro, sejam elas quais forem, inclusive a escravidão mais completa, podem ser regularizadas eticamente, e normas éticas podem ser estabelecidas, já que sua estrutura depende das vontades individuais dos participantes, e, portanto, há espaços para a demonstração de virtudes caritativas. O mesmo não se dá, no entanto, com as relações racionais comerciais, e quanto menos isso acontecer, mais racionalmente diferenciadas serão elas. A reificação da economia com base na socialização pelo mercado segue totalmente suas próprias leis objetivadas... O universo reificado do capitalismo, finalmente, não oferece qualquer espaço para uma inclinação caritativa. Portanto, em uma ambigüidade característica, o clero sempre apoiou – também nos interesses do tradicionalismo – a patriarquia contra as relações impessoais de dependência, embora, por outro lado, a profecia possa romper os elos patriarcais.

De acordo com Weber, devido ao caráter impessoal da dominação econômica do capital esta não pode ser regulada eticamente.

Em *Economic History* Weber faz o seguinte comentário (WEBER 1923, p. 305):

A profunda aversão da ética católica e, depois dela, da ética luterana, a qualquer iniciativa capitalista é essencialmente baseada no medo da natureza impessoal das relações no interior de uma economia capitalista. Essa impessoalidade é a razão pela qual determinadas relações humanas são arrancadas da Igreja e de sua influência, e porque passa a ser impossível para ela penetrá-las ou dar-lhes forma de uma maneira ética.

É importante ressaltar que no trecho acima Weber caracteriza tanto a ética católica como a luterana como opostas ao sistema capitalista. Weber insinua a existência de uma aversão ao espírito do capitalismo por parte da Igreja Católica e também por parte de algumas denominações protestantes. De acordo com Löwy

(2000, p. 40), no trecho citado acima temos uma exata inversão da *Afinidade eletiva* (*Wahlverwandtschaft*), havendo, desta maneira, uma inversão da afinidade eletiva entre a ética católica e o capitalismo.

A análise do termo *Afinidade eletiva* é essencial, na medida em que esta conceitualização é utilizada ao analisar as relações Igreja e MST em torno da luta pela conquista da terra. Em capítulos posteriores o presente trabalho apresenta de que forma se constrói esta relação de Afinidade eletiva a partir das manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária.

## **CAPÍTULO II**

### **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL**

É objetivo deste capítulo apresentar como se originou a Teologia da Libertação, além de compreender os seus significados. A Teologia da Libertação é o marco de uma mudança nas Igrejas Cristãs, pois, através desta, a Igreja passa a colocar no centro de suas ações o pobre e o oprimido. Esta teologia nasce do resultado de uma simbiose entre marxismo, como método utilizado para compreender as causas das injustiças sociais a partir da práxis, e cristianismo. Ao considerar os pobres como sujeitos de sua própria história e protagonistas de mudanças sociais, a Teologia da Libertação passa a impulsionar diversas lutas por mudanças no âmbito social, sendo uma delas a luta pela reforma agrária.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) formou-se tendo como base a Teologia da Libertação, levando esta à prática ao impulsionar as lutas pela reforma agrária no Brasil. Desta maneira é objetivo, ainda do presente capítulo, apresentar a formação histórica e analisar o papel da CPT.

#### **2.1 Teologia da Libertação: “opção preferencial pelos pobres”**

Houve, após a Primeira Guerra Mundial, um renascimento, uma renovação na Igreja Católica, assim como na Igreja Protestante. Essa renovação teve como causa a retomada de consciência por parte dos teólogos de que o instrumental hermenêutico utilizado nos séculos anteriores - a filosofia escolástica, no caso dos católicos, e a filosofia idealista, no caso dos protestantes - deveria ser substituído, pois já estava gasto.

Segundo Luigi Bordin (1987) os católicos encontraram no neotomismo o instrumento mais apropriado, já os protestantes encontraram-no no existencialismo. Mas já a partir dos anos 1950, nem o neotomismo e nem o existencialismo correspondiam mais a situação e visão de mundo vigentes na época. O processo de

secularização e a difusão do ateísmo tomavam conta da concepção neotomista, enquanto que o existencialismo cedia lugar a uma visão mais positiva da realidade e a um maior interesse pelos fenômenos políticos e sociais. Uma cultura mais cientificista começava a tomar conta da retórica humanista. Os teólogos necessitavam de um trabalho de renovação a partir do triunfo do neocapitalismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo, elaborando desta maneira, novas interpretações cristãs.

Entre as novas tentativas de interpretação teológica está a “teologia da morte de Deus”, que surgiu nos Estados Unidos no início dos anos 1960, em que os teólogos chegaram a propor “um cristianismo sem religião”. Segundo esta interpretação, qualquer conhecimento de Deus que não fosse comunicado por Ele Mesmo na Sagrada Escritura, era considerado diabólico. Desta maneira, a religião, como resultado do esforço humano, seria uma tentativa de apoderar-se de Deus, sendo considerada, desta maneira, diabólica. Bultmann e Tillich, teólogos desta interpretação, defendiam a utilização da linguagem da filosofia existencial para a desmitificação do Novo Testamento e a trans-mitificação do cristianismo. Já Bonhoeffer anunciava o evangelho para o homem que não precisava mais de um Deus “tapaburacos”, pois segundo este autor, as religiões afundam os homens em suas fraquezas, mostrando-lhes que somente elas próprias, ou somente Deus, podem fornecer uma explicação ou um apoio, sendo Deus, desta maneira, sinônimo de solução dos problemas insolúveis e dos limites dos homens. Desta maneira as religiões “se entregam a uma 'chantagem religiosa’”. A partir destas idéias os teólogos da “morte de Deus”, ao reformularem o credo cristão afastavam-se cada vez mais do mítico e do sobrenatural. Nesta teologia a vida cristã se traduz na “prática pela caridade e na luta pela a paz e pela justiça” (BORDIN, 1987, p. 36).

Após a teologia da “morte de Deus”, surge a teologia da esperança de Moltmann, na Europa, “filosoficamente fundamentada na interpretação blochiana do marxismo, a teologia política de Metz e, na América Latina, uma reflexão teológica centrada no processo de libertação dos povos explorados: a Teologia da Libertação” (BORDIN, 1987, p. 36-37).

A partir da década de 1960 há uma ruptura com o papel tradicional da Igreja em consequência de seu envolvimento cada vez maior nos conflitos sociais, surgindo deste modo a chamada “Teologia da Libertação” na América Latina.

Bordin (1987) situa a Teologia da Libertação no contexto geral da evolução do Cristianismo, abordagem indispensável para a análise das manifestações da teologia da libertação na luta pela reforma agrária.

Segundo Bordin a Teologia da Libertação elabora uma teologia a partir do fenômeno histórico-político do processo de emancipação dos povos. É uma teologia política, pois a partir deste processo se pergunta sobre o sentido da fé. Tem como suporte filosófico e científico a análise marxista, para poder captar o fenômeno político da libertação em sua plenitude histórica (BORDIN, 1987, p. 14).

Em 1968 a segunda assembléia geral do episcopado latino-americano abordou a temática da libertação integral, e em 1979, a terceira assembléia geral dos bispos em Puebla, México, ratifica essa temática e a “opção preferencial pelos pobres” (BORDIN, 1987, p. 60). A partir da Teologia da Libertação, a temática clássica, bíblica e teológica é lida com um interesse novo, do ponto de vista do oprimido e de sua libertação (BORDIN, 1987, p. 76).

Segundo Irinéia M. Franco Santos (2006), para ser verdadeiramente um cristão seria necessário, a partir de então, que houvesse comprometimento, o que geraria ações no sentido da busca pela libertação dos pobres. É o que ocorre com segmentos das Igrejas Cristãs, que passam a apoiar os pobres em suas lutas sociais, sendo uma delas a luta pela reforma agrária.

É na medida em que a Igreja parte para uma opção pelos pobres e pela classe operária que os teólogos da libertação passam a interpretar a sociedade de acordo com a corrente marxista, aspecto esse que ainda é muito criticado pelos setores conservadores da Igreja. O marxismo aparece como instrumento cultural, com a finalidade de entender o histórico e o político em sua positividade científica (BORDIN, 1987, p. 37).

Bordin faz uma breve explicação sobre o materialismo histórico de Marx, salientando que para este, as formas de consciências sociais estão interligadas às esferas política e jurídica, sendo estas últimas ligadas à estrutura econômica. O ponto de partida da análise marxista é a *práxis*, é a perspectiva materialista histórico-dialética do real. Estes são princípios básicos de onde parte a Teologia da Libertação (BORDIN, 1987, p. 89). Segundo Bordin (1987) através da Teologia da Libertação se está ao lado de Marx e ao lado de Cristo, simultaneamente, pelo fato desta teologia centralizar o pobre e o oprimido.

A crítica à Teologia da Libertação foi marcada na história, sendo que atualmente ainda há a discussão se houve o desaparecimento desta ou não. Michael Löwy (2000) é um dos autores que se propõe a responder esta questão.

A expressão “Cristianismo da Libertação” é apresentada por Michael Löwy em sua obra *A guerra dos deuses* (2000), para explicar no que constituiu a Teologia da Libertação na América Latina. Löwy analisa as novas relações entre religião e política a partir dos anos 1950, na América Latina, apropriando-se do conceito de *Afinidade eletiva* de Max Weber, o qual já foi explicado no capítulo anterior. Este seria o caso das esferas religiosa e política na América Latina, que se relacionam mutuamente reforçando uma a outra (LÖWY, 2000, p. 35).

O método utilizado para tal análise é o da sociologia da cultura na tradição marxista, inserindo neste alguns conceitos chaves de Max Weber, para a sociologia da religião.

Löwy utiliza o conceito *Cristianismo da Libertação*, para analisar as relações entre religião e política na América Latina, por este ser um conceito mais amplo que “teologia” e “igreja”, e também por incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto à fé e a prática. Além disso, o termo *Cristianismo da Libertação* é utilizado, pois Löwy não analisa somente a Teologia da Libertação na Igreja Católica, mas também na Igreja Protestante.

A emergência do cristianismo revolucionário e da Teologia da Libertação abre um novo capítulo à esfera religiosa e trazem à tona questões que, segundo Löwy, não podem ser respondidas sem uma análise marxista da religião. O autor explica que, segundo Marx, a religião é o “ópio do povo”, no sentido de ser o suspiro do oprimido.

Mesmo sendo contrário à religião, Marx atribui a esta última um caráter duplo. Segundo Marx (1969, p. 304):

A angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a *expressão* da verdadeira angústia e um *protesto* contra a verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espírito. É o *opíaco* do povo.

Löwy (2000, p. 56) explica que Teologia da Libertação é um conjunto de textos escritos a partir da década de 1970 na América Latina. O autor salienta ainda que Teologia da Libertação é, mais precisamente, “a expressão de um vasto movimento social que surgiu na década de 1960”.

Além disso, Löwy facilita muito a compreensão sobre o que consiste a Teologia da Libertação ao citar uma série de princípios básicos encontrados em grande parte dos escritos dos mais conhecidos teólogos da libertação. Estes princípios são, segundo Löwy (2000, p. 61):

1. A luta contra a idolatria (não ao ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelos Faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: Bens materiais, Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a 'Civilização Ocidental Cristã'.
2. Libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus.
3. Uma crítica da teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mas inseparáveis.
4. Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma de luta de um povo escravizado por sua libertação.
5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de *pecado estrutural*.
6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe.
7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação.
8. O desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.

Segundo Löwy (2000) é possível resumir o significado da Teologia da Libertação de acordo com apenas um dos princípios citados acima, através da expressão “opção preferencial pelos pobres”, expressão esta consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla, em 1979. Mas deve-se acrescentar que, de acordo com esta teologia, os pobres não são mais objeto de atenção caridosa, como eram de acordo com a tradicional doutrina da Igreja, mas são “agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história” (LÖWY, 2000, p. 60).

Segundo Roniere Ribeiro do Amaral (2006) a partir da Teologia da Libertação foram formados diversos movimentos sociais e entre estes movimentos surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que faziam parte de uma estratégia de aproximar a Igreja do povo e não de ser alternativa a ela.

De acordo com Bordin (1987) as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), surgem como uma nova forma de organização pastoral, relacionada com as massas. Através dessa nova experiência se inicia um processo de renovação da Igreja, redemocratizando-se a partir das massas populares. De acordo com Bordin (1987)

as CEBs são entidades, grupos de pessoas ligadas entre si em razão geográfica, sendo seus objetivos centrais a reflexão crítica sobre a realidade, confrontada com a Palavra de Deus e a prática. Nesse confronto, os participantes alcançam uma consciência política.

Löwy (2000) explica que as CEBs forneceram parte dos membros aos novos movimentos sociais e políticos que surgiram durante o período de redemocratização, sendo alguns deles o PT e a CUT, e o MST.

Além das CEBs, a CPT – Comissão Pastoral da Terra – também nasceu dentro desse movimento da Igreja em defesa dos direitos humanos, sendo que muitos autores, como José de Souza Martins (2004), explicam o surgimento do PT e do MST a partir da CPT, o que é analisado em capítulo posterior.

O *Cristianismo da Libertação* latino-americano, segundo Löwy (2000), representa uma inovação radical por defender, além de outras idéias, a participação cristã nos movimentos e partidos populares não-religiosos, como o MST e o PT. O *Cristianismo da Libertação* contribuiu para o surgimento de partidos trabalhistas, como o PT, que hoje tem sua dinâmica própria.

Durante a reorganização partidária o PT, institucionalizado em 1980, apresentou-se tendo por base sindicalistas, intelectuais, militantes das esquerdas não vinculadas aos partidos comunistas e religiosos ligados a Teologia da Libertação. Sempre houve uma relação de apoio dos setores progressistas da Igreja, ligados a Teologia da Libertação, a este partido, além da participação direta neste, pelo fato de o PT representar um compromisso com as classes mais desprivilegiadas e apresentar uma crítica ao capitalismo, assim como a ala progressista da Igreja através da Teologia da Libertação. De acordo com Löwy (2000), o PT nasce dentro da Igreja, ao lado do setor progressista desta e dos teólogos da libertação, sendo o PT para estes, uma esperança na luta por “emancipação dos pobres”.

Segundo Tomás Balduino, presidente nacional da CPT, a partir da “opção preferencial pelos pobres”, houve uma profunda virada na Igreja, pois pobre passa a ser entendido como sujeito e autor de sua própria história e não mais como objeto de ação caritativa da Igreja (BALDUÍNO, 2001).

A partir desta visão do pobre como sujeito e autor de sua própria história começa a surgir a necessidade de organização destes em lutas por mudanças no âmbito social, sendo uma delas a luta dos trabalhadores sem-terra pela reforma

agrária. Esta luta é impulsionada pela CPT, que tem como base a Teologia da Libertação.

## 2.2 A formação e o papel da CPT

Em 1970, após ter apoiado o golpe militar por medo da ameaça comunista, a ala progressista da Igreja Católica passa a enxergar o capitalismo como causa do sofrimento dos pobres, tornando-se assim, opositora ao regime militar.

Segundo Tomás Balduino (2001), é em meio a esse quadro repressivo que nasce a Comissão Pastoral da Terra em Goiânia em junho de 1975, com a missão de ser um mecanismo organizativo que articulasse os grupos de agentes solidários aos camponeses e prestasse a estes um serviço eficaz.

É da relação entre o marxismo com o cristianismo que resulta a Teologia da Libertação, como já foi explicado anteriormente, sendo que a partir desta teologia os pobres passam a ser os principais protagonistas na luta por mudanças sociais e em busca de sua libertação, e não são mais considerados vítimas.

Através da Teologia da Libertação a Igreja passou a enxergar o capitalismo como a causa do sofrimento dos pobres (LÖWY, 2000). Este legado é apropriado pelo MST posteriormente, que se torna um grande opositor do sistema capitalista, através de uma crítica político-religiosa.

Em 1975 nasce a CPT – Comissão Pastoral da Terra – levando à prática essa nova concepção libertadora da ala progressista da Igreja. A luta pela reforma agrária passou a ser impulsionada pela CPT, representando a “longa caminhada” em rumo à terra prometida, renovando, desta maneira, a fé dos pobres do campo. O nascimento da CPT possibilitou a Igreja levar à prática a Teologia da Libertação, através da luta pela reforma agrária (SOTO; MUSZINSKI, 2007b).

Segundo documento da CNBB intitulado *Igreja e problemas da terra* (1980) a Igreja tem a missão de convocar os homens para que vivam como irmãos e superando toda e qualquer forma de exploração. De acordo com este documento a Igreja não deve apenas ouvir como fazia até então, mas assumir os sofrimentos, lutas e esperanças dos que são vítimas da desigual distribuição e posse da terra.

Além disso a CNBB (1980) salienta neste documento que a presença de milhares de migrantes no Brasil é consequência, principalmente, da concentração da

propriedade da terra e das transformações das relações de trabalho no campo. O processo de migração leva a um “desenraizamento” do povo, tendo como consequência uma perda de identidade, pois o rompimento dos vínculos sociais gera insegurança e, mais do que isso, a perda de referências culturais, sociais e religiosas. Através do presente trabalho pode-se perceber que é este processo de desenraizamento que a CPT procura reverter ao estimular as lutas pela reforma agrária.

Ainda em *Igrejas e problemas da terra* (1980) são denunciados os conflitos entre empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros de um lado e, posseiros e índios de outro, pois toda forma de violência é utilizada para expulsar os últimos da terra. Mais adiante, neste capítulo, se pode observar que um dos papéis da CPT é justamente denunciar a violência contra os pobres no campo.

A CNBB (1980) critica o “modelo de desenvolvimento econômico”, pois favorece um lucro sem limites dos grandes grupos econômicos. Importante salientar que esta crítica é baseada na Teologia da Libertação, a qual faz uso do referencial marxista para criticar o sistema capitalista, analisando as causas econômicas e sociais do sofrimento dos pobres.

Em *Igreja e problemas da terra* é importante ressaltar ainda conceitos citados como “sociedade fraterna” e “justiça”, como objetivos da Igreja para com os povos. Estes conceitos são muito utilizados nos discursos de João Pedro Stédile, como se constatará em um capítulo posterior, referindo-se aos diversos objetivos do MST.

Neste documento (CNBB, 1980) há uma interessante distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócios”, sendo a terra para trabalho a terra possuída não para exploração ou especulação, mas sim por quem nela trabalha.

Outra distinção importante é entre “propriedade capitalista da terra” e a “propriedade privada da terra”. Propriedade capitalista é um instrumento de exploração de trabalho diferente da propriedade privada da terra, pois a última é utilizada como instrumento de trabalho pelo próprio trabalhador e sua família, ou é utilizada por seu proprietário com mão-de-obra assalariada, cumprindo sua função social e respeitando os direitos do trabalhador (CNBB, 1980).

Importante salientar que a Terra é um bem natural pertencente a todos. A Terra não é produto do trabalho, mas é o trabalho que legitima sua posse (CNBB, 1980). Esta concepção está muito presente nos discursos dos moradores dos

assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, o que será demonstrado em capítulo posterior.

José de Souza Martins, em um artigo datado em 1980, época em que ainda era assessor da CPT, descreve que posseiro “é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento da sua família” (MARTINS, 1980, p.8). Pode-se perceber que este é basicamente o mesmo significado do conceito clássico de camponês.

Segundo Martins (1980, p. 8) os posseiros não são invasores, invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários, que os expulsam de sua posse. Este discurso de que o posseiro não é invasor é muito utilizado por João Pedro Stédile, líder nacional do MST, ao se dirigir aos trabalhadores rurais sem terra. Stédile estabelece constantemente em seus discursos a diferença entre “ocupação” e “invasão”, afirmando que os trabalhadores sem terra não invadem, mas sim ocupam a terra.

No caderno *Conflitos do campo* (1990, contracapa) a CPT explicita que sua função é “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais”.

A Terra segundo a CPT tem um significado muito espiritual, pois esta é uma dádiva de Deus, e por isso pertence a todos. Terra é mais do que terra, “é Mãe Terra”. Segundo Tomás Balduino (2000, informação verbal)<sup>9</sup>, presidente nacional da CPT:

Terra é mais do que terra. Justamente porque terra é chão e símbolo. É, sem dúvida, o pedaço de terreno necessário à subsistência da família, mas é também a Terra prometida, cuja conquista só acontece na união, na organização, na luta de enfrentamento contra os donos que se apoiam nas instituições públicas. Terra é espelho revelador das estruturas de opressão incrustadas na nossa sociedade. É o lugar da convivência de uns com os outros, com a natureza, com a memória dos ancestrais e dos que nos antecederam na luta dando a vida pela justiça na terra. Terra é partilha, é festa, é celebração, é romaria. Terra é dignidade, justiça, igualdade, participação e solidariedade. Terra é democracia, é mudança radical e profunda, é nova sociedade. Terra é a criação toda, é a natureza que já clama por saúde e vida no chão, no ar, nas águas, nas plantas, nos peixes, nas aves, nos animais, no homem e na mulher. Terra é Mãe Terra. Terra é Pachamama!

Esta visão de “Terra Mãe” é muito difundida nos assentamentos analisados no presente trabalho, como se verificará mais adiante.

---

<sup>9</sup> Informação fornecida em entrevista por Tomás Balduino, 2000. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1188&eid=26>.

Em 1997, a CPT reassume o compromisso de ser um serviço à luta dos trabalhadores rurais pelo direito de viver, trabalhar e possuir a terra, pois a última é um Dom de Deus e fonte de vida (CPT, 1997).

Segundo Balduino (1998), o protagonista da reforma agrária é o trabalhador rural, não há reforma agrária sem este protagonista. A partir deste discurso Balduino deixa nítida a visão provinda da Teologia da Libertação, de que o pobre é agente transformador de sua própria realidade social, visão esta que se manifesta nas práticas do MST, pois é o próprio trabalhador rural sem terra o protagonista da luta pela reforma agrária.

Em 1999 a CPT lança o *Documento da Terra* em que legitima as lutas pela terra e reforma agrária, pois o ideal de vida exige a libertação da terra, que é um Dom de Deus para todos. A negação deste direito pela sociedade e pelo o Estado, segundo o documento da CPT, legitima e tornam necessárias as lutas pela conquista da terra. Através deste documento, a CPT salienta que somente através de um “movimento popular” é possível organizar a sociedade brasileira a favor da reforma agrária, pois esta é uma necessidade e um interesse comum. A Igreja, desta forma, explicita seu apoio ao MST. Salienta-se ainda, neste documento, que é do cultivo da terra que nascem os alimentos saudáveis para a sociedade e a renda necessária às exigências atuais de uma “vida digna”, que seria “moradia”, “saúde”, “educação” e “lazer”. Valores estes que estão presentes em muitos discursos do MST, através de Stédile, e que também estão inseridos nos discursos dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos analisados, como será demonstrado nos próximos capítulos.

A Igreja deixa claro o seu compromisso com as lutas no campo e seu apoio a reforma agrária através do *Documento da Terra*, pois neste ressalta que “assume o compromisso de apoiar e fortalecer as lutas pela terra e, também, apoiar e fortalecer as iniciativas que fazem da terra conquistada uma terra boa de viver” (CPT, 1999)<sup>10</sup>. Percebe-se, através deste documento, um nítido apoio da Igreja às lutas por terra, ou seja, às lutas pela reforma agrária. Este apoio da Igreja às lutas pela terra legitimam as ações do MST na luta pela reforma agrária.

A reforma agrária é considerada como fundamental pela CPT, pois é a democratização da propriedade de terra, o que garante o acesso à terra a todos que

---

<sup>10</sup> Documento eletrônico disponível em:  
<<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1172&eid=3>>.

necessitam dela para viver e trabalhar (CANUTO; BALDUÍNO, 2003). Ou seja, a reforma agrária é uma solução para o problema do desemprego, e conseqüentemente, para a pobreza. Novamente nota-se o apoio da Igreja, através dos discursos da CPT, à luta pela reforma agrária.

Em diversos documentos os teólogos da libertação comparam a luta pela reforma agrária com a luta do povo de Deus em busca a Terra Prometida. Esta comparação se transforma em esperança do povo na luta pela reforma agrária, encorajando-os e impulsionando-os para esta luta. Através do documento *Povo de Deus em Marcha* (2005), Balduino faz esta comparação, salientando ainda que o povo quer conquistar a terra para “trabalhar” e “produzir” nesta, e conseqüentemente ter uma vida digna.

Em entrevista recente Balduino (2009) explica que a reforma agrária deveria ser entendida de forma ampla, com um relacionamento “sui generis” com a terra. Salienta mais uma vez que “a terra é para quem dela precisa para viver, trabalhar e conviver” (BALDUÍNO, 2009, informação verbal)<sup>11</sup>. Este seria o objetivo social da terra. Há outro objetivo, o mais ecológico que “é no sentido de preservar o bioma amazônico e, ao mesmo tempo, todos os biomas do país que estão ameaçados pelo agronegócio” (BALDUÍNO, 2009, informação verbal). Pode-se perceber que a CPT defende uma reforma agrária e agrícola em consonância com o meio ambiente.

Através das Análises de conteúdo aplicadas aos documentos e entrevistas com padres e bispos da ala progressista da Igreja e da CPT constata-se que esta última tem como um de seus papéis principais o de organizar e articular os grupos que lutam pela reforma agrária. Este papel está intimamente ligado a nova maneira de pensar a sociedade, que surgiu na década de 1960, pela Igreja.

---

<sup>11</sup> Informação concedida em entrevista por Tomás Balduino, 2009. Disponível em: <<http://economiasociedade.blogspot.com/2009/04/entrevista-dom-tomas-balduino.html>>.

## **CAPÍTULO III**

### **A QUESTÃO AGRÁRIA**

O objetivo do presente capítulo é apresentar uma síntese das concepções dos autores clássicos da Sociologia Rural. As análises que envolvem a questão agrária e os camponeses ou a agricultura familiar têm como base os autores que são apresentados no presente capítulo, além disso, através destes autores é possível compreender a origem dos protagonistas da luta pela reforma agrária atualmente. Além da análise destes autores, é objetivo ainda deste capítulo apresentar uma análise sobre a história da questão agrária no Brasil, fazendo-se compreender, desta maneira, a origem da luta pela reforma agrária no país.

#### **3.1 As concepções dos clássicos da Sociologia Rural**

A questão agrária se tornou objeto de análise a partir das últimas décadas do século XIX em países europeus onde havia resquícios do feudalismo. Desde então houve uma polarização entre os pensadores sobre a representação do campesinato: enquanto que para alguns pensadores os senhores e camponeses representavam um atraso em relação ao desenvolvimento capitalista no campo, para outros o campesinato representava uma proteção à nação diante da migração de trabalhadores estrangeiros.

Os camponeses transformaram-se em novos atores sociais do cenário político através da expansão do sufrágio universal à população do campo. Com o surgimento desses novos atores políticos as posições sobre o campesinato foram se modificando, pois os que defendiam os camponeses como um atraso constatavam que o desaparecimento destes não ocorreria tão rapidamente, enquanto os outros pensadores continuavam acreditando que os camponeses poderiam garantir a unidade da nação (SOTO, 2002, p. 29-30).

Entre os principais teóricos da questão agrária, não se pode deixar de citar Karl Marx e Friederich Engels, Karl Kautsky, Vladimir Ilitch Lenin e Alexander Chayanov. É a partir destes clássicos autores que as análises acerca da questão agrária se fundamentam até os dias atuais, sendo imprescindíveis para a análise de qualquer trabalho que envolva o tema.

A questão agrária sempre foi objeto de estudo de Marx e Engels, sendo parte integrante de suas análises sobre as relações sociais capitalistas. A concepção central destes autores, ao analisar a questão agrária, define os camponeses como uma classe transitória, situada entre a burguesia e o proletariado.

Esta concepção pode ser observada através de escritos de Marx e Engels, dos quais alguns são sintetizados e analisados a seguir.

Os “Grundrisse” são um grupo de manuscritos escritos por Marx, anterior ao *Capital*. O texto *Formações econômicas capitalistas* (1977) faz parte deste grupo de manuscritos. Neste texto, Marx analisa o surgimento do sistema econômico capitalista apontando as formações históricas específicas que tornaram possível o surgimento do mesmo. A propriedade aparece como um dos temas centrais na análise das formações econômicas pré-capitalistas, sendo a relação dos homens com as condições de produção (MARX, 1977).

Segundo Marx (1977) o capitalismo surge da separação entre o *objeto* e o *meio* de trabalho, isto é, há a separação do trabalhador dos seus meios de produção. Essa dissolução rompe a relação orgânica desse indivíduo com a terra, sendo que este torna-se livre para “vender” sua força de trabalho, completando assim o processo de individualização do Homem. Sua força de trabalho é então transformada em mercadoria, pois o homem é despossuído de qualquer propriedade.

Marx (1977) explica que a troca com dinheiro desempenha papel central no sistema capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas nesse sistema permite a produção de excedentes acima do que é necessário para a manutenção e reprodução da vida material. São esses excedentes que possibilitam a troca de mercadorias. As feiras, sendo ambientes favoráveis ao comércio, tornam-se cidades e se desenvolvem, exercendo uma relação hegemônica sobre o campo.

A passagem de um modo de produção para outro é considerado por Marx como uma fase de conflitos e revoluções. A história humana é vista como a sucessão de tais modos de produção, que representam etapas específicas do

desenvolvimento das forças produtivas materiais. A era das sociedades de classes propiciaria, na visão de Marx, a passagem para uma nova era, onde o Homem controlaria o seu destino, sendo que esta seria “a era do comunismo”.

A partir de 1850 Marx enfoca a questão agrária ao explicar as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, as quais se destacam a “teoria da renda da terra” e a “enunção da lei da concentração do capital”. A primeira teve como consequência a inserção da questão agrária na economia política marxista, além de tornar-se fundamento teórico para a nacionalização da propriedade fundiária. Já a segunda, além de explicar o movimento de capital, fundamenta as possibilidades reais de socialismo. Através da teoria da “concentração da produção”, Marx considera superior a grande produção em detrimento da primeira.

De acordo com Soto (2002) a teoria marxista critica a economia camponesa por considerá-la representante do passado, pois enquanto a grande produção servia à população industrial, os camponeses somente produziam para si próprios. Esta perspectiva marxista em relação aos camponeses explica-se porque sua análise se constrói a partir dos interesses do proletariado industrial.

Soto (2002) explica que a partir de 1890, com a necessidade de contar com os votos dos camponeses aos partidos socialistas, há uma mudança da visão marxista em relação aos camponeses. Mas ainda assim, o Programa de Erfurt de 1891, sustenta a tese de que o desenvolvimento do capitalismo provocaria o fim dos camponeses. Kautsky, que teve grande papel na elaboração do programa, acreditava que os camponeses que não se sentissem como proletários deveriam ser considerados inimigos. Já no Congresso de Frankfurt de 1894, os social-democratas confirmaram a tese de proletarização dos camponeses, mas se declararam a favor do campesinato. No final dos anos 1890 polarizou-se a polêmica sobre o desaparecimento do camponês no interior da social democracia alemã. Mas através de novos dados estatísticos, essa tese teve que ser revisada.

Kautsky em *A questão agrária* (1980) afirmava a tendência de parcelarização na agricultura, o que complementava o processo de concentração, reforçando assim a tese do desaparecimento do campesinato. Kautsky apresenta nesta obra a importância das classes proletária e burguesa no modo de produção capitalista, salientando o papel da burguesia na transformação da agricultura, ao levar a última o processo técnico. A transformação da agricultura ocorria, segundo Kautsky (1980) através de sua integração com o mercado, a partir do crescimento

das cidades, o que significou um processo de subordinação da agricultura ao capital urbano.

Porém, este autor afirma que ainda existem formas não-capitalistas de produção no campo e que as classes não se restringem a apenas duas. Segundo este autor é somente nas regiões em decadência ou em que há a produção pré-capitalista que ainda predomina a pequena produção. Segundo Kautsky (1980) a luta entre grandes e pequenos estabelecimentos desencadearia a derrota do pequeno, o que teria como conseqüência a luta proletária e o domínio das massas camponesas. De acordo com o autor a agricultura deve ser considerada ligada ao mecanismo integral da produção social. O que não significa substituir o grande estabelecimento pelo pequeno.

O desenvolvimento da produção capitalista ocorre, primeiramente, nas cidades e na indústria. Kautsky (1980) explica que este desenvolvimento industrial já teria modificado o caráter da agricultura. Este autor analisa que antes a família camponesa medieval produzia o todo necessário a sua subsistência. Com o desenvolvimento da indústria, surgiram demandas de novos produtos da cidade, ocasionando, assim, a dissolução da indústria camponesa em relação ao modo de produção para a subsistência.

Kautsky (1980) ainda explica, de acordo com a teoria marxista, os elementos da economia rural: o valor, a mais-valia, o lucro, a renda diferencial e a renda fundiária absoluta e, por fim, o preço da terra, sendo que este último depende da renda fundiária. Além disso, discute a superioridade técnica do grande estabelecimento e faz comparações entre a exploração em grandes terras e em pequenas, deixando claro a necessidade do trabalho infantil na pequena propriedade.

Kautsky (1980) descreve o funcionamento das experiências de cooperativas concluindo com um questionamento sobre a agricultura moderna sendo a questão levantada sobre o porquê a agricultura moderna não poderia funcionar em regime de cooperação. Questão esta ainda muito discutida no meio acadêmico.

Já Lênin, que se identificou muito com Kautsky, através de seu trabalho *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1985), demonstra que na Rússia as relações agrárias desenvolviam-se a partir dos moldes capitalistas, mas mesmo assim reconhecia o papel revolucionário dos camponeses pobres.

Lênin (1985) destaca a questão das contradições da sociedade russa camponesa, o que acelera o processo de implantação de produção capitalista no campo. Demonstra ainda que a economia rural russa de base camponesa desintegrar-se-ia em três segmentos: camponeses ricos (burguesia rural), o campesinato médio e os camponeses pobres (proletários rurais).

Lênin (1985) analisa os censos agrícolas em regiões da Rússia, observando as diferentes características do campesinato. O autor analisa também relatórios e estatísticas oficiais e faz algumas conclusões. Segundo Lênin o campesinato russo estaria subordinado ao mercado, além disso, o autor destaca a existência de contradições típicas de uma economia mercantil no campesinato. Deixa claro que há uma desintegração do campesinato, sendo que esta cria um mercado interno para o capitalismo; com essa desintegração há o desenvolvimento de grupos extremos em detrimento do campesinato médio, assim como há o surgimento de um novo personagem neste meio, o proletário rural, ou seja, operários assalariados que possuem um lote rural. Lênin percebe que haveria uma tendência na continuidade da desintegração camponesa por causa do êxodo rural. Para Lênin o desenvolvimento autônomo do capital comercial e usurário serve como uma espécie de travamento a desintegração do campesinato, a existência dos remanescentes do regime de corvêia (pagamento em trabalho) retarda a desintegração.

Já em *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* (1980), Lênin define o problema agrário como a base da revolução burguesa na Rússia. A constituição desse problema seria a luta dos camponeses pela destruição do regime latifundiário de posse da terra e do restante do feudalismo no regime agrícola na Rússia. Os latifundiários na Rússia ainda desenvolviam relações típicas do feudalismo. Diante do desenvolvimento do capitalismo na Rússia (até então) já era impossível manter o feudalismo na agricultura, sendo que a eliminação deste transformou-se em uma revolução nacional. De acordo com Lênin seria possível eliminar o feudalismo através de uma transformação lenta das fazendas dos latifundiários em fazendas burguesas.

Segundo Lênin (1985) o caminho do desenvolvimento, que seria o advento do capitalismo, exige a “violência geral, sistemática e desenfreada com a massa camponesa e com o proletariado”. Desse modo, o advento do capitalismo parece ser para Lênin algo urgente.

Para formar na Rússia uma economia de granjeiros realmente livres deve-se “levantar as cercas”, isto é, destruir todo o regime de posse do solo, igualar a terra aos agricultores livres. A abolição da propriedade da terra seria a expressão dessa necessidade econômica, foi esta última que converteu a massa de camponeses na Rússia em partidários da nacionalização da terra. Para a derrubada efetiva da velha ordem seria imprescindível a destruição de todas as formas de posse de terra e das velhas instituições políticas da Rússia (LÊNIN, 1980).

Lênin (1980) explica que a social-democracia deveria continuar sempre como um partido independente, proletário puramente e conduzindo as massas trabalhadoras a seu maior objetivo socialista, dever-se-ia apoiar, em razão deste, toda a luta contra a velha ordem de coisas, ou seja, a ordem “medieval”, como o próprio autor coloca.

Outro teórico muito importante para a Sociologia Rural é Alexander Chayanov, que parte da idéia de que as categorias analíticas utilizadas para explicar a economia capitalista seriam inadequadas para entendê-la, pois a economia camponesa não é tipicamente capitalista. Este autor coloca no centro de sua análise o trabalho familiar numa unidade de produção doméstica, desvinculada do mercado.

Chayanov em *La organización de la unidad económica campesina* (1974), faz uma introdução às principais correntes do pensamento econômico na agricultura presentes na Rússia no início do século XX. Este autor pertenceria à vertente “Escola da Organização e Produção” que junto de outros autores desenvolveram a “Teoria da Unidade Econômica Camponesa”, sendo a última construída em razão do surgimento de novas formas de organização camponesa.

A agricultura familiar de baixa renda não absorvia a tecnologia e o aumento de produtividade, tendo ainda muita dificuldade em se manter na terra e manter sua subsistência. Chayanov (1974) destaca a influência do desenvolvimento da família camponesa na atividade econômica, sendo que entre muitos pontos, ele explica a relação do camponês com o mercado organizado e a composição da mão-de-obra dentro e fora da propriedade, como elemento organizativo do processo de produção.

O autor discute a medida da auto-exploração de trabalho e o conceito de “benefício” na família camponesa, afirmando que o grau de auto-exploração da força de trabalho se define pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e o peso do trabalho e que a extensão da unidade doméstica de exploração é determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e a sua

força de trabalho. Além disso, de acordo com Chayanov (1974) o tamanho da família definiria a força de trabalho no campesinato.

Através da análise dos clássicos observa-se que os camponeses são considerados uma classe que detém um papel revolucionário na sociedade. No Brasil, essa classe com caráter revolucionário, no sentido de luta por mudanças, está inserida na luta pela reforma agrária, uma luta que tem como objetivo solucionar os problemas conseqüentes do modo como se desenvolveu a questão agrária no Brasil.

### 3.2 A questão agrária no Brasil

A questão agrária é um problema histórico-social no Brasil, pois é a associação da propriedade da terra com a propriedade de capital, o que gera a concentração de terra em benefício de poucos, aumentando assim os níveis de desigualdade social no Brasil. Questão agrária é a questão da terra e os conflitos em torno desta, conseqüentes de sua desigual distribuição. Segundo José de Souza Martins a questão agrária “é o resultado do modo ineficiente como foi resolvida a questão da escravidão” (MARTINS, 2004, p.13). Mas para compreender como a questão agrária adquiriu estes significados no Brasil, este trabalho tem como objetivo analisar, ainda neste capítulo, como se desenvolveu a questão agrária no país.

Segundo José Graziano da Silva (1981) o objetivo das transformações capitalistas é elevar a produtividade de trabalho, o que significa cada pessoa produzir mais, o que no campo se consegue somente aumentando a jornada de trabalho e intensificando a produção agrícola. Para isso, o sistema capitalista “lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc.” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 14). Desta maneira, as relações capitalistas no campo desenvolvem-se industrializando a agricultura. É essa industrialização que o autor chama de “desenvolvimento do capitalismo no campo”.

Ao salientar o objetivo das transformações capitalistas na agricultura Graziano da Silva explica que neste sistema a maior produtividade do trabalhador traz lucros ao patrão, gerando assim, altos níveis de desigualdade social.

Segundo Graziano da Silva (1981, p. 20-21) o desenvolvimento capitalista da agricultura tem suas particularidades em relação à indústria, pois na agricultura a

terra é o meio de produção fundamental, não sendo suscetível de ser reproduzido assim como outros meios de produção, como por exemplo, o maquinário. Por ser a terra um meio de produção não reprodutível que a sua forma de apropriação histórica tem importância fundamental para se compreender o significado da questão agrária no Brasil.

O início do processo de colonização no Brasil ocorreu com a doação de grandes extensões de terra a particulares, sendo estas terras denominadas sesmarias, surgindo assim os latifúndios escravistas, a partir da exportação em grande escala e escassez de mão-de-obra. O latifúndio escravista definia duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas entre essas classes havia uma massa heterogênea de brancos que eram técnicos empregados nos latifúndios, outros dedicavam-se ao comércio, além de alguns agricultores que produziam para sua subsistência e vendiam parte de sua produção nas feiras das cidades. Muitos destes agricultores produziam dentro das propriedades dos grandes latifundiários pagando a estes pela utilização de suas terras (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 22-23).

Segundo José de Souza Martins (2004), é a partir da Lei de Terras de 1850 que a questão agrária tem sua origem no Brasil. A Lei de Terras foi um mecanismo compulsório de criação de excedentes populacionais para substituir o trabalho escravo que seria “extinto” com a abolição da escravatura. Com o fim do trabalho escravo foi extinto também o sistema de sesmarias, criando-se assim a Lei de Terras de 1850. Esta lei estabeleceu a compra e a venda como forma padrão de aquisição da propriedade fundiária, limitando fortemente o usucapião e perpetuando a estrutura desigual herdada dos tempos coloniais.

Esta lei teve como consequência a concentração de terras, o que gerou um excedente de trabalhadores, que sem condições de serem proprietários de terra teriam que vender sua força de trabalho para sua sobrevivência. Muitos desses trabalhadores rurais se inseriram no campo precariamente, não suprindo, assim, suas necessidades básicas.

Para visualizar a estrutura no campo brasileiro são apresentados a seguir dados sobre a estrutura agrária no Brasil, além da condição do responsável por área dos estabelecimentos, que englobam o período de 1920 a 1985 (tab. 1 e 2).

Tabela 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo a condição do responsável e grupos de área total — 1920-1960.

Condição do responsável e grupos de área total	Estabelecimentos agropecuários recenseados			
	1920	1940	1950	1960
Área dos estabelecimentos (ha)				
Totais	175 104 675	197 720 247	232 211 106	249 862 142
Condição do responsável				
Proprietário	126 787 281	127 276 879	154 460 678	161 102 822
Arrendatário	8 575 917	19 117 981	12 946 538	18 109 824
Ocupante	—	5 278 125	9 947 607	9 087 028
Administrador	39 741 477	44 832 481	54 837 701	61 548 812
Sem declaração	—	1 214 781	18 582	13 656
Grupos de área total (ha)				
Menos de 10		2 893 439	3 025 372	5 952 381
10 a menos de 100	15 708 314	33 112 160	35 562 747	47 566 290
100 a menos de 1 000	48 415 737	66 184 999	75 520 717	86 029 455
1 000 a menos de 10 000	65 487 928	62 024 817	73 093 482	71 420 904
10 000 a menos de 100 000	45 492 696	26 300 597	33 018 697	33 226 159
100 000 e mais		7 204 235	11 990 091	5 666 953
Sem declaração	—	—	—	—

Fonte: Adaptado de IBGE, 1990.

Ao analisar os dados da tab. 1, constata-se que o número de áreas por hectares que tem como responsável arrendatários aumenta, dobrando o seu tamanho em 1960 em relação a 1920. Importante ressaltar que as áreas sob a responsabilidade do proprietário não avançam nas mesmas proporções do que na condição de arrendatário. De 1920 a 1960 o aumento deste número não alcança a 30%.

Outro dado importante é o aumento de áreas sob a responsabilidade de ocupantes. Nas décadas de 1950 e 1960 este número tem um considerável aumento em relação à década de 1940. Esse processo se explica pela maior concentração da propriedade da terra nestas décadas.

De acordo com a tab. 2 na página seguinte, de 1970 a 1985 os grupos de área sob responsabilidade de arrendatários diminuem em relação à década de 1960 (tab. 1), mas as áreas dos estabelecimentos por hectares sob responsabilidade de ocupantes continua aumentando.

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários recenseados, segundo a condição do responsável e grupos de área total — 1970-1985.

Condição do responsável e grupos de área total	Estabelecimentos agropecuários recenseados			
	1970	1975	1980	1985
Área dos estabelecimentos (ha)				
Totais	294 145 466	323 896 082	364 854 421	376 286 577
Condição do responsável				
Proprietário	178 292 474	210 606 530	215 235 511	—
Arrendatário	16 195 544	11 222 459	13 765 170	—
Ocupante	18 955 220	20 259 138	20 278 246	—
Administrador	80 702 228	81 807 956	115 575 492	—
Sem declaração	—	—	—	—
Grupos de área total (ha)				
Menos de 10	9 083 495	8 982 646	9 004 259	10 029 780
10 a menos de 100	60 069 704	60 171 637	64 494 343	69 678 938
100 a menos de 1 000	108 742 676	115 923 043	126 799 188	131 893 557
1 000 a menos de 10 000	80 059 162	89 866 944	104 548 849	108 397 132
10 000 e mais	36 190 429	48 951 812	60 007 780	56 287 168
10 000 a menos de 100 000	29 142 708	36 280 826	48 280 127	43 789 385
100 000 e mais	7 047 721	12 670 986	11 727 653	12 497 783
Sem declaração	—	—	—	—

Fonte: Adaptado de IBGE, 1990.

Segundo Martins (2004, p. 123) a Lei de Terras, ao transferir ao particular domínio e posse, criou “uma espécie de direito absoluto, que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar a terra, plenamente, uma função social”.

Sendo a Lei de Terras responsável pelas causas do latifundismo no Brasil e, conseqüentemente, pelas dificuldades de atribuir à terra uma função social plena, torna-se necessário analisar o desenvolvimento da questão agrária para compreender a origem da luta pela reforma agrária no Brasil.

O debate em torno da “questão agrária no Brasil” já permeou muitas épocas, como a década de 1930, por exemplo, em que a discussão girava em torno da crise do café e da depressão gerada pela quebra da Bolsa de Valores. No final da década de 1950 e início da década de 1960, a questão agrária fazia parte da discussão sobre os possíveis rumos da industrialização brasileira. O principal argumento era o

de que a agricultura brasileira era atrasada, e por esta razão, seria um empecilho à industrialização do país, que era sinônimo de desenvolvimento econômico. Diagnóstico este reforçado pela crise econômica brasileira, particularmente entre 1961-67. De 1967 a 1973 houve o chamado “milagre econômico”, um crescimento acelerado da economia. Nesta fase pouco se falou em questão agrária, primeiramente por causa da repressão e também porque existia o pensamento de que, com o crescimento da economia, essa questão já havia sido resolvida através do aumento da produção agrícola no período do milagre. Mas na realidade o que ocorria era o beneficiamento dos produtos de exportação em detrimento dos produtos alimentícios, desajuste este que seria passageiro na visão de muitos. Mas com o fim do milagre econômico a população percebeu que apenas uma minoria privilegiada foi beneficiada neste período e que entre os penalizados estavam os trabalhadores em geral, particularmente os trabalhadores rurais. Somente em 1978 a questão agrária passa a ser rediscutida na sociedade, assim como diversos outros temas, através do processo de “abertura política” (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Nas décadas de 1970 e 1980 o governo escolhe a agricultura como “meta prioritária”, fazendo com que se reaviva, ainda mais, o debate na sociedade em relação às transformações no campo brasileiro.

Segundo Graziano da Silva (1981) o ressurgimento do debate sobre a questão agrária ilustrou que não se pode confundir questão agrária com questão agrícola. Para explicar esta questão o autor cita Ignácio Rangel<sup>12</sup>, o qual já dizia desde 1962 que à medida que a industrialização avançasse no Brasil o setor agrícola teria que aumentar a produção, fornecendo às indústrias matérias-primas e às populações das cidades alimentos, além de liberar a mão-de-obra para o processo de industrialização. Se a produção agrícola não crescesse de acordo com o processo de industrialização, faltariam então matérias-primas e alimentos, resultando em uma crise agrícola, inviabilizando a continuidade do processo de industrialização. Mas a liberação, pela agricultura, de muita ou pouca mão-de-obra, em função da mão-de-obra exigida à expansão industrial, desencadearia uma crise agrária, ou seja, um alto grau de urbanização ou insuficiente. Mas Graziano da Silva (1981) explica que essas crises estão relacionadas, pois a questão agrária se faz presente nas crises agrícolas, assim como a questão agrícola tem origem na

---

<sup>12</sup> Ver RANGEL, Ignácio (1962).

questão agrária. A questão agrícola está ligada às mudanças na produção em si mesma, enquanto a questão agrária está ligada às relações de produção.

Além da maior liberdade, a partir de 1978, para o ressurgimento do debate em torno da questão agrária, o fato de que esta se agravou em função do modo como se expandiram as relações capitalistas no campo é outro fator determinante para o ressurgimento deste debate.

A maneira pela qual o país aumentou a produção agropecuária, a partir da década de 1960, causou impactos negativos sobre a população rural, além de que a crise agrária no Brasil já estava, desde o início desta década, ligada ao excesso de liberação de mão-de-obra rural, ou seja, milhares de trabalhadores rurais expulsos do campo inseriram-se nas cidades, não havendo para estes, trabalho produtivo suficiente. Esse processo é uma das principais causas para elevados índices de migrações, subemprego, além da violência e criminalidade nas cidades.

Graziano da Silva (1981, p. 44) cita três grandes modificações ocorridas a partir da década de 1960 que mudaram o comportamento da agricultura brasileira:

- a) o 'fechamento' das fronteiras agrícolas, envolvendo questões de colonização da Amazônia e da participação da grande empresa agropecuária deslocando a pequena produção agrícola;
- b) o processo acelerado de modernização da agricultura no Centro-Sul do país;
- c) a crescente presença do capitalismo monopolista no campo, ou seja, de grandes empresas industriais que passaram a atuar tanto diretamente na produção agropecuária propriamente dita, como fortaleceram sua presença no setor da comercialização e de fornecimento de insumos para a agricultura.

Graziano da Silva em *A modernização dolorosa* (1982) atribui um papel conservador ao processo de modernização da agricultura ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, por privilegiar algumas regiões e, conseqüentemente, culturas, como também tipos de unidade produtiva, as quais seriam as médias e as grandes propriedades.

A expressão “modernização dolorosa” é utilizada por Graziano da Silva por expressar a industrialização do campo e os problemas decorrentes desta industrialização, já citados anteriormente neste capítulo.

Martins (2004) também faz uma análise histórica do modo como se desenvolveu a questão agrária no Brasil. Segundo este autor o processo de

desagregação da anterior economia escravista formou a clientela da reforma agrária, ou seja, os protagonistas da luta pela reforma agrária no Brasil.

No século XIX, com a expansão do café, assegurou-se a formação de uma massa que substituísse a escravidão. Com vantagem nos custos e acumulação capitalistas, criando um excedente de trabalhadores com a escravidão em extinção, o trabalho livre tornou-se competitivo. Em 1929, com a crise do café, o mercado abriu espaço para a pequena propriedade nas grandes fazendas. Já com a crise da economia do açúcar no Nordeste, os antigos moradores permaneceram nas fazendas vivendo da economia residual, sua expulsão não foi automática. A partir da doutrina desenvolvimentista, nos anos 50 e 60, principalmente nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar, houve redução dos direitos tradicionais de moradia, conseqüência da revalorização da cana-de-açúcar, havendo aumento da renda em trabalho para que o trabalhador pudesse permanecer na terra e depois a expulsão de trabalhadores do campo. Nas áreas de extrativismo amazônicas, o declínio da economia de borracha teve como conseqüência o abandono dos seringais aforados, na permanência dos seringueiros e de uma agricultura familiar rústica. A partir de meados dos anos 60 com a expansão econômica da fronteira, essas famílias foram expulsas dando lugar a grandes fazendas de criação de gado (MARTINS, 2003, p. 28-29).

A indústria foi uma válvula de escape até os anos 1950 para a população expulsa do campo, pois os trabalhadores migravam para as cidades em busca de empregos. Mas isso gerou um excedente de trabalhadores também nas cidades, que teriam que buscar outros modos de superação de suas necessidades, modos muitas vezes precários e ilícitos (MARTINS, 1997).

Estes são exemplos do processo de “desenraizamento” pelos quais os trabalhadores rurais passaram conseqüentes da modernização no campo através do advento do capitalismo. Estes trabalhadores rurais “desenraizados” são atualmente os principais protagonistas da luta pela reforma agrária no Brasil.

## CAPÍTULO IV

### A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E A FORMAÇÃO DO MST

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise histórica das lutas pela terra ocorridas no Brasil. Através desta análise verifica-se que a luta pela reforma agrária está muito presente na história do país. Além disso, sendo o MST um movimento de luta pela reforma agrária é ainda objetivo deste capítulo analisar a história da formação do MST, além do papel e os principais objetivos do Movimento, sendo que, para alcançar este objetivo, foi aplicada a técnica da análise de conteúdo em 88 documentos e entrevistas com João Pedro Stédile, representando o *grande discurso histórico* do MST. Estes documentos são datados no ano de 1990 a 2009, abrangendo um período de vinte anos. Este capítulo tem o objetivo ainda de analisar a maneira pela qual ocorre a luta pela reforma agrária em dois assentamentos vizinhos: os assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, situados no município de Capão do Leão (RS). Para se alcançar este objetivo realizou-se uma pesquisa de campo em ambos os assentamentos.

#### 4.1 A luta pela reforma agrária no Brasil

A luta pela terra tem um grande histórico, pois se faz presente no Brasil desde a sua colonização em 1500, ou seja, há cinco séculos. Com a chegada do colonizador é que tiveram início as lutas contra o cativo, contra a exploração, contra o cativo da terra e contra a expulsão de terras. As lutas camponesas pela terra desenvolveram-se através das lutas dos povos indígenas, dos negros escravos e dos trabalhadores livres.

Bernardo Mançano Fernandes em *Brasil: 500 anos de luta pela terra* (1999), explica que ocorreram diversas lutas indígenas contra o cativo durante os séculos XVI e XVII. Os povos indígenas, entre estes, Potiguaras, Tamoios e Guaranis, lutaram contra a invasão em seus territórios e contra a escravidão de seus povos.

Paralelamente ao desenvolvimento destas lutas é que a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África, a escravidão do homem negro, sendo que já ao final do século XVI havia mais de 15 mil africanos sendo escravizados nos engenhos.

Há então o surgimento do primeiro quilombo, que era um território de resistência, uma terra de negro, em que reinava sua liberdade. Além dos negros, havia nesses espaços alguns índios e trabalhadores livres. Fernandes cita o quilombo de Palmares, que foi o maior quilombo da história de resistência ao cativo, no qual ao final do século XVII viviam neste território cerca de 20 mil pessoas. Os quilombos foram fundamentais na luta contra o cativo no Brasil (FERNANDES, 1999).

Na metade do século XIX, através da Lei de Terras, foi criada a propriedade da terra no Brasil, sendo que em seguida houve o processo de abolição da escravatura, como já foi explicado no capítulo anterior deste trabalho.

Retomando esta questão, a Lei de Terras foi um mecanismo de criação de uma massa de trabalhadores que substituiria o trabalho escravo, pois foi através desta que a terra tornou-se uma mercadoria, sendo que os muitos que não poderiam pagar para ter a terra tornar-se-iam parte do excedente de trabalhadores que trabalhariam para os senhores de terra (MARTINS, 2004).

Os ex-senhores dos escravos, agora senhores de terra, começaram a grilar a terra e passaram a explorar os trabalhadores. Para formar as fazendas, segundo Fernandes (1999, p. 2), “as terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios”.

Após a formação da fazenda os camponeses eram expropriados. Os que resistiam na terra eram perseguidos até a morte ao poder do coronel. Ou seja, as fazendas formadas pelos camponeses eram apropriadas pelos coronéis. Territórios indígenas e terras de camponeses eram invadidos por grileiros. A migração se tornou uma forma de sobrevivência e resistência, são essas pessoas que formaram uma categoria que surgiu no século XX: os sem-terra.

Segundo Fernandes (1999) o Brasil teve uma fase de luta pela terra que pode ser denominada de “messiânica”. O primeiro movimento dentro desta fase ocorreu na Bahia: camponeses sem-terra terminaram uma peregrinação no Arraial

de Canudos, dando origem a um dos mais importantes movimentos que durou de 1870 até 1897, e que teve como líder Antonio Conselheiro. Este era um movimento social messiânico que não se submeteu a ordem coronelista e fundiária, e por este motivo iniciou-se a guerra contra os camponeses. Este foi o maior exemplo de resistência camponesa no Brasil. A fazenda Canudos, após a ocupação camponesa, passou a ser chamada como Belo Monte. A reprodução da comunidade foi possível através do trabalho cooperado. Os camponeses deste movimento desenvolviam a produção familiar na terra e, desta maneira, garantiam um fundo comum para uma parcela da população, principalmente aos que não tinham condições de garantir sua própria subsistência.

Os camponeses de Canudos foram acusados de defender a volta da monarquia. Estes passaram a ser atacados por expedições militares de quase todo o país, sendo atacados 10 mil camponeses. De outubro de 1896 a outubro de 1897 esses ataques foram enfrentados até o massacre de Canudos.

De acordo com Fernandes (1999), no início do século XX iniciava-se outro movimento messiânico: o Contestado, que se desenvolve de 1912 até 1916 em Santa Catarina, liderado pelo monge José Maria. Na primeira década do século XX, camponeses foram expropriados, em consequência da entrega de terra para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande a uma empresa norte-americana. Foi essa expropriação que originou um movimento camponês de caráter político-religioso, em 1912, em Campos Novos – SC. Milhares de camponeses resistiram aos enfrentamentos com a Polícia, o Exército e contra os jagunços até o massacre final.

Também não podemos deixar de lembrar o movimento liderado por Lampião nas terras do Nordeste, no período de 1917 até 1938. Conseqüente a expulsão e perseguição dos camponeses surgiu uma forma de banditismo social que foi denominada de Cangaço. Em terras onde o coronel estava acima da lei, tornar-se um cangaceiro significava lutar pela dignidade e pela vida de sua família. Segundo Fernandes (1999) “o cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas”. Os camponeses expulsos de suas terras pelos coronéis é que formavam os grupos de cangaceiros. Os cangaceiros vingavam-se em pessoas da família do fazendeiro, além de desenvolverem suas ações por meio de saque às fazendas e casas, o que colocava em dúvida o poder do coronelismo (FERNANDES, 1999, p. 2).

Fernandes (1999) explica que houve em todo o país, no início da segunda metade do século XX, um processo de organização política do campesinato, através das lutas por resistência na terra, de pequenos proprietários, arrendatários e dos posseiros juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados e os camponeses. A luta pela reforma agrária crescia, sendo que o Partido Comunista Brasileiro – PCB – e a Igreja Católica, interessadas neste processo, passaram a disputar esse espaço político.

Surgiu em 1945 as Ligas Camponesas, uma forma de organização política dos camponeses que resistiram à expropriação da terra. Com o apoio e dependentes do PCB, foram criadas em quase todos os estados do país. Em 1947, o PCB foi decretado como ilegal pelo governo. Este fato, somado a repressão generalizada, teve como consequência a repressão violenta às ligas.

Em 1954 as Ligas camponesas ressurgiram juntamente com a criação pelo PCB, no mesmo ano, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTABs – que se organizou em quase todo o território brasileiro. Com essa nova forma de organização, pretendia o partido realizar uma aliança camponesa operária (FERNANDES, 1999).

Em 1962, as Ligas promoviam uma conscientização nacional a favor da reforma agrária através de congressos e encontros. As ações das Ligas tinham o objetivo acabar com o monopólio da terra, sendo definidas como parte das lutas pela reforma agrária radical, pois através destas ações havia resistência dos camponeses na terra e ocupações.

Segundo Fernandes (1999) a partir do crescimento das lutas por terra a reforma agrária passou a ser pauta política. Além do PCB representando esta pauta, havia de outro lado a Igreja Católica dividida nos setores conservador e progressista. O setor conservador da Igreja criou no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural, em Pernambuco o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. O setor progressista da Igreja, liderado pela CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – formou o Movimento de Educação de Base.

No final da década de 1950, surgiu no Rio Grande do Sul ainda o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master – tendo a participação de trabalhadores sem-terra assalariados e pequenos proprietários. Em 1962, os integrantes da Master começaram a organizar acampamentos, territorializando, desta maneira, a luta por

todo Estado. Além disso, passaram a ter o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e do então governador do Estado Leonel Brizola.

Esses movimentos foram esmagados pela ditadura militar, a partir de 1964, e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados. Com o golpe militar de 1964 a luta pela terra foi violentamente reprimida, sob pretexto da ameaça comunista. Com isto, o movimento pela reforma agrária não pôde atuar e muitos de seus líderes foram ou presos ou mortos, sendo que somente na década de 1980 formou-se novamente um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil: o MST.

#### 4.2 A formação e o papel do MST

A CPT teve fundamental contribuição na formação do MST do ponto de vista de articulação de lutas e de formação de seus dirigentes. Mesmo sendo muito próximos, os papéis da CPT e do MST são distintos, pois a primeira reproduz a Teologia da Terra, enquanto o último tem o papel de organizar e mobilizar os trabalhadores na luta pela reforma agrária. A ideologia político-religiosa da Igreja foi incorporada pelo MST, o que fundamenta e justifica as práticas do Movimento (SOTO; MUSZINSKI, 2007b).

O MST surgiu no final dos anos 1970, a partir de lutas concretas de trabalhadores rurais pela conquista da terra, na região sul. Nessa época começaram a ocorrer uma série de lutas localizadas, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essas lutas localizadas, articuladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que já congregava as lutas por terra no campo, promoveram encontros regionais, ocorrendo assim, em janeiro de 1984 um Encontro Nacional, em Cascavel, cidade de Paraná. Forma-se assim, o MST, um movimento de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças no âmbito social (COLETTI, 2001).

Segundo Antônio Júlio Menezes Neto (2006), neste primeiro Encontro foram aprovadas diversas linhas de ação, além de ter sido escolhido o nome “Trabalhadores Sem Terra”. Ainda nesse Encontro os trabalhadores sem-terra usavam as palavras de ordem da CPT: “Terra para quem nela trabalha” e “terra não se ganha, terra se conquista” (NETO, 2006, p. 9-10).

Um ano depois, em janeiro de 1985, ocorreu o 1º Congresso Nacional, realizado pelo MST, na cidade de Curitiba, no Paraná, o que legitimou mais ainda o movimento. Neste Congresso o MST definiu-se como um movimento social que se basearia, primordialmente nas ocupações de terras, adotando o lema “Ocupação é a única solução”. A partir do III Congresso, em 1995, a luta contra o neoliberalismo passou a ser a marca do MST e a palavra de ordem do Movimento passou a ser “Reforma agrária, uma luta de todos” (NETO, 2006, p. 10).

O nome "Movimento dos Sem Terra", segundo João Pedro Stédile (2003), um dos mais notáveis líderes nacionais do MST, não foi denominado pelo próprio Movimento, mas sim pela mídia, sendo que através desta denominação o Movimento adotou este nome. De acordo com Stédile, desde o início os mediadores do Movimento sabiam que a reforma agrária somente se alcançaria através de uma “luta de massas”.

Um “movimento de massas” é fundamental para a realização da reforma agrária, pois nada no mundo acontece de forma espontânea (STÉDILE, 1990). Esta afirmação aparece como justificativa, no discurso de Stédile, à existência do MST e à necessidade de uma “resistência generalizada”, sendo que “resistência” define a forma principal de luta do Movimento para atingir seus objetivos. No discurso do MST, através de Stédile, os conceitos “organização”, “mobilização” e “resistência” aparecem como caminhos corretos para a realização da reforma agrária.

Stédile (1990) aponta a “cooperação agrícola” como a forma ideal de organização da produção nos assentamentos do MST, pois “os investimentos em comum para desenvolver essa cooperação agrícola exigem uma base político-ideológica mais avançada” (STÉDILE, 1990, informação verbal)<sup>13</sup>. Além disso, a cooperação agrícola exige uma superestrutura superior ao sistema capitalista. Esta forma de trabalho é considerada como ideal pelo MST justamente porque o Movimento luta por um ideário socialista, Stédile ao defender a “cooperação agrícola” está simultaneamente opondo-se ao capitalismo, que é o modo como é estruturada a sociedade brasileira atualmente.

Em 1997 o discurso do Movimento era restrito ao âmbito rural, tratando a reforma agrária como o freamento da concentração da propriedade de terra e à formação dos latifúndios, além de representar a distribuição da terra. Reforma

---

<sup>13</sup> Informação concedida em entrevista por João Pedro Stédile, 1990. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/conteudo/trabalhadores-entrevista-com-joao-pedro-stedile-os-sem-terra>>

Agrária aparece como sinônimo de um novo modelo de desenvolvimento baseado na pequena agricultura. Em 1997 Stédile se refere, pela primeira vez, em seus discursos a “formas de pressão”, conceito este que provém da morosidade dos governos em relação à reforma agrária e palavra-chave que se torna constante no MST a partir deste ano (STÉDILE, 1997).

Pode-se perceber que o socialismo cristão aparece como horizonte do Movimento, o que se pode verificar no discurso de Stédile (1997), o qual se confessa um “socialista cristão”. Segundo Stédile (1997, p. 87):

Minhas motivações ideológicas são de resgatar o que significa socialismo. Pessoalmente, em termos de valores, sou um socialista cristão. Foi na igreja que aprendi os valores humanitários da fraternidade, igualdade, e uno a isso o socialismo, que é o resgate da igualdade e da justiça social, também na economia e no acesso aos bens. Sonhamos em construir uma nova sociedade no Brasil que consiga resolver os problemas de todos.

A partir do ano 2000 há uma ampliação do conceito de “reforma agrária” para o Movimento e do papel do MST, pois segundo Stédile (2000) a reforma agrária e a conseqüente derrota do latifúndio só ocorrem através de “outro modelo econômico” em que todos tenham as mesmas oportunidades. Este novo modelo reorganizaria a economia brasileira. Stédile (2000) explica a necessidade da existência de “mobilizações de massa” para mudar a correlação de forças no Brasil. A busca pela mudança no modelo econômico torna-se mais um objetivo central do MST, no sentido de que é só a partir desta mudança a reforma agrária poderia ser realizada em sua plenitude.

Stédile (2000) explica que o MST luta por valores socialistas, pois luta contra a desigualdade social. O Movimento existe, nas palavras de Stédile, porque não há a distribuição de terras e para que haja um Movimento é preciso que haja “mobilizações”, e que as mobilizações dos sem-terra sejam direitos legítimos da democracia.

Para o Brasil conseguir uma verdadeira reforma agraria é necessário não apenas lutar contra o latifúndio, mas também lutar contra o atual modelo econômico. Através desta necessidade, torna-se tática do Movimento fazer manifestações nas cidades, atingindo os símbolos do atual modelo; o modelo atual é perverso e traz miséria para toda a população, para derrotar este modelo é necessário o povo lutar unido (STÉDILE, 2000). Nota-se aqui nitidamente, mais uma vez, que Stédile critica

o capitalismo no Brasil, pois para conseguir a reforma agrária verdadeira é necessário mudar o modelo econômico atual.

Os objetivos do Movimento vão além da luta pela terra, pois o MST deseja um novo modelo econômico com um “projeto popular”. A luta do Movimento por um novo modelo econômico pode ser entendida como luta contra o modelo capitalista, pois este é a causa das desigualdades sociais na sociedade.

A diferença entre “invasão” e “ocupação” está explícita no discurso de Stédile, pois invasão é invadir a terra pública para proveito próprio, é o que os fazendeiros fazem. “Ocupação é realizada por movimento social, é um ato de massas, de pressão social sobre o latifúndio, para que o governo aplique a lei e desaproprie aquele latifúndio” (STÉDILE, 2002, informação verbal)<sup>14</sup>. Isto é, o MST não invade, mas sim, ocupa o que pertence aos trabalhadores rurais por direito.

O Movimento busca contribuir com o combate à fome, combatendo o latifúndio e o modelo neoliberal na agricultura, que são as causas da pobreza e da fome no Brasil (STÉDILE, 2002). Desta maneira, Stédile explica que o Movimento procura acabar com a pobreza e a fome, e a maneira de fazer isso através do MST é lutando pela reforma agrária.

“Reforma Agrária” para o movimento, segundo Stédile (2003), é agregar a “distribuição de terra”, a “agroindústria”, a “assistência técnica” e a “educação”. É democratizar a terra e desconcentrar a propriedade, ou seja, desapropriar os grandes latifúndios improdutivos.

Stédile ao criticar a fabricação de armas e as guerras, explica que está cada vez mais claro o prognóstico de Marx, pois “o capitalismo usa sistematicamente a máquina de guerra e da morte, como forma de superar suas crises cíclicas, manter mercados cativos e se impor como império do capital”. Para Stédile o objetivo de construir armas é aumentar as taxas de lucro, não importando “quantas vidas cobrem” (STÉDILE, 2003, informação verbal)<sup>15</sup>. Nota-se que Stédile, como líder do Movimento, se baseia em Karl Marx para criticar o capitalismo.

O “trabalho” é a forma de inserção dos indivíduos na sociedade, pois é através deste que se tem uma vida digna. O trabalho é uma condição à cidadania. O sujeito que não tem direito nem de trabalhar, não tem mais a condição de cidadão. A

---

<sup>14</sup> Informação concedida em entrevista por João Pedro Stédile, 2002. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/2834&lang=es>>.

<sup>15</sup> Informação concedida por entrevista por João Pedro Stédile, 2003. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/3108&lang=es>>.

“Reforma Agrária” seria a alternativa mais barata e rápida que atingiria a população mais pobre e desprovida, na busca de uma política de pleno emprego. Desta forma a política de reforma agrária é uma opção ao governo ao problema do desemprego (STÉDILE, 2004).

Compreende-se, através destes discursos, que o MST procura solucionar não só os problemas dos que vivem no campo, mas também dos que vivem nas cidades, pois a reforma agrária atingiria também a população pobre das cidades.

Stédile explica que para resolver os problemas do país, como o desemprego, a pobreza e a desigualdade social, o agronegócio não é uma alternativa. A reforma agrária, que é a democratização da propriedade de terra, é que pode solucionar estes problemas, através da agricultura familiar, e orientando a produção para alimentos destinados ao mercado interno, para o povo (STÉDILE, 2004).

Percebe-se que reforma agrária não se limita à democratização de terras, esta reforma é um programa muito mais amplo. A reforma agrária não acaba quando o trabalhador deixa o acampamento, ao contrário, é aí que a reforma agrária começa a ser implantada, é no assentamento que começa a luta pela permanência na terra.

Segundo Stédile (2005, informação verbal)<sup>16</sup>:

O MST é um movimento social que procura organizar os pobres do campo para lutar contra a pobreza e a desigualdade social. E nós acreditamos que, no meio rural, a principal forma de combater a pobreza e a desigualdade social é democratizando a distribuição da posse e do uso da terra.

Como se pode notar, a “organização dos pobres” e a “luta pela terra” são os principais objetivos do MST. “Conscientização” e “organização” são palavras-chaves que continuam presentes no discurso de Stédile até 2009, representado o papel do Movimento com os pobres.

É objetivo do MST, como movimento social, lutar contra a pobreza e a desigualdade social no meio rural brasileiro. A forma de luta do movimento “é conscientizar e organizar os pobres para que lutem pela solução de seus problemas”, fazendo desta maneira o pobre como agente de sua própria transformação social. Stédile explica ainda que no início o movimento achava que bastava ocupar os latifúndios, mas depois perceberam a necessidade de democratizar também o capital social. O MST passou a lutar também “por um novo

---

<sup>16</sup> Informação concedida em entrevista por João Pedro Stédile, 2005. Disponível em: [www.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidade\\_foco/anteriores/humanidade\\_s/html/entrevista.htm](http://www.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidade_foco/anteriores/humanidade_s/html/entrevista.htm).

modelo de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e que produzam alimentos saudáveis para a população” (STÉDILE, 2005, informação verbal).

Stédile (2009) diz que o MST defende um modelo de assentamento que respeite o meio ambiente e ao mesmo tempo não destrua a floresta. Stédile explica ainda que a Reforma Agrária enraíza o homem no campo e desfaveliza o país, contribuindo ainda para a produção de alimentos. O MST quer agora um outro tipo de Reforma Agrária, "que combine o camponês com as agroindústrias cooperativadas" (STÉDILE, 2009, informação verbal)<sup>17</sup>. Stédile explica que "em vez de o BNDES dar R\$ 1 bilhão para a Nestlé, por exemplo, deveria dar o mesmo valor para 100 cooperativas de camponeses que vão pasteurizar o leite, fazer iogurte e vender em sua região". Defendendo, desta maneira, as cooperativas de pequenos agricultores, não necessitando mais do grande mercado.

Através da Análise de conteúdo aplicada nos discursos de Stédile, pode-se concluir que o MST não é um movimento que luta somente por melhorias no âmbito rural, pois o movimento indica a reforma agrária como alternativa para soluções de problemas urbanos, como o desemprego. Mas acima de tudo o Movimento luta contra o capitalismo no Brasil, essa crítica ao capitalismo é uma manifestação da teologia da libertação nos discursos do MST, como analisaremos mais adiante.

O MST é um movimento político, pois seus objetivos não se limitam a realização da reforma agrária, inclusive, se esta ocorresse mesmo em grandes proporções, o MST não acabaria. O movimento luta por um novo modelo econômico, oposto ao individualismo, isto é, oposto ao modelo capitalista vigente no Brasil. O MST luta por um ideário socialista, e esse é o principal motivo para que o movimento continue existindo.

#### 4.3 A luta pela reforma agrária nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro

A partir deste tópico o presente trabalho analisa a maneira pela qual ocorre a luta pela reforma agrária em assentamentos rurais.

---

<sup>17</sup> Informação concedida em entrevista por João Pedro Stédile, 2009. Disponível em: <<http://banalidadesindispensaveis.blogspot.com/2009/04/entrevista-de-joao-pedro-stedile-o.html>>.

Para se alcançar este objetivo foi realizado um trabalho de campo em dois assentamentos vizinhos, os assentamentos 24 de Novembro e o assentamento 25 de Outubro, situados no município de Capão do Leão (RS) (Fig. 1, 2 e 3). Neste trabalho de campo realizou-se entrevistas com as famílias assentadas, além da Observação participante em encontros religiosos realizados nos assentamentos. Através desta pesquisa

A reforma agrária é uma luta que não se esgota com a conquista da terra, esta luta é contínua, sendo uma luta diária ainda nos assentamentos através da produção na terra e da permanência das famílias na terra conquistada. Por este motivo é necessário, para compreender a luta pela reforma agrária em sua totalidade, não apenas analisar o discurso em si do MST, mas também os discursos das famílias que vivem em assentamentos rurais.



Figura 1 – Mapa ilustrativo do estado do Rio Grande do Sul indicando a localização do município de Capão do Leão (RS).

Fonte: Google Maps

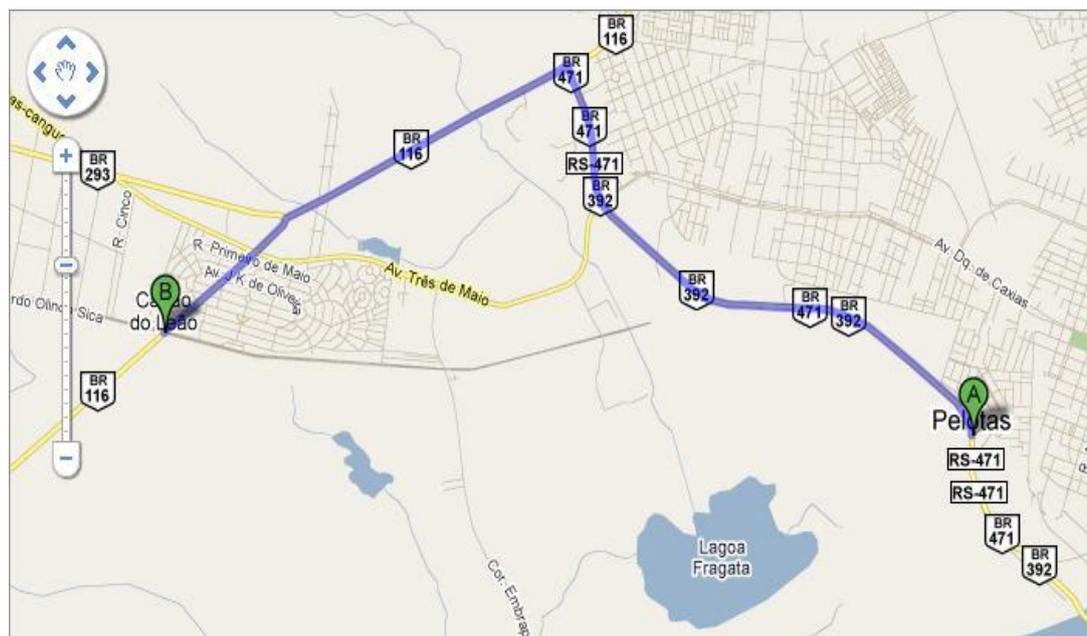


Figura 2 – Mapa ilustrativo da rota do município de Pelotas (RS) ao Centro Agropecuário da Palma, onde se situa o assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Google Maps

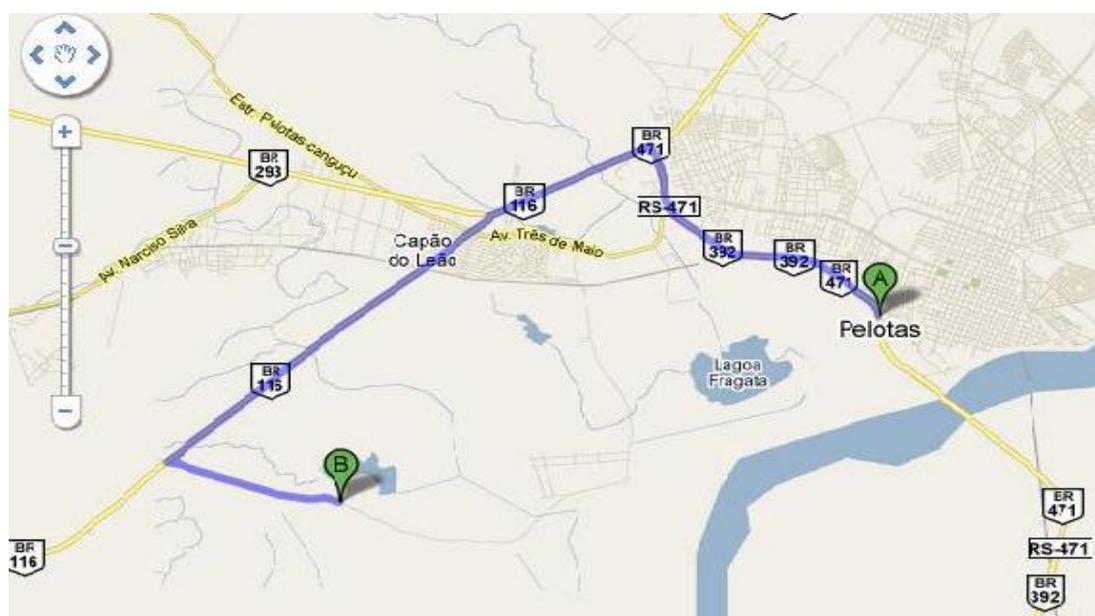


Figura 3 – Mapa ilustrativo da rota do município de Pelotas (RS) ao acesso a Embrapa pela BR 116, onde se situa o assentamento 25 de Outubro.

Fonte: Google Maps

Os resultados desta pesquisa são apresentados a partir deste capítulo, como se verificará a seguir.

#### 4.3.1 Origem e formação dos assentamentos

O primeiro assentamento rural analisado no presente trabalho é denominado “24 de Novembro”, por seus próprios moradores. Este assentamento recebeu esta denominação por, de acordo com os relatos dos coordenadores do assentamento, ter sido este o dia em que foi oficializado o assentamento: 24 de Novembro de 1992; ou seja, o dia em que foi conquistada esta terra.

Foi constatado, através do trabalho de campo realizado, que há uma divergência em relação às denominações dos assentamentos analisados, os quais são vizinhos. Cabe aqui salientar que ao aplicar as entrevistas no segundo assentamento analisado, o 25 de Outubro, um de seus coordenadores afirmou que o mesmo estaria registrado como “24 de Novembro” pelo INCRA. Esta afirmação gerou dúvida a autora, que procurou identificar o porquê desta divergência. Segundo um dos coordenadores do até então assentamento 24 de Novembro, o primeiro assentamento analisado, a confusão ocorreu por causa de um projeto de luz que os moradores deste último haviam requisitado ao INCRA. Um dos moradores do assentamento 25 de Outubro teria forjado este último ser o 24 de Novembro, para poder ter acesso ao requisitado projeto de luz. Desta maneira, o INCRA registrou o assentamento 25 de Outubro como “24 de Novembro”. É importante ressaltar que não foi verificada a veracidade deste depoimento.

Resumindo, o assentamento 24 de Novembro está registrado pelo INCRA como “Construtores da Palma”, e o assentamento 25 de Outubro como “24 de Novembro”. Mas os moradores de ambos os denominam pelo dia de suas conquistas, ou seja, 24 de Novembro e 25 de Outubro respectivamente, denominações as quais o presente trabalho se apropria para a análise dos assentamentos.

De acordo com os coordenadores do assentamento 24 de Novembro, este se formou através de Regime de Comodato<sup>18</sup>, válido por quinze anos, com a

---

<sup>18</sup> É o contrato pelo qual alguém entrega a outra pessoa coisa infungível para ser usada temporariamente, e depois restituída. É um contrato unilateral gratuito e restrito, porque não exige a contraprestação do comodatário. (Índice Fundamental do Direito. Capturado da internet em 06/05/20010. [http:// www.dji.com.br](http://www.dji.com.br))

Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Já faz três anos que este regime de comodato venceu e o assentamento aguarda ser oficializado pelo INCRA.

No assentamento 24 de Novembro residem atualmente 24 famílias, sendo que destas famílias 5 não fazem parte da formação original, pois 3 famílias são arrendatários e outras 2 estão morando de favor. Há um total de 80 pessoas no assentamento, entre estas 45 homens e 35 mulheres, conforme se pode constatar através da tabela 3. A maioria das famílias é da região norte do estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 3 – N° de moradores por sexo e faixa etária no assentamento 24 de Novembro.

Faixa etária	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Até 10 anos	6	7
De 11 a 20 anos	10	14
De 21 a 30 anos	6	4
De 31 a 40 anos	1	5
De 41 a 50 anos	7	6
De 51 a 60 anos	4	7
Mais de 60 anos	1	2
Total	35	45

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

O segundo assentamento analisado neste trabalho é o assentamento “25 de Outubro”, assim denominado por seus próprios moradores. Semelhantemente ao primeiro assentamento analisado, o 25 de Outubro recebe este nome por este ter sido o dia em que foi conquistada a terra: 25 de Outubro de 1995; foi este o dia em que o assentamento foi oficializado.

A divergência em torno das denominações dos assentamentos teve início com a entrevista realizada com um dos coordenadores do assentamento 25 de Outubro. Ao questionar o nome do assentamento, o coordenador respondeu que seria “24 de Novembro”. Diante da confusão, a entrevistadora perguntou o porquê de o coordenador não ter respondido 25 de Outubro, ressaltando, ao mesmo tempo, que seria o assentamento vizinho, o primeiro analisado, o assentamento “24 de Novembro”. O coordenador explicou que o assentamento até então denominado como 24 de Novembro, na realidade está registrado como “Construtores da Palma” pelo INCRA, pois o mesmo era uma associação. De acordo com o coordenador do 25 de Outubro foi o INCRA que fez esta confusão, registrando assim o

assentamento 25 de Outubro como “24 de Novembro”. Para diferenciar os dois assentamentos, segundo o coordenador entrevistado, os moradores assentados se referem ao primeiro como “24 de Novembro Palma” e ao segundo como “24 de Novembro Embrapa”. Mas através das entrevistas realizadas com os moradores do segundo assentamento analisado foi constatado que este ainda é chamado pelo nome em que houve a conquista da terra: 25 de Outubro. Por este motivo, este trabalho mantém as denominações utilizadas pelos moradores assentados, sendo o primeiro assentamento 24 de Novembro e o segundo 25 de Outubro.

Foi após o conhecimento desta confusão pela entrevistadora que se verificou a existência da teoria sobre o roubo de um projeto de luz, mas como já foi ressaltado, sua veracidade não foi verificada, até por este não ser o foco do presente trabalho.

Segundo o coordenador do 25 de Outubro este assentamento se formou, pois estava sendo concedida pela Embrapa uma área para se construir um assentamento. Esta área comportaria somente 15 famílias. Na mesma época as famílias atualmente do 25 de Outubro estavam em um acampamento onde havia em torno de 800 famílias. Foi necessário separar estas famílias em 84 grupos de 15 famílias. Após esta separação, os grupos foram numerados e realizou-se um sorteio, sendo o número 21 o sorteado, o número do grupo de pessoas que moram no assentamento 25 de Outubro até os dias atuais.

Há no assentamento 25 de Outubro 15 famílias, sendo que, diferentemente do assentamento 24 de Novembro, todas estas famílias fazem parte do MST. A maior parte destas famílias está no assentamento desde a sua formação. Há um total de 45 pessoas que residem neste assentamento, entre estas 21 mulheres e 24 homens (tab. 4). A maioria das famílias veio do norte do estado do Rio Grande do Sul, da região Alto Uruguai.

Tabela 4 – N° de moradores por sexo e faixa etária no assentamento 25 de Outubro.

Faixa etária	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Até 10 anos	3	1
De 11 a 20 anos	5	5
De 21 a 30 anos	2	4
De 31 a 40 anos	1	2
De 41 a 50 anos	7	8
De 51 a 60 anos	3	4
Mais de 60 anos	-	-

Total	21	24
-------	----	----

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

#### 4.3.2 Origem das famílias assentadas

Através das entrevistas realizadas no assentamento 24 de Novembro, a primeira constatação foi a de que as famílias deste assentamento são oriundas do campo, ou seja, do meio rural. A maioria dos assentados, antes da inserção no Movimento, trabalhava como “arrendatário”, ou seja, de acordo um dos moradores, “produziam em terra dos outros”. Estas famílias, as quais não possuíam a posse da terra e conseqüentemente não possuíam uma vida digna, por causa da relação desigual entre proprietário da terra e arrendatário, decidiram se inserir na luta pela reforma agrária através do MST.

Tabela 5 – N° de moradores entrevistados por sexo e ocupação anterior no assentamento 24 de Novembro.

Ocupação	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total de entrevistados
Arrendatário (a)	11	10	21
Comerciário (a)	1	-	1
Serviço Doméstico	-	-	-
Setor Calçadista	2	-	2
Pedreiro	-	1	1
Dependente	2	-	2
Total de entrevistados	16	11	27

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

Importante ressaltar que entre as famílias do assentamento 24 de Novembro somente 5 não residem no mesmo desde a sua formação, sendo que entre estas, 2 são arrendatárias, outras 2 residem “de favor” na casa de parentes próximos e 1 família comprou o lote de um dos moradores do assentamento.

No assentamento 25 de Outubro a maioria das famílias também tem origem no campo. Através das entrevistas pode-se observar que algumas famílias são das cidades, mas mesmo estas têm origem no meio rural, através de laços de parentescos próximos, mais precisamente com os pais ou avós.

A maioria das famílias trabalhava na condição de “arrendatária”, sendo que, segundo relatos de alguns assentados, a renda que lhes restava era muito baixa, o que resultava na situação de miséria em que viviam estas famílias. Os moradores do assentamento 25 de Outubro inseriram-se Na luta pela reforma agrária para conquistarem sua própria terra, onde pudessem trabalhar e sustentar sua família dignamente e sem miséria.

Tabela 6 – N° de moradores entrevistados por sexo e ocupação anterior no assentamento 25 de Outubro.

Ocupação	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Total de entrevistados
Arrendatário (a)	6	5	11
Comerciário (a)	-	-	0
Serviço Doméstico	2	-	2
Setor Calçadista	-	1	1
Pedreiro	-	-	0
Dependente	1	-	1
Total de entrevistados	9	6	15

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

Percebe-se neste assentamento que há famílias, entre as entrevistadas, que não residem no assentamento desde a sua formação. Das 11 famílias entrevistadas, 4 são oriundas de outros assentamentos, residindo assim no 25 de Outubro há poucos anos ou até meses. Estas famílias, por diversos motivos, decidiram trocar o lote com antigos moradores do assentamento 25 de Outubro.

Na visão dos moradores do assentamento 25 de Outubro, as pessoas que atualmente lutam pela terra têm origem no campo. Os próprios assentados explicam durante as entrevistas que na realidade a maioria das pessoas vem das cidades, mas que estas mesmas pessoas são filhos ou netos de agricultores que perderam ou venderam suas terras e foram para as cidades em busca de uma vida melhor. São estas famílias que agora estão voltando para o campo através da luta pela reforma agrária organizada pelo MST. Desta maneira pode-se perceber que é o próprio trabalhador rural o protagonista desta luta, ou seja, é o pobre do campo que luta por sua própria transformação social e liberdade.

#### 4.3.3 Inserção das famílias assentadas no MST

A maioria dos moradores do assentamento 24 de Novembro teve conhecimento do Movimento através da própria família, em que já havia membros que teriam acampado ou que já estavam assentados. As pessoas que não conheceram pela a família, tiveram conhecimento do Movimento através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, pelo Partido dos Trabalhadores – PT, e pelas Igrejas ou Comissão Pastoral da Terra - CPT. Inclusive um dos moradores do 24 de Novembro decidiu se inserir na luta pela reforma agrária por insistência de um padre de sua paróquia, sendo constatado desta maneira, o apoio e o impulsionamento da Igreja à luta pela reforma agrária.

Os moradores do assentamento 24 de Novembro relatam que se inseriram no Movimento por causa da luta pela reforma agrária, para conseguir um “pedaço de chão” que pudessem dizer que é seu e, desta maneira, tornar-se “donos de si mesmos”. Os moradores do assentamento explicam ainda que a vontade de “trabalhar na terra que fosse sua”, e, além disso, de “produzir alimentos saudáveis, educar e dar uma vida digna para seus filhos” foram os impulsos para a inserção na luta pela reforma agrária.

As famílias do assentamento 25 de Outubro tiveram conhecimento, em sua maioria, do MST através de parentes, que já haviam freqüentado acampamentos ou já eram assentados pelo MST. É importante destacar que algumas famílias que atualmente residem no 25 de Outubro são filhos de assentados do assentamento vizinho ou do próprio assentamento, indicando, desta maneira, o caráter hereditário na conquista da terra pelo Movimento. Assim, estas famílias já têm contato com o campo e têm o conhecimento da produção na terra. Semelhantemente ao primeiro assentamento, no 25 de Outubro os assentados que não tiveram conhecimento do Movimento através de parentes conheceram-no através de amigos que já estavam inseridos neste, através da Igreja e da CPT, ou simplesmente por terem acesso a acampamentos ou assentamentos, por se localizarem perto de onde moravam ou trabalhavam.

As famílias do assentamento 25 de Outubro inseriram-se no Movimento em busca de “terra para trabalhar, produzir e obter renda”. Na visão destas famílias não havia outra maneira de conquistar a terra se não fosse através do Movimento, pois a

terra tem um preço muito alto, preço este que as famílias nunca teriam como pagar. A inserção no Movimento foi a saída que estas famílias encontraram para fugir da miséria e pobreza. A conquista da terra representa para os moradores do assentamento 25 de Outubro sua “sobrevivência” e uma “vida digna para os filhos”.

#### 4.3.4 Forma de organização da produção nos assentamentos

A forma de organização da produção no assentamento 24 de Novembro é individual e não coletiva. De acordo com os relatos das famílias assentadas, no início, os mesmos formaram uma cooperativa, a qual teve funcionamento por dois anos. Durante estes dois anos as famílias assentadas foram percebendo que havia muitas divergências em relação ao modo de trabalhar e ao tempo gasto por cada pessoa no trabalho. De acordo com as famílias entrevistadas, algumas pessoas trabalhavam mais do que outras. Após inúmeras divergências em torno do trabalho, os moradores do assentamento 24 de Novembro, após dois anos, optaram pela organização individual da produção no assentamento, ou seja, o trabalho é realizado por cada família, em seu respectivo lote.

Ainda de acordo com os coordenadores do assentamento, o trabalho coletivo não tinha resultados satisfatórios em relação a dinheiro. Enquanto era desenvolvido de forma coletiva, como cooperativa, o trabalho não rendeu o dinheiro necessário para construir nenhuma casa dentro do assentamento. Este foi mais um dos motivos que levou as famílias a optarem pela forma individual de organização da produção no assentamento 24 de Novembro.

A forma de organização da produção no assentamento 25 de Outubro, assim como no 24 de Novembro, é individual, ou seja, por família. De acordo com o coordenador entrevistado neste assentamento, na forma coletiva de organização da produção “são muitas cabeças para pensar”, cada pessoa tem um sistema e uma cultura diferente. Segundo os moradores entrevistados sempre há uma pessoa mais rápida e outra mais lenta no trabalho, desencadeando, desta maneira, discussões sobre o modo e o tempo de realização do trabalho. O trabalho coletivo teve duração de um ano neste assentamento. De acordo com o coordenador, além de haver estas divergências acima citadas, as pessoas, quando formaram o assentamento não se conheciam muito bem, o que dificulta mais ainda o trabalho coletivo. Segundo o

coordenador o trabalho coletivo pode se desenvolver com o passar dos anos, mas não no início da formação do assentamento, em que as pessoas não se conhecem e não possuem intimidade uma com as outras.

#### 4.3.5 Atividades econômicas dos assentamentos

As atividades econômicas do assentamento 24 de Novembro são apicultura, suinocultura, ovinocultura (fig. 4), avicultura, pecuária (fig. 5) e a agricultura, sendo que são produzidos no assentamento ovos, milho, feijão, arroz, pepino, tomate, abóbora, hortaliças, aipim, batata doce, morango, além do fumo e do leite, sendo a produção deste último predominante no assentamento e a principal fonte de renda das famílias assentadas. De acordo com os moradores do assentamento entrevistados, cada família produz o que seu lote oferece, ou seja, a produção depende do nível do lote, pois neste assentamento as terras “mais baixas” não são favoráveis para a agricultura e dificilmente pode-se aproveitar toda a safra, ou seja, “não vale a pena plantar”, sendo essa a maior justificativa para a predominância da produção de leite no assentamento 24 de Novembro.



Figura 4 – Criação ovina no assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 5 – Criação bovina no assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.

A maior parte da produção é comercializada, sendo o leite e o pepino vendidos para indústrias. O queijo, o morango (fig. 6), o mel e o fumo são comercializados diretamente, sendo o restante da produção para o consumo próprio (fig. 7).



Figura 6 – Produção de morangos no assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 7 – Moradora do assentamento 24 de Novembro produzindo pães  
Fonte: Produção própria, 2009.

As atividades econômicas do assentamento 25 de Outubro, segundo os moradores assentados, são a pecuária e a agricultura, sendo que são produzidos leite, arroz, hortaliças, morango, pepino e gado de corte. O leite e o pepino são vendidos para a indústria, o arroz é vendido para os engenhos e o morango é vendido diretamente ao consumidor.

O discurso sobre a produção de alimentos saudáveis é muito presente em ambos os assentamentos, o que se pode confirmar através das hortas orgânicas (fig. 8 e 9) produzidas nos mesmos, tanto para a comercialização quanto para o consumo próprio.



Figura 8 – Horta orgânica cultivada em residência do assentamento 25 de Outubro

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 9 - Horta orgânica cultivada em residência do assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.

#### 4.3.6 A luta pela reforma agrária nos assentamentos

De acordo com os moradores do assentamento 24 de Novembro o principal objetivo das famílias através do MST é a “terra para trabalho”. Ou seja, é terra para quem nela trabalha. Além deste objetivo estão a “alimentação”, “educação” e “vida digna”.

A alimentação da família, segundo os moradores assentados, é obtida através e por causa da reforma agrária. Pode-se perceber que os assentados atribuem a vida digna que têm à luta pela reforma agrária. Foi através da reforma agrária que as famílias do assentamento 24 de Novembro abandonaram a vida de miséria em que viviam e a pobreza, tornando-se donos de sua própria terra e obtendo a vida digna tanto desejada.

Segundo a maioria das famílias deste assentamento a reforma agrária, se ocorresse de verdade em toda a sociedade, solucionaria problemas como fome, pobreza e desemprego, pois esta gera alimentos saudáveis para a subsistência e trabalho, tirando assim, as famílias da situação de pobreza. A reforma agrária traria soluções para as cidades também, ao “desinchar” as cidades e ao trazer salários mais justos, alimentos saudáveis e dignidade para todos. Segundo um dos moradores assentados a “reforma agrária é igualdade e direito para todos”.

Algumas famílias ressaltaram durante as entrevistas que há uma grande parcela de pessoas na luta pela reforma agrária que vêm das cidades. As famílias entrevistadas explicam que antigamente, em suas épocas (quando acamparam), a maioria era do campo, mas atualmente há muita gente da cidade inserindo-se no Movimento por causa da luta pela reforma agrária. Mas grande parte dos assentados afirma que os protagonistas da luta pela reforma agrária são os próprios “trabalhadores rurais”. Explicam ainda que as pessoas que estão na luta pela reforma agrária podem ter vivido nas cidades, mas têm origem no campo e que isso ocorre por causa do processo de êxodo rural que ocorreu no século XX. Através deste processo, os assentados explicam que muitas pessoas que viviam no campo foram obrigadas a migrarem para as cidades em busca de empregos e que são estas mesmas pessoas, ou seus filhos e netos que hoje estão inserindo-se no MST em busca de terra para trabalhar.

Para conseguir conquistar a terra, segundo os moradores do assentamento 24 de Novembro, é necessário “muita luta”. De acordo com os assentados quem quer conquistar a terra tem que lutar, primeiramente inserindo-se no Movimento e ocupando a terra. Segundo um dos moradores entrevistados “tem que se organizar e resistir no acampamento”. Constata-se, através dos discursos dos assentados, que os que não lutam não merecem e não têm direito à terra. Além disso, constata-se ainda que tem direito à terra aqueles que precisam da mesma para viver, aqueles que “querem a terra para trabalhar em cima dela”, pois a terra tem a função de “produzir alimentos”.

O discurso dos assentados de que a estagnação da produção na terra restringe o direito de obter e permanecer na mesma é muito forte. Segundo um dos moradores do assentamento 24 de Novembro “quem conquista a terra para deixar esta parada, sem produzir, sem trabalhar em cima desta, não tem direito à terra”. Importante ressaltar que este discurso é muito similar ao discurso dos teólogos da libertação. Abaixo a fig. 10 ilustra um quadro em uma residência do assentamento 24 de Novembro com o lema “Terra, Trabalho, Justiça”, o que materializa o discurso dos moradores assentados em torno na questão do trabalho na terra.



Figura 10 – Quadro com lema do Movimento, que tem origem na CPT, em residência do assentamento 24 de Novembro

Fonte: Produção Própria, 2009.

Alguns moradores do assentamento 25 de Outubro afirmam, através das entrevistas, que a terra é um direito de todos, pois a terra é de Deus, e “Deus não vendeu a terra, mas deu para todos”.

Já outros moradores assentados explicam que para ter direito a terra é necessário ter origem no campo, pois segundo os mesmos quem não é da agricultura não tem o conhecimento da produção na terra. Além disso, de acordo com os assentados, tem direito a terra quem nela trabalha. No processo de reforma agrária não adianta somente conquistar a terra, é necessário também produzir nesta para garantir que a mesma continue sendo sua. É o trabalho na terra que dá direito a esta.

De acordo com os relatos dos moradores assentados, para conquistar a terra foi preciso “muita luta”, “coragem”, “garra”, “persistência”. Além disso, a “organização” é uma palavra chave para compreender como os moradores do assentamento 25 de Outubro conseguiram conquistar a terra. Segundo os moradores assentados entrevistados sem a organização a terra não teria sido conquistada, pois “quem quer a terra tem que se organizar”. E, além disso, as famílias entrevistadas vêem essa luta como primordial, ainda hoje, para se ter direito a terra. É necessário lutar porque “terra não se ganha, se conquista”. Através destes discursos pode-se notar a importância da “ocupação”, segundo as famílias entrevistadas, para a conquista da terra, pois é a partir da ocupação que há a organização das pessoas na luta pela reforma agrária.

Foi a pobreza e miséria que impulsionaram as famílias do assentamento 25 de Outubro a lutarem pela reforma agrária. Esta era a única solução que restava ainda a estas famílias, segundo relatos das mesmas. A luta pela reforma agrária foi uma maneira de fugir da pobreza.

Segundo as famílias do assentamento 25 de Outubro os objetivos do Movimento são “sustento”, “sobrevivência” e “bem-estar da família”. Estes objetivos são alcançados não somente ao conquistar a terra, mas sim através do “trabalho” realizado através da mesma. É o trabalho na terra que garante uma vida digna às famílias.

O primeiro problema que a reforma agrária soluciona, na opinião da maioria das famílias entrevistadas do assentamento 25 de Outubro, é a “moradia”, pois através da reforma agrária se conquista um lugar para viver “que se pode dizer que é seu”. A partir da reforma agrária, a terra torna-se “terra de trabalho” para essas

peças, que produzem nessa terra. Importante ressaltar que muitas famílias explicam que é necessário plantar alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, pois é desses alimentos que a família sobrevive. Esse é o principal diferencial da reforma agrária, segundo estas famílias, pois os que conquistaram a terra através desta luta produzem alimentos saudáveis, tanto para a subsistência da própria família quanto para a sociedade. Este discurso está muito presente também nas entrevistas e documentos da CPT, que defende a produção de alimentos que não agrida o meio ambiente e que não utilize agrotóxicos.

A reforma agrária, de acordo com as famílias assentadas, é uma maneira de “empregar” as pessoas, “desinchando”, assim, as cidades. Ou seja, a reforma agrária traz soluções tanto para o campo como para as cidades, pois suas consequências vão além do âmbito agrário.

#### 4.3.7 O significado da Terra para as famílias assentadas

A Terra tem um significado muito forte para as famílias do assentamento 24 de Novembro, pois significa tudo na vida destas pessoas. Terra é “Mãe Terra”, como é explicado por um dos moradores entrevistados do assentamento. É a terra que supri todas as necessidades, tanto das pessoas do campo como das pessoas das cidades, porque é nela que são produzidos os alimentos, desta maneira, todos dependem da terra. “A Mãe Terra é a solução de todos e de tudo”.

A terra para os moradores do 25 de Outubro significa “tudo”, é dela que se obtém os alimentos para subsistência da família. A terra é como se fosse uma mãe, é “Mãe Terra”, é “o pão de cada dia”. “Sem a terra não se vive no mundo de hoje, se sobrevive”. As famílias do assentamento 25 de Outubro atribuem à terra a razão de hoje ainda estarem vivos e terem uma vida digna.

#### 4.3.8 Análise comparativa dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro

Através do trabalho de campo realizado percebe-se que há similaridades e diferenças entre os assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro. Entre estas são citadas a seguir as mais significativas para o presente trabalho.

A primeira constatação é a de que no assentamento 24 de Novembro há a presença de 5 famílias que não são da formação original do assentamento e nem do MST. Entre estas famílias 3 são arrendatárias. Uma das famílias que oferece a terra para o arrendamento explica que recorrem a este por não terem como produzir o suficiente para sua sobrevivência pelas delimitações da idade. A segunda família que oferece terra para arrendamento não comentou o assunto. Outras 2 famílias que moram de favor são parentes de famílias do próprio assentamento.

No assentamento 25 de Outubro, diferentemente do que em seu assentamento vizinho, não há a presença de famílias que não fazem parte do MST. Existem famílias que não são da formação original, mas lutaram pela terra, pois já estavam inseridas em outros assentamentos. Apenas houve uma troca de lotes entre assentamentos, por inúmeros motivos, de acordo com a família.

Outra constatação importante é a de que em ambos os assentamentos as famílias têm origem no campo, ou seja, têm o conhecimento da produção na terra. A maioria das famílias eram arrendatárias, viviam uma relação desigual e que não supria as necessidades básicas. Mesmo as famílias que vieram das cidades têm origem no campo. Estas famílias sofreram o processo do êxodo rural, foram expulsas do campo e em busca de empregos nas cidades. Deparando-se com o desemprego e a miséria, estas mesmas famílias estão voltando para o campo como protagonistas da luta pela reforma agrária.

Outra semelhança entre os assentamentos é a forma da organização da produção, a qual é individual em ambos, ou seja, por família. A justificativa para que a forma de produção não seja coletiva é basicamente a mesma também. Cada um tem uma forma de pensar e trabalhar, o que tem como consequência conflitos, pois enquanto um trabalha mais o outro trabalha menos.

Em relação às atividades econômicas dos assentamentos há a predominância da pecuária e a agricultura, sendo que no assentamento 24 de

Novembro há o problema dos diferentes níveis da terra em relação à barragem. Por causa deste problema, nas terras mais baixas o leite é a principal fonte de renda das famílias.

A luta pela reforma agrária é mais do que conquistar a terra, é manter a terra produtiva, segundo as famílias assentadas. Por isso esta luta é contínua. No caso do assentamento 24 de Novembro a idéia da luta pela reforma agrária no dia-a-dia é muito forte, pois este assentamento está sob um regime de comodato já vencido há três anos, isto é, as famílias estão assentadas, mas a reforma agrária, de fato, não ocorreu. A qualquer momento estas famílias podem ser despejadas de suas terras. Além de lutar fazendo com que a terra seja produtiva e garanta a subsistência, as famílias lutam para que o INCRA oficialize o assentamento 24 de Novembro. Já no assentamento 25 de Outubro o discurso de que é necessário cultivar alimentos saudáveis é muito presente nos discursos das famílias assentadas. Para estas famílias o diferencial da reforma agrária para toda a sociedade está justamente no cultivo de alimentos orgânicos. Por esta razão, além de fazer da terra uma terra produtiva, as famílias do 25 de Outubro priorizam a agricultura orgânica, tornando esta mais uma luta dentro do processo da reforma agrária.

As famílias dos dois assentamentos consideram a Terra como a “Mãe Terra”, pois é dela que saem os alimentos para a subsistência das famílias. A terra gera o que é necessário para a sobrevivência. Ao se dirigirem à terra como a “Mãe Terra”, as famílias assentadas atribuem a esta um significado divino.

Através do trabalho de campo realizado nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro percebe-se que há muitas similaridades entre estes, principalmente quanto à estrutura dos assentamentos e a luta diária pela permanência na terra conquistada.

## CAPÍTULO V

### AS MANIFESTAÇÕES IDEOLÓGICAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O objetivo do presente capítulo é analisar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária, através do *grande discurso histórico* do MST, do *pequeno discurso vivencial* e das práticas sociais dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

Primeiramente, para compreender o significado de teologia da libertação e a maneira pela qual esta se manifesta na luta pela reforma agrária, torna-se necessário fazer um paralelo entre “teologia da libertação” e “ideologia”. Para este fim, o presente trabalho tem como referência a concepção de Karl Marx e Friederich Engels sobre ideologia. Conforme a concepção de Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1980), ideologia é uma forma de consciência, um conjunto de produção de idéias e de representações do homem ou de um grupo social. É desta concepção que o presente trabalho se apropria ao analisar e para compreender a Teologia da Libertação, sendo esta última uma ideologia. Mas a concepção de ideologia de Marx e Engels não é utilizada em sua totalidade ao analisar a Teologia da Libertação no presente trabalho, pois, segundo estes autores, a ideologia é uma forma de dominação do homem ou de um grupo social no sentido negativo, sendo a ideologia considerada uma “falsa consciência”.

Entre as concepções de ideologia discutidas no primeiro capítulo do presente trabalho, a que mais se adequa à análise da teologia da libertação é a de Antonio Gramsci, autor este que rejeita qualquer uso negativo do conceito ideologia. Para Gramsci (1978, p. 377), ideologia é um terreno sobre o qual os homens adquirem consciência de sua posições e lutam. A ideologia é uma força que organiza e impulsiona as ações das pessoas. A Teologia da Libertação é analisada, no presente trabalho, de acordo com a concepção de ideologia de Gramsci, pois é uma força, um impulsionamento que organiza o terreno dos que lutam pela reforma agrária.

Para compreender a categoria “discurso” este trabalho tem como referência os autores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para os quais o discurso, ao lado da ideologia e da hegemonia, é uma categoria central. Segundo Laclau (1993) discurso é uma totalidade que inclui em si o linguístico e o extralinguístico, sendo que todo o objeto discursivo se constitui em um contexto de ação.

Esta concepção de discurso é fundamental no presente trabalho na medida em que este tem como objetivo identificar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária. Para este fim, torna-se necessário analisar o discurso em torno desta luta, para então identificar nestes manifestações ideológicas da Teologia da Libertação. O discurso da luta pela reforma agrária se configura no MST, principal movimento social que tem como bandeira principal a luta pela reforma agrária. É neste sentido que a categoria discurso de Laclau e Mouffe torna-se essencial para este trabalho, pois o discurso é uma prática social de natureza material, é resultado de uma prática articulatória que organiza ações de determinadas pessoas e grupos.

Desta maneira o presente trabalho identifica as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação nos discursos em torno da luta pela reforma agrária, sendo que entre estes discursos estão incluídas as práticas sociais dos que lutam pela reforma agrária, pois estas são resultado de uma prática articulatória.

Este trabalho se apropria ainda de denominações utilizadas por José de Souza Martins (2003) para especificar os discursos em torno da luta pela reforma agrária, os quais o presente trabalho analisa, sendo estas denominações e discursos, respectivamente, o *grande discurso histórico*, ou seja, o discurso dos militantes do MST, e o *pequeno discurso vivencial* dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

Para identificar as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária foram realizados o trabalho de compreensão sobre o significado de Teologia da Libertação, a aplicação da Análise de conteúdo em discursos da CPT, assim como nos discursos do MST, sendo estes o discurso de João Pedro Stédile, representando o *grande discurso histórico* do Movimento, e o *pequeno discurso vivencial* dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro. Além destas análises foi realizada a Observação participante em encontros e rituais nos assentamentos analisados.

Segundo Luigi Bordin (1987) é a partir da Teologia da Libertação que a temática clássica, bíblica e teológica é lida do ponto de vista do oprimido e de sua libertação, na medida em que a igreja faz uma opção pelos pobres e pela classe operária é que esta passa a analisar a sociedade de acordo com a corrente marxista, captando, desta maneira, o fenômeno político da libertação em sua plenitude histórica.

A Teologia da Libertação é o marco de um novo pensamento nas Igrejas cristãs, pois coloca o pobre como o principal centro de suas ações. Além disso, a Teologia da Libertação tem como uma de suas concepções a idéia de que o pobre é agente transformador de sua própria realidade social, ou seja, este é sujeito e autor de sua própria história (LÖWY, 2000).

A CPT – Comissão Pastoral da Terra nasce a partir dessa nova concepção libertadora da igreja, com a função de “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais” (CPT, 1990). Ou seja, um dos principais papéis da CPT é o de articular os grupos em torno da reforma agrária e ser um serviço eficaz aos protagonistas desta luta. A CPT torna-se então uma grande propagadora da Teologia da Libertação, pois leva esta à prática, na medida em que impulsiona a luta pela reforma agrária, ao apoiar e incentivar os protagonistas desta luta.

Como foi demonstrado em capítulos anteriores, a CPT contribuiu para a formação do MST, impulsionando as lutas pela reforma agrária, partindo da idéia de que os trabalhadores rurais sem terra são os protagonistas desta luta (BALDUÍNO, 1998), ou seja, os trabalhadores rurais sem terra são sujeitos ativos de sua própria transformação social, concepção esta provinda da teologia da libertação. É através desta concepção que nasce o MST, pois este é um movimento social que tem como papel organizar os pobres na luta pela reforma agrária (STÉDILE, 2005), ou seja, organizar os pobres na luta pela transformação de sua realidade social.

A própria formação do MST a partir da CPT é uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação, pois sendo a CPT a articuladora dos grupos em torno da reforma agrária, percebeu-se que seria necessário organizar os pobres na luta pela reforma agrária. É desta necessidade que se formou o MST, com o papel principal de organizar os pobres na luta pela reforma agrária.

A influência político-religiosa que a CPT exerce sobre o MST tem como base a crítica ao modelo capitalista no campo, e suas consequências negativas. O MST

herdou a crítica, que tem origem na Teologia da Libertação, ao modelo capitalista como principal causa do sofrimento dos pobres. Além do campo, o desenvolvimento do capitalismo também afeta as populações das cidades, por este motivo o MST vai além de uma proposta agrária (STÉDILE, 2004), como foi salientado em capítulo anterior.

Percebe-se, através deste trabalho, que a Teologia da Libertação, a qual se manifesta na luta pela reforma agrária, é um conjunto de concepções que legitimam esta luta, entre estas: o capitalismo como causa do sofrimento dos pobres e a concepção de que o pobre é agente transformador de sua realidade social (LOWY, 2000, P. 61). Estas concepções impulsionam a luta pela reforma agrária, pois esta é uma luta que transforma a realidade social dos pobres do campo. Além disso, o MST é um movimento social que organiza os pobres na luta pela reforma agrária, ou seja, são os próprios trabalhadores rurais os protagonistas desta luta. São os trabalhadores rurais os agentes transformadores de suas realidades sociais através da luta pela reforma agrária.

Através da concepção da Teologia da Libertação de que os pobres têm a capacidade de lutar por sua autolibertação, a Igreja passa a enxergar os pobres como agentes transformadores de suas realidades sociais, e o MST, ao organizar os próprios trabalhadores rurais sem-terra na luta pela reforma agrária, está manifestando, através desta organização, esta concepção da Teologia da Libertação.. Ou seja, a própria formação e papel do Movimento manifestam ideologicamente esta teologia.

Através do presente trabalho percebe-se que a Teologia da Libertação manifesta-se nos discursos do MST, ou seja, no *grande discurso histórico* e no *pequeno discurso vivencial* dos que lutam pela reforma agrária, similarmente.

A manifestação da Teologia da Libertação se faz presente nos discursos do Movimento principalmente por este atribuir aos trabalhadores sem terra o papel de sujeitos ativos na transformação do mundo social-rural, através da reforma agrária, concepção esta que provem da Teologia da Libertação.

Assim como no grande discurso histórico do MST, segundo o pequeno discurso vivencial das famílias entrevistadas dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro é o próprio trabalhador rural o protagonista da luta pela reforma agrária. Este discurso é uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação, pois provem da concepção da mesma de que o pobre oprimido é agente

transformador de sua realidade social, ou seja, agente de sua própria transformação social na busca por sua liberdade. Na luta pela reforma agrária, o agente transformador de sua realidade social é o próprio trabalhador rural.

Percebe-se que o conceito “ocupação”, distinguindo-o de “invasão”, é permanente nos discursos de João Pedro Stédile. Conceito este que também se faz presente nos discursos de integrantes da CPT, como no de José de Souza Martins (1980) que explica que o posseiro não invade a terra, mas sim ocupa. Ou seja, o conceito de ocupação faz parte dos discursos da CPT, a qual é um mecanismo que coloca em prática a Teologia da Libertação através do impulsionamento da luta pela reforma agrária, como já foi analisado anteriormente.

O conceito de ocupação tem grande importância na luta pela reforma agrária, pois é através da ocupação que essa luta se inicia. Mais do que isso, a ocupação é indispensável à conquista da terra, pois é sinônimo de luta na visão das famílias inseridas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro. Para a maioria das famílias entrevistadas em ambos os assentamentos, para conquistar a terra é necessário lutar. Tem direito a terra quem luta por esta, pois, segundo um dos moradores do assentamento 25 de Outubro, “terra não se ganha, se conquista”. A ocupação marca o início desta luta pela conquista da terra e, conseqüentemente, pela reforma agrária.

A partir do discurso sobre a ocupação, pode-se notar uma relação com a concepção da Teologia da Libertação que coloca os oprimidos como agentes transformadores de suas realidades sociais, e não mais objetos de ações caritativas (LÖWY, 2000, p. 60). O discurso dos moradores dos assentamentos sobre a ocupação como fundamental à conquista da terra é uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação, pois ocupação é a primeira ação na luta pela reforma agrária. Na visão dos moradores assentados merece a terra quem luta por esta, pois terra não se ganha, se conquista.

Importante ressaltar que algumas famílias do assentamento 24 de Novembro inseriram-se na luta pela reforma agrária por insistência de padres de suas receptivas paróquias, sendo constatado, desta maneira, o apoio e incentivo da Igreja a esta luta. Este apoio existe por causa da disseminação da Teologia da Libertação.

Segundo a CPT a Terra pertence a todos, pois é uma dádiva de Deus (CPT, 1980). Além disso, terra não é somente terra, é “Mãe Terra” (BALDUÍNO, 2000). Esta visão da terra esta muito presente nos discursos dos moradores assentados de

ambos os assentamentos analisados no presente trabalho. Na maioria das entrevistas as famílias entrevistadas se dirigem a terra como “Mãe Terra”, pois segundo estas, é da terra que sai tudo, é da terra que saem os alimentos para sua subsistência. Sem a terra essas pessoas não teriam como viver, pois não possuiriam os alimentos necessários para uma alimentação básica, vivendo assim na miséria e na pobreza. A terra é então como uma Mãe para as famílias assentadas, pois ela traz vida a estas pessoas através da subsistência.

Algumas famílias assentadas, tanto no assentamento 24 de Novembro como no assentamento 25 de Outubro, vêem a terra como um direito de todos, pois a terra é de Deus, e Deus não vendeu a terra, mas sim doou a todos. Todos então devem ter direito a terra. Esta visão provem da CPT através da idéia de que terra é uma “dívida de Deus” e por isso um “bem de todos” (BALDUÍNO, 2000).

Mas para se ter direito a terra, como já salientado anteriormente, é necessário lutar por esta. Esta luta inicia-se através da ocupação da terra. Quem quer ter a terra deve ocupar e lutar por esta. A ocupação da terra e a luta por esta é que dão direito a conquista da terra. Novamente é importante ressaltar que a Teologia da Libertação esta presente nos discursos de quem luta pela reforma agrária, através desta idéia de que se deve lutar pela terra.

Além da visão de terra como dívida de Deus, a CPT defende em seus discursos que o trabalho que “legitima a posse da terra” (CPT, 1980). Esta visão é permanente nos documentos da CPT desde o seu nascimento até os dias atuais. Além de lutar pela terra é necessário ainda permanecer nesta, para permanecer nesta é necessário o trabalho. É através do trabalho na terra que se produzem os alimentos necessários a subsistência, tanto das pessoas do campo como das pessoas das cidades. Tem direito a terra quem nela trabalha.

Percebe-se que este discurso de que quem tem direito a terra é quem nela trabalha é uma maneira de impulsionar os que lutam pela reforma agrária a continuarem esta luta dia-a-dia, através do trabalho na terra. Além de que, sem trabalho e produção, não há quem resista na terra, pois viveria na miséria. O trabalho torna-se, desta maneira, um mecanismo de luta diária pela reforma agrária dos trabalhadores assentados no 24 de Novembro e 25 de Outubro, pois, segundo os últimos, para permanecer na terra é necessário o trabalho nesta. Quem não trabalha e não produz na terra não a merece, pois não está cumprindo a função social da terra.

Após a conquista da terra, já nos assentamentos, segundo as famílias entrevistadas dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, tem direito a terra quem nela trabalha. É necessário fazer da terra uma terra produtiva, produzindo alimentos saudáveis para garantir a permanência na terra. O trabalho na terra dá direito a permanência nesta. Esta visão também está presente na Igreja através da CPT, que defende que a terra é para o trabalho.

As famílias de ambos os assentamentos insistem que a terra serve para se trabalhar e produzir nesta, pois sua função social é a produção de alimentos para a subsistência. Se não fosse para produzir na terra estas pessoas não teriam se inserido na luta pela reforma agrária. Quem conquista a terra tem que aproveitá-la da melhor maneira possível e mantê-la, o que ocorre através do trabalho e da produção de alimentos.

Esta visão do trabalho como uma luta diária provem da Teologia da Libertação, que coloca os pobres como agentes transformadores de sua realidade. O trabalho na terra tem este papel de transformar a vida das pessoas assentadas, pois através deste que os moradores assentados têm hoje condições de dar uma vida digna as suas famílias. Novamente nota-se aqui uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação sobre as práticas sociais dos moradores assentados. Esta prática, o trabalho como forma de resistência na terra, é impulsionado por uma prática articulatória, sendo esta a Teologia da Libertação. Desta maneira pode-se perceber a teologia da libertação como uma ideologia na concepção de Gramsci (1978).

Observa-se que valores que provem da teologia da libertação e estão presentes nos discursos da CPT, como “sociedade fraterna” e “justiça” (CPT, 1980), também estão presentes no MST, através dos discursos de João Pedro Stédile (2003), ao se opor ao modelo econômico atual e a favor de um modelo que tenha presente valores como “igualdade”, “fraternidade” e “justiça social”.

Segundo Pierre Bourdieu (2007), os símbolos, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornam possível uma espécie de consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Bourdieu (2007, p. 14-15) ressalta que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que

permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma illocutionary force, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

As palavras de ordem possuem uma simbologia e exercem poder pelo reconhecimento, elas são aceitas porque existe um sentimento de pertencimento à luta do MST. Este sentimento de pertencimento é gerado através da Teologia da Libertação, que se manifesta ideologicamente nos discursos do MST.

Os teólogos da libertação opõem-se ao modelo econômico capitalista, pois este seria a causa do sofrimento dos pobres. De maneira semelhante, o MST coloca-se constantemente contra capitalismo, defendendo sempre a ascensão de um modelo mais justo. Esta é mais uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação sobre o grande discurso histórico do MST, o que já não ocorre no pequeno discurso vivencial dos que lutam pela reforma agrária nos assentamentos analisados no presente trabalho.

Em momento algum nota-se, através das entrevistas com os moradores assentados, a presença de um ideal de ascensão de um novo modelo econômico em seus discursos. Essas famílias se inseriram no MST em busca da terra e na luta pela reforma agrária, mas para conquistarem a terra, não havendo em seus discursos, a necessidade de mudança do modelo econômico vigente. Estas pessoas têm a consciência de que a reforma agrária, se realizada em toda a sociedade, traria como consequência consigo, justiça e vida digna as famílias, mas esta reforma não está necessariamente ligada a outro modelo econômico.

Muitas famílias explicam a necessidade do governo fazer a reforma agrária, mas não há em seus discursos um posicionamento contra o modelo econômico vigente.

Na realidade os moradores assentados no 24 de Novembro e 25 de Outubro não explicitam em seus discursos uma crítica ao modelo capitalista, mas esta pode ser percebida implicitamente, através da explicação dos moradores de como e por que inseriram-se na luta pela reforma agrária. Através das entrevistas os principais motivos para terem aderido a esta luta foi a conquista da terra para trabalho, para

que através do trabalho na terra se pudesse ter uma vida digna. A maioria dos entrevistados explica que se não fosse a reforma agrária e o MST estariam hoje vivendo na miséria. Esta miséria e pobreza são causadas pelo capitalismo de acordo com a Teologia da Libertação, ou seja, esta é uma manifestação implícita da Teologia da Libertação nos discursos de quem luta pela reforma agrária nos assentamentos.

O modelo econômico proposto pelo o MST seria o socialismo, pois em uma de suas entrevistas, Stédile (1997) se confessa um “socialista cristão”, demonstrando desta maneira, uma nítida presença de valores e concepções da Teologia da Libertação em sua vida.

Além de Stédile posicionar-se como um socialista cristão, a ala progressista da igreja, através da CPT, coloca-se sempre em uma posição a favor do MST, pois só através de um movimento popular é possível organizar a sociedade a favor a luta pela reforma agrária, pois este é um interesse comum (CPT, 1999). Este movimento seria o MST. Desta forma a igreja manifesta-se a favor do Movimento legitimando assim, a luta pela reforma agrária. Nota-se a partir deste um mútuo apoio, pois o MST também apoia a Igreja no momento que um de seus líderes se confessa um socialismo cristão. Desta maneira há uma relação de *Afinidade eletiva* entre a Igreja e o MST, pois este apoio trás benefícios para ambas instituições.

Na perspectiva de Max Weber, Afinidade eletiva significa um “relacionamento de atração mútua e de mútuo reforço, que, em certos casos, leva a uma espécie de simbiose cultural” (Löwy, 2000, p. 35). É o que ocorre entre a igreja e o MST.

Igreja e MST exercem uma relação de Afinidade eletiva, pois o apoio da Igreja ao MST legitima suas formas de luta pela reforma agrária ao manifestar uma influência religiosa em seus fiéis e, além disso, ser considerada pela sociedade como um todo, uma instituição divina que exerce grande influência e poder. Desta maneira muitas pessoas, que são fiéis cristãos ou que, simplesmente, respeitam a Igreja, passam a respeitar também o Movimento.

Já o MST, colocando-se sempre ao lado da Igreja e defendendo os valores desta, exerce uma influência sobre os trabalhadores rurais que estão na luta pela reforma agrária, sendo que muitos destes tornam-se fiéis cristãos, tanto católicos, protestantes ou pentecostais, através dos discursos do Movimento e da defesa deste aos valores cristãos.

Há Afinidade eletiva entre Teologia da Libertação e luta reforma agrária, na medida em que a Teologia da Libertação se manifesta nesta luta, impulsionando-a.

Outro fato importante relatado nas entrevistas em ambos assentamentos é o de que alguns moradores assentados tiveram conhecimento do Movimento através da Igreja, ou da própria CPT. Desta maneira pode-se perceber a relação de Afinidade eletiva entre a CPT e o MST, pois através do impulsionamento da CPT que muitas pessoas conhecem o Movimento e se inserem na luta pela reforma agrária.

Um exemplo deste impulsionamento esta relatado em uma das entrevistas realizada no assentamento 24 de Novembro, em que um de seus moradores conheceu o Movimento e decidiu se inserir na luta pela reforma agrária através de conselhos e incentivo de um padre da Igreja Católica.

A maioria das famílias entrevistadas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro residem nos assentamentos desde a sua formação. Mesmo sendo um número relevante de famílias no 25 de Outubro que vive neste assentamento há poucos anos, ou até meses, ainda assim, a maioria das famílias foram assentadas na formação deste assentamento. Este fato comprova a permanência da maioria das famílias nos assentamentos, sendo necessário, para esta permanência, o trabalho na terra. Sem trabalho e produção não há como permanecer na terra. Sendo o trabalho, como já foi explicado anteriormente, o que legitima a posse da terra, segundo a CPT, e uma forma de luta diária pela permanência na terra, este fato é mais uma manifestação da Teologia da Libertação nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

Para as famílias entrevistadas o trabalho na terra traz como resultado uma vida digna para as famílias. Desta forma, confirma-se mais uma vez a influência de uma ideologia político-religiosa, como coloca Martins (2004), nas práticas discursivas do MST.

Os moradores de ambos os assentamentos explicam que se inseriram na luta pela reforma agrária para fugir da fome e pobreza. A reforma agrária, segundo a CPT, é uma solução a pobreza no campo. E estes moradores assentados estão inseridos na luta pela reforma agrária justamente para fugir da pobreza e desta forma conquistar sua liberdade. Aqui observa-se mais uma vez como a Teologia da Libertação se manifesta nos discursos do MST.

São analisadas ainda neste capítulo as religiões predominantes, a presença e o apoio das Igrejas na luta diária pela reforma agrária dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro atualmente. Para este fim, é apresentado a seguir o restante dos resultados das entrevistas aplicadas às famílias assentadas e a Observação Participante realizada em encontros religiosos dos assentamentos.

### 5.1 Religiões predominantes nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro

As religiões que predominam no assentamento 24 de Novembro são a Católica e a Luterana, havendo ainda algumas poucas famílias que são Pentecostais. Mas a maioria das famílias se divide entre a Igreja Católica e a Igreja Luterana. Pode-se perceber que no assentamento 24 de Novembro o número de famílias adeptas a estas duas religiões é bem dividido, o que pode se constatar através da tab. 7.

Tabela 7 – N° de famílias entrevistadas por religião no assentamento 24 de Novembro.

Religião	N° de famílias
Religião Católica	9
Religião Luterana	7
Religião Pentecostal	2
Nenhuma	1
Total de famílias Entrevistadas	19

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

Através das entrevistas com os coordenadores e as famílias do assentamento 24 de Novembro, foi relatado que no início da formação do assentamento, enquanto o trabalho ainda era realizado de forma coletiva, não havia divisões entre religiões. Era realizado, uma vez por mês, uma missa ou um culto Ecumênico, ou seja, as Igrejas eram reunidas em uma só, havia um padre da Igreja Católica e um pastor da Igreja Luterana que celebravam as reuniões em juntamente.

Há duas versões relatadas pelas famílias do assentamento sobre o fim dos encontros Ecumênicos. A primeira história relatada, pela maioria dos adeptos da

Igreja Luterana, é a de que foi a troca do padre que resultou nesta separação, pois o novo padre na época era muito conservador, dividindo então os encontros ecumênicos e excluindo dos encontros católicos os adeptos da religião luterana. A segunda história relatada é a de que a separação do encontro ecumênico houve paralelamente ao processo de individualização do trabalho no assentamento. Através deste processo cada família se apossou de seu lote, dividindo, assim, o assentamento, pois metade das famílias ficou localizada de um lado da barragem e a outra metade ficou localizada do lado oposto da mesma (Fig. 11). Desta maneira, a Igreja Católica ficou posicionada de um lado, junto a uma parte das famílias assentadas, e a Igreja Luterana posicionou-se do outro, junto ao restante das famílias assentadas.



Figura 11 – Ponte sobre a barragem que separa em dois grupos o assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.

Concluindo, este posicionamento das Igrejas é que, supostamente, afetaria na escolha da religião de cada família. Mas através das análises realizadas não foi o que se constatou. Todas as famílias situadas no lado da Igreja Católica são adeptas ao catolicismo, mas já através da análise das famílias ao redor da Igreja Luterana não se constata o mesmo, pois algumas destas, mesmo sendo posicionadas no lado

onde se situa a Igreja Luterana, vão às missas da Igreja Católica (Fig. 12) e são adeptos a esta religião.

O importante nestes relatos não é o fato de que houve o fim das reuniões ecumênicas, mas sim que este tipo de encontro ocorreu algum dia, e que, por algum motivo, não teve duração.

Segundo Tomas Balduino (2005, informação verbal) Teologia da Libertação “é uma teologia que vai evoluindo e envolve todos os saberes: o teológico, o bíblico, moral, histórico e patrístico. Ela segue procurando o ecumenismo e procurando entender as culturas”. O ecumenismo é uma concepção da Teologia da Libertação. A tentativa de preservar as reuniões ecumênicas no assentamento 24 de Novembro é uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação, na medida em que o ecumenismo é uma concepção desta.

Segundo os coordenadores do assentamento 24 de Novembro, no momento não há grupos formados pelas Igrejas além dos que estão na catequese e na preparação para a crisma. Havia antes grupos de jovens que se reuniam, mas a maioria que fazia parte do grupo cresceu e casou. No momento há poucos jovens no assentamento, sendo a maioria crianças.



Figura 12 – Moradora do assentamento 24 de Novembro, demonstrando sua forte crença na Igreja Católica, ao ser fotografada com a Bíblia nas mãos

Fonte: Produção própria, 2009.

As religiões que predominam no assentamento 25 de Outubro são a Católica, a Luterana e a Pentecostal. Neste assentamento a maioria das famílias entrevistadas é da religião Católica, como se pode constatar através da tab. 8.

Tabela 8 – N° de famílias entrevistadas por religião no assentamento 25 de Outubro.

Religião	N° de famílias
Religião Católica	7
Religião Luterana	1
Religião Pentecostal	2
Religião Espírita	1
Total de famílias Entrevistadas	11

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora, 2009.

Não há neste assentamento nem a Igreja Católica e nem a Igreja Luterana, sendo que os fiéis destas religiões vão às missas e cultos, ou seja, aos encontros religiosos no assentamento vizinho, o 24 de Novembro. Já os fiéis pentecostais, a maior parte frequenta cultos realizados nas próprias residências dos moradores do assentamento 25 de Outubro. Há um pastor que vai até o assentamento de quinze em quinze dias, e realiza os cultos na residência escolhida pelos moradores assentados.

## 5.2 Presença e papéis das Igrejas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro

Diversas famílias do assentamento 24 de Novembro definem como fundamental a presença das Igrejas nos acampamentos para a conquista da Terra. De acordo com os relatos padres, pastores e bispos acompanhavam as pessoas nos acampamentos, realizando visitas, encontros, cultos e missas, dando uma palavra de conforto e ao mesmo tempo dando força, impulsionando os trabalhadores rurais sem terra a continuarem na luta pela reforma agrária. Um dos entrevistados salienta que estava desiludido no acampamento e querendo desistir, mas foi através da palavra de incentivo de um Frei que este continuou na luta pela terra. Nota-se aqui o apoio das Igrejas ao MST, através do acompanhamento aos trabalhadores rurais sem terra que estão nesta luta e também do incentivo a estas pessoas, através de palavras, para continuarem na luta pela reforma agrária.

Segundo as famílias do assentamento 24 de Novembro, é papel da Igreja dar uma palavra de conforto às pessoas na luta pela reforma agrária, tanto às pessoas que estão nos acampamentos, como às pessoas que já estão assentadas. A Igreja, através da palavra de Deus, deve incentivar as pessoas que estão nesta luta, e não as deixar desistir. Percebe-se que a palavra de Deus representa uma força para continuar na luta pela reforma agrária. Este incentivo é realizado por padres, bispos e pastores através de visitas, encontros, através do acompanhamento das pessoas que estão nos acampamentos e nos assentamentos. Assim como a Igreja estava presente nos acampamentos, ainda hoje esta acompanha as famílias que lutam pela reforma agrária, tornando-se imprescindível sua presença no assentamento.

Foi através da palavra de Deus que os moradores do assentamento 24 de Novembro aprenderam valores como: “solidariedade”, “união”, “fraternidade”, “amor”, “igualdade” e “justiça”.

Nota-se que a questão da “solidariedade”, mais precisamente, é muito marcante nos discursos das famílias entrevistadas. Segundo as famílias assentadas sem solidariedade não há como viver em um assentamento, pois esta é primordial para se manter um bom relacionamento entre as famílias, que juntas formam uma família só dentro do assentamento. Há muita união entre estas famílias e é através desta união que o sentimento de solidariedade se materializa em ações de uns para com os outros.

De acordo com as entrevistas realizadas, percebe-se uma presença muito forte ainda das Igrejas na vida das pessoas na luta pela reforma agrária. Os padres e pastores, além de realizarem missas e cultos, visitam as famílias em suas casas, procurando assim levar a estas uma palavra de conforto ou uma solução para algum problema pelo qual estejam passando. Muitos moradores deste assentamento, ao serem entrevistados, deixaram claro que é através desta presença da Igreja que têm força para continuarem a luta pela reforma agrária. A crença destas famílias na Igreja pode ser constatada através de imagens e símbolos presentes nas residências (Fig. 13 e 14).

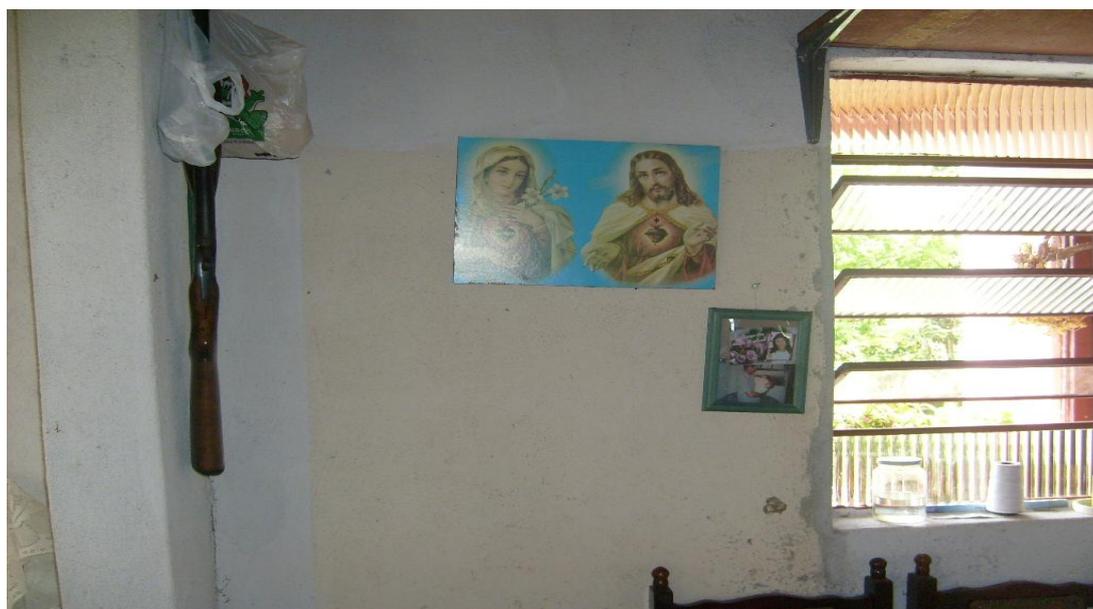


Figura 13 – Imagens religiosas em residência do assentamento 24 de Novembro

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 14 – Altar religioso em residência do assentamento 24 de Novembro

Fonte: Produção própria, 2009.

Como foi ressaltado por vários moradores, a luta pela reforma agrária continua sempre, primeiramente porque o assentamento 24 de Novembro está em um regime de comodato já vencido há três anos, e segundo porque mesmo que os moradores assentados no 24 de Novembro já tenham conquistado a sua terra, é

necessário que continuem lutando para que outros pobres a conquistem. Além disso, depois da terra conquistada a luta pela reforma agrária continua dentro do assentamento, no sentido de tornar a terra conquistada uma terra produtiva, e trazendo, desta maneira, vida digna às pessoas e também mantendo as pessoas na terra conquistada. Não basta conquistar a terra, é necessário continuar lutando, trabalhando e produzindo na terra, tornando esta uma terra boa de viver. Para muitas pessoas, a força para levantar todos os dias e continuar esta luta provem da palavra de Deus através da Igreja.

A presença da Igreja é então imprescindível neste assentamento, pois esta impulsiona a luta pela reforma agrária.

É papel da Igreja, segundo as famílias do assentamento 25 de Outubro, trazer uma “palavra de conforto” às famílias na luta pela reforma agrária. A palavra de Deus ajuda no dia-a-dia, dando força para que as famílias continuem lutando, produzindo, e permanecendo na terra. Através da palavra de Deus, proferida nas missas e cultos, as famílias assentadas têm fé de que o que foi plantado será colhido, de que o dia de amanhã poderá ser melhor do que o de hoje. Essa fé, a qual é materializada em imagens e altares religiosos presentes nas residências (Fig. 15, 16 ,17 e 18), dá força às famílias para trabalharem na terra e colherem seus frutos.

Através da palavra de Deus os moradores do assentamento 25 de Outubro aprenderam a ter “respeito” uns pelos outros, a “compartilhar”, além do valor de serem “solidários”. Assim como no assentamento 24 de Novembro, a solidariedade é um sentimento muito presente entre os moradores deste assentamento.

As famílias assentadas do 25 de Outubro explicam ainda que as Igrejas estiveram muito presentes durante o período do acampamento, sendo que algumas pessoas colocam esta presença como fundamental, na medida em que foi através das palavras de conforto e incentivo das Igrejas que muitas pessoas foram encorajadas a continuarem na luta pela reforma agrária em momentos de desilusão.

O importante através dos relatos das famílias de ambos os assentamentos é que a presença e apoio das Igrejas continuam sendo fundamentais na luta pela reforma agrária diária das famílias assentadas. A fé das famílias faz com que as mesmas permaneçam na terra através do trabalho e da produção nesta, pois estas famílias acreditam que o dia de amanhã sempre poderá ser melhor que o de hoje ou ontem.



Figura 15 – Bandeira Nacional e imagem religiosa em residência do assentamento 25 de Outubro.

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 16 – Bandeira do PT e imagens religiosas em residência do assentamento 25 de Outubro.

Fonte: Produção própria, 2009.



Figura 17 – Altar religioso em residência do assentamento 25 de Outubro.  
Fonte: produção própria, 2009.



Figura 18 – Capela de Nossa Senhora Aparecida em residência do assentamento 25 de Outubro.

Fonte: Produção própria, 2009.

### 5.3 Observação Participante em encontros religiosos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro

Além das entrevistas realizadas com as famílias dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, foi realizada também a Observação participante em encontros religiosos dos assentamentos.

As Igrejas as quais as famílias dos assentamentos freqüentam em sua maior parte, como já mencionado no presente trabalho, são duas: a Igreja Católica e a Igreja Luterana. A observação participante foi aplicada em encontros promovidos por estas duas Igrejas, sendo estes um culto da Igreja Protestante e uma missa da Igreja Católica.

A observação participante nos encontros e celebrações do assentamento 25 de Outubro foi realizada nas missas da Igreja Católica e no culto da Igreja Protestante no assentamento 24 de Novembro. Como no assentamento 25 de Outubro não há a presença destas Igrejas, os fiéis católicos e luteranos freqüentam os encontros no assentamento vizinho.

Mesmos estes encontros não sendo realizados no assentamento 25 de Outubro estes são considerados como campo de pesquisa deste assentamento, na medida em que as famílias do 25 de Outubro, católicas e protestantes, freqüentam estes encontros.

Já em relação às famílias pentecostais do assentamento 25 de Outubro, há um culto de quinze em quinze dias em uma residência escolhida pelos próprios moradores evangélicos do assentamento. Infelizmente, houve um problema em relação a esses cultos da Assembléia de Deus durante a pesquisa de campo realizada. Durante os três meses em que a pesquisa de campo foi realizada houve confusões sobre a data do culto e, além disso, posteriormente, estes passaram a não ocorrer mais. Desta forma, não foi possível realizar a observação participante nos cultos da Assembléia de Deus.

A maioria das famílias pentecostais do assentamento 24 de freqüenta cultos na cidade de Capão do Leão – RS, sendo que apenas uma família freqüenta os cultos da Assembléia de Deus, realizados no assentamento vizinho, o 25 de Outubro.

Antônio Júlio Menezes Neto (2006) explica que a influência político-religiosa

da Igrejas sobre o MST torna-se evidente a partir da mística do Movimento, que teria influências religiosas. Segundo Neto (2006, p. 11):

A mística, prática sempre presente nas ações do MST, também se apresenta como herança das influências religiosas. Serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação nas lutas, ocupações e manifestações. O período de ocupação e resistência debaixo de lonas pretas, às vezes durante anos, requer uma coesão e força de vontade enorme que, talvez, sem a ajuda da mística, dificilmente seria possível. Além deste período da ocupação, a consolidação, as novas relações sociais que se estabelecem, as discussões acerca da forma de produção, as marchas e a continuação da participação política no MST são sempre cercadas de manifestações da mística.

A mística utilizada nos rituais do MST, em que a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Esta ação alimenta sonhos e utopias, contribuindo assim para manter nos trabalhadores a “chama” para a luta pela reforma agrária. Além disso, recria diversas formas de luta pela terra através do MST, pois este último “consegue realizar mobilizações mesmo quando suas principais fontes éticas e políticas de inspiração atravessam momentos de retração” (NETO, 2006, p. 18).

A mística enquanto ritual é, segundo o grande discurso histórico do MST, um complexo de ações simbólicas que busca, através da formação da subjetividade dos indivíduos, a construção da identidade de um sujeito político e a unidade entre os participantes, servindo de veículo de aplicação dos princípios organizativos do movimento (STÉDILE, MANÇANO, 2000). Nota-se aqui que a mística é fundamental para a organização do Movimento, segundo seus próprios mediadores. Mas esta não se encontra somente nestes discursos, pois como se pode perceber a seguir, está inserida nos rituais dos assentamentos analisados, justificando as manifestações ideológicas da Teologia da Libertação nos discursos e práticas sociais dos assentados.

O primeiro encontro em que foi realizada a observação participante foi o culto da Igreja Protestante (Fig. 19), no mês de novembro de 2009. Foi realizado um pedido de permissão ao pastor para realizar esta observação e, além disso, gravar sonoramente o culto e fotografar este também. O pastor teve uma postura muito gentil ao aprovar estes pedidos.

O culto teve duração de 45 minutos, sendo estes preenchidos não somente pela palavra do pastor, mas por conversas entre os fiéis sobre o cotidiano, risadas,

brincadeiras, que também eram realizadas pelo próprio pastor, tonando o culto um encontro prazeroso e descontraído, ao levar questões da vida cotidiana para dentro da Igreja.

O assunto do encontro, ou a palavra do culto, foi sobre aliança e casamento, tanto de pessoas com sexos opostos como com Deus. O pastor durante o culto pronunciou Karl Marx, ao lembrar que durante a faculdade ele renegava qualquer imposição, negando assim o uso da aliança. Mas o pastor explica que sua concepção estava errada, que hoje entende a simbologia desta aliança e a utiliza. Marx hoje, segundo o pastor, serve para colocar o pobre e oprimido no centro das ações da Igreja.



Figura 19 – Frente da Igreja Luterana, situada no assentamento 24 de Novembro.

Fonte: Produção própria, 2009.

Após o culto, o pastor prestou uma carona à observadora até a cidade de Pelotas – RS, sendo que nesta carona houve uma conversa descontraída sobre o tema do presente trabalho. O pastor se posicionou como teólogo da libertação, explicando que através desta teologia, que tem como base o marxismo, a visão de mundo por parte da ala progressista da Igreja está em um plano mais material do que espiritual. Através da Teologia da Libertação a Igreja mostra a realidade e coloca “os pés no chão” dos que lutam pela reforma agrária. O pastor relatou que é isto o que procura fazer nos cultos, mostrar a realidade das pessoas e não uma

visão iludida sobre a realidade. Para se conquistar a terra é necessário lutar muito, e sempre, pois a reforma agrária não acaba quando a terra é conquistada.

Importante ressaltar que os cultos protestantes e as missas católicas são realizados no assentamento uma vez por mês, no mesmo dia e no mesmo horário, sendo estes no segundo domingo do mês às 15 horas. Esta organização das missas e cultos é muito importante, na medida em que se um morador quisesse frequentar os encontros das duas Igrejas não poderia, pois estes são realizados no mesmo horário e no mesmo dia. Nota-se através disto que quem é católico é católico e quem é luterano é luterano. Não há como convergir as religiões nos assentamentos.

Por este motivo, a observação participante na missa da Igreja Católica foi realizada somente um mês depois, sendo esta observada no mês de dezembro de 2009.

No caminho à missa, coincidentemente, a observadora encontrou o padre, sendo que este a ofereceu uma carona até a igreja. Durante a carona a observadora já foi explicando o trabalho que estava sendo realizado no assentamento, pedindo, ao mesmo tempo, permissão para observar, gravar sonoramente e fotografar a missa. A única permissão concedida pelo padre foi a de observar e participar da missa. O padre explicou que atualmente há muitos problemas com gravações por causa da internet, deixando claro o seu temor caso ocorresse a divulgação da missa. A observadora tentou explicar que a gravação somente seria ouvida por ela mesma, mas mesmo assim a gravação e nem as fotografias foram permitidas.

A missa teve duração de 50 minutos, sendo que o clima foi de muita tensão. O padre reduziu a missa e o tempo todo se mostrou decepcionado com os fiéis, pois não estavam participando da missa e muitos não haviam comparecido nesta, que seria a última missa do ano.

Durante a missa o padre relembrou os fiéis católicos da luta que estes passaram nos acampamentos para conquistar a terra. O padre explicou o significado da palavra de “encarnação”, por esta ser a última missa antes do natal e coloca uma pergunta aos fiéis católicos durante a missa. O padre lembra que os fiéis fizeram propósitos enquanto estavam acampados, entre estes estão: fraternidade, justiça, cooperativismo, de trabalhar conjuntamente e lutar por um mundo melhor. O padre levanta a questão se estes propósitos ainda estão encarnados nos fiéis hoje.

Através do sermão do padre pode-se perceber que este, ao lembrar os propósitos dos fiéis, impulsiona estes a retomarem tais propósitos na luta diária pela reforma agrária.

O impulsionamento pela Igreja à luta pela reforma agrária ocorre até os dias atuais nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, através das missas e cultos, ou seja, através dos rituais que ocorrem nestes assentamentos, confirmando assim a teoria de Neto (2006), de que a mística, através de rituais, alimenta a chama para a continuação da luta pela reforma agrária.

Durante a observação participante realizada em um culto da Igreja Luterana situada no assentamento 24 de Novembro, mas que os moradores do 25 de Outubro também participam, observou-se um grande elo entre o pastor e os fiéis. Através de uma conversa com o pastor constatou-se que este é um teólogo da libertação, e que através de seu elo informal com os moradores dos assentamentos, procura passar esta visão, segundo ele, mais realista do mundo, as famílias assentadas. Desta maneira constata-se que através do culto da Igreja Protestante, ou até de conversas informais do padre com os moradores dos assentamentos, manifestam-se concepções e idéias da teologia da libertação, sendo esta uma das justificativas para que esta teologia se manifeste nas práticas discursivas dos moradores dos assentamentos. Através desta observação confirma-se que a Igreja exerce uma influência político-religiosa sobre o MST, ou seja, sobre as pessoas que lutam pela reforma agrária, impulsionando, desta maneira, a eterna luta pela reforma agrária.

Já a observação participante realizada na missa da Igreja Católica não alcançou as expectativas da observadora. O padre além de não ter demonstrado sentimento de cooperação com a presente pesquisa, reduziu o tamanho da missa, sendo que esta última foi preenchida com sermões aos moradores dos assentamentos. Através do claro descontentamento do padre com a presente pesquisa, fica a dúvida se esta última teve influência sobre as ações e sermões do padre. Desta maneira esta observação participante realizada na missa não teve o resultado plenamente esperado, mas mesmo assim notou-se, através do sermão do padre, manifestações da teologia da libertação, pois o padre lembrou a árdua luta pela terra nos acampamentos, impulsionando através desta lembrança, a luta diária dos moradores assentados pela reforma agrária, através do trabalho na terra. Através da missa fica constatado mais uma vez que a teologia da libertação

manifesta-se neste ritual, pois o padre relembra a luta nos acampamentos impulsionando, desta maneira a luta pela a reforma agrária hoje nos assentamentos.

Segundo Neto (2006) a atuação e a presença das Igrejas nos assentamentos do MST hoje estariam restritas a encontros e celebrações do que propriamente as ações políticas. Desse modo, percebe-se, segundo o autor, que há um afastamento ou uma ruptura política da Igreja em relação ao Movimento.

Esta afirmação não se constata através deste trabalho, pelo menos através das análises realizadas nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, pois as ações políticas das Igrejas manifestam-se justamente nos encontros religiosos realizados nos assentamentos, ao impulsionarem a luta pela reforma agrária diariamente.

Percebe-se que as Igrejas têm um papel muito importante e fundamental nos assentamentos, na medida em que esta conforta as famílias. Mas o papel mais importante das Igrejas está no fato de que os padres e pastores impulsionam as famílias assentadas a persistirem na luta pela reforma agrária. Este impulsionamento ocorre através da palavra em encontros religiosos ou através de conversas informais entre pastores e padres com as próprias famílias. As Igrejas encorajam e estimulam as famílias a continuarem nos assentamentos, produzindo para sua subsistência.

Pode-se afirmar que a Teologia da Libertação se manifesta ideologicamente na luta pela reforma agrária, impulsionando-a, tanto nos acampamentos como nos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

## CONCLUSÕES

A existência do MST até os dias atuais, como movimento que luta pela reforma agrária, prioritariamente, nos faz constatar que as concepções dos clássicos da sociologia rural acerca do fim do campesinato estavam incorretas. Mesmo com esta constatação a análise dos clássicos é fundamental, no sentido desses autores serem os pioneiros na atribuição de um papel revolucionário a classe camponesa.

No Brasil pelo menos, pode-se afirmar que a classe camponesa ainda persiste e, além disso, revolucionariamente, no sentido de ações em busca de mudanças sociais. Esta afirmação se justifica ao identificar as famílias que lutam pela reforma agrária através do MST. Uma grande parcela das famílias incluídas nesta luta é camponesa, famílias que foram expulsas e expropriadas de suas terras por diversos fatores, a partir da industrialização no campo em 1960.

Desta maneira conclui-se que ao atribuir um papel revolucionário a classe camponesa os clássicos da sociologia rural estavam corretos. Este papel revolucionário dos camponeses desenvolve-se, aqui no Brasil, através do MST, um movimento social que luta pela reforma agrária no país, através da organização e mobilização dos próprios trabalhadores rurais sem-terra.

Mesmo a grande repressão do período militar, iniciado em 1964, não foi suficiente para que a esperança do povo fosse apagada permanentemente. A partir do final da década de 1970 há o surgimento de diversas mobilizações sociais no país, nascendo assim, a partir do setor progressista da Igreja em 1975, a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

A Teologia da Libertação é fundamental para o nascimento da CPT no Brasil, pois é partir das concepções desta teologia que se percebe a necessidade da existência no país de um agente reprodutor da Teologia da Terra, que fosse um serviço a causa dos trabalhadores rurais. É dessa necessidade que surge a CPT.

É a partir da Teologia da Libertação, uma espécie de simbiose entre marxismo e cristianismo, que a Igreja passa a apontar o capitalismo como a principal causa das injustiças sociais, ou seja, a causa do sofrimento dos pobres. É a análise

da sociedade a partir do marxismo que faz com que a ala progressista da Igreja se oponha ao sistema capitalista.

É através de concepções da Teologia da Libertação que a Igreja passa a enxergar a situação social dos trabalhadores rurais como injusta conseqüente do desenvolvimento do capitalismo no campo. A Igreja compreende a necessidade de um agente reprodutor da Teologia da Terra, que ao mesmo tempo fosse um serviço a disposição dos trabalhadores rurais, e que, além disso, articulasse os diversos grupos de luta pela reforma agrária. Em 1975 nasce então a CPT, com o papel de reproduzir esta teologia, apoiando e impulsionando, desta maneira, a luta pela reforma agrária no Brasil.

Sendo que o agente reprodutor da Teologia da Terra já havia se originado, faltava então a presença de um movimento popular no Brasil que organizasse os pobres na luta pela reforma agrária. É dessa necessidade que nasce o MST, no seio da CPT, principal movimento social que tem como papel principal organizar os pobres na luta pela reforma agrária no Brasil.

Conclui-se, através deste trabalho, que a formação do MST através da CPT teve como causa, primordialmente, as novas concepções da Igreja, a partir da década de 1960, que serviriam como base para analisar a sociedade, ou seja, a Teologia da Libertação.

O MST seria um agente organizador dos sem-terra na luta pela reforma agrária, luta esta que poderia ser uma solução a pobreza e miséria no campo. Desta maneira, a própria formação do MST é uma manifestação da Teologia da Libertação, na medida em que o protagonista da luta pela reforma agrária através do MST é o próprio trabalhador rural.

A Teologia da Libertação se manifesta no grande discurso histórico em torno da luta pela reforma agrária através do próprio papel do MST, que é organizar os pobres na luta pela reforma agrária, sendo o próprio oprimido o agente transformador de sua realidade, que luta por sua libertação das injustiças sociais. A formação e o papel do MST são manifestações ideológicas da Teologia da Libertação, pois é a partir desta que surge a concepção de que o pobre é sujeito e autor e transformador de sua própria história. A luta pela reforma agrária, através do MST é uma forma de transformação social dos pobres do campo, que vivem, muitas vezes, na miséria até o momento da conquista da terra e, posteriormente, da reforma agrária.

Além disso, a Teologia da Libertação se manifesta no próprio discurso do Movimento através da crítica deste ao sistema econômico capitalista. A Teologia da Libertação é justamente a unificação de um enfoque marxista de análise da sociedade ao cristianismo, sendo que a Igreja, a partir desta nova maneira de analisar a sociedade, passa a enxergar o capitalismo como causa das injustiças sociais na sociedade, causa da opressão e pobreza.

O MST é herdeiro desta crítica ao capitalismo pela ala progressista da Igreja, pois, como foi analisado no presente trabalho, os mediadores do Movimento criticam o sistema capitalista da mesma maneira que a Igreja, com base na Teologia da Libertação, o critica. A crítica do Movimento ao capitalismo se fundamenta em uma análise histórico-materialista, própria da teoria marxista da realidade.

Ao criticar o capitalismo os mediadores do Movimento defendem a ascensão de outro sistema econômico no Brasil, este sistema seria o socialismo, sendo este também um valor herdado pela ala progressista da Igreja.

A manifestação da Teologia da Libertação através da crítica ao capitalismo ocorre através do grande discurso histórico do MST, mas a mesma não se manifesta nitidamente no pequeno discurso vivencial dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro. Não há em momento algum críticas ao sistema capitalista, e nem o ideal de ascensão de um modelo socialista, nos discursos dos moradores dos assentamentos.

Mesmo não havendo claramente uma crítica ao sistema capitalista nos discursos dos moradores dos assentamentos analisados, pode-se compreender que essas pessoas não criticam o sistema abertamente como os mediadores do Movimento, mas o fazem ao apontar o desenvolvimento da questão agrária e a industrialização do campo como causas para que um dia tenham se inserido na luta pela reforma agrária. A industrialização do campo é um reflexo do desenvolvimento do capitalismo. Desta maneira, as famílias assentadas se opõem às razões que fizeram com que tivessem que ir a luta pela terra, e conseqüentemente, ao sistema capitalista.

A Teologia da Libertação se manifesta na luta pela reforma agrária através de alguns conceitos-chaves encontrados tanto no grande discurso histórico em torno da luta pela reforma agrária quanto no pequeno discurso vivencial dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro.

Um conceito muito relevante e essencial é o de ocupação. A ocupação é o início da luta dos sem-terra pela reforma agrária. A ocupação é a primeira ação na busca pela conquista da terra, pois sem ocupar é impossível esta conquista. É lutando pela terra que estes pobres podem transformar sua realidade social.

O discurso sobre as ocupações está presente nos assentamentos analisados, sendo que os moradores destes colocam as ocupações como essenciais para a conquista da terra. Para as famílias assentadas é através das ocupações e da permanência nos acampamentos que se tem direito à posse terra. Para conquistar a terra é necessário lutar por esta. Desta maneira a Teologia da Libertação se manifesta nos discursos dos que lutam pela reforma agrária, pois a luta pela terra, através da ocupação, é uma ação que tem como objetivo a transformação da realidade social dos trabalhadores rurais sem-terra.

A presença das Igrejas foi fundamental para as famílias dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro na luta pela conquista da terra. Isto porque nos acampamentos, cenário inicial desta luta, havia o acompanhamento constante dos agentes religiosos às famílias sem-terra. Neste acompanhamento às famílias, padres e pastores incentivavam, através de um discurso político-religioso, os trabalhadores sem-terra a permanecerem na luta pela reforma agrária.

A conquista da terra não alterou o acompanhamento das Igrejas às famílias assentadas. Através do trabalho de campo conclui-se que a presença das Igrejas é essencial no incentivo e impulsionamento da luta diária pela reforma agrária dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, através do trabalho e produção na terra.

A concepção de que o trabalho legitima a posse da terra é uma manifestação da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária. Esta concepção está muito presente nos discursos e nas práticas sociais dos moradores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro, através da idéia de que só tem direito à terra quem nela trabalha. Para que se possa permanecer na terra é necessário trabalhar nesta, ou seja, produzir alimentos na terra, alimentos estes que servirão para a subsistência da família.

O trabalho é uma luta diária dos assentados por sua permanência na terra, pois sem produzir na terra, não há quem resista nesta. Desta maneira o discurso sobre o trabalho e o próprio trabalho na terra por parte das famílias nos

assentamentos analisados é mais uma manifestação ideológica da Teologia da Libertação na luta pela reforma agrária.

Através das análises realizadas neste trabalho, conclui-se que há uma relação de Afinidade eletiva entre Igreja, mais propriamente a CPT por ser a reprodutora da Teologia da Terra, e o MST. Esta Afinidade eletiva explica-se pelo mútuo apoio entre estas instituições. O apoio da ala progressista da Igreja e da CPT ao MST, legitima as lutas do Movimento pela reforma agrária, legitimando, assim também, o próprio Movimento. Através deste apoio da Igreja e da conseqüente legitimação promovida por este ao MST a sociedade passa a conhecer melhor e apoiar mais as causas do MST. Desta forma, a relação da Igreja com o MST traz conseqüências positivas para o Movimento e para os trabalhadores sem-terra, na medida em que a reforma agrária só se realiza em sua totalidade com apoio da sociedade.

Em contrapartida o MST, ao apoiar e disseminar em seus discursos e ações valores da ala progressista da Igreja, transforma a última em uma fonte de inspiração e esperança para muitos trabalhadores rurais sem-terra, tornando-os, no decorrer de suas trajetórias no Movimento, fiéis cristãos.

É a fé, conseqüente do apoio e incentivo das Igrejas à luta pela reforma agrária, que faz com que as famílias assentadas permaneçam na terra conquistada.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2001.

AMARAL, Roniere Ribeiro do. **Milagre Político**: Catolicismo da libertação. Brasília: UnB, 2006. 226 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2006.

BALDUÍNO, Tomas. **Reforma Agrária e democracia**: a perspectiva das sociedades civis. 1998. Disponível em: <<http://www.agroclubes.com.br/temas/default.asp>>. Acesso em nov. De 2009.

BALDUÍNO, Tomas. Entrevista com Dom Tomas Balduino. 2000. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1188&eid=26>>. Acesso em: out. de 2009.

BALDUÍNO, Tomas. Entrevista com Tomas Balduino. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

BALDUÍNO, Tomas. Povo de Deus deus em marcha, 2005. Disponível em: <<http://www.acaoterra.org/category.php?section=122>>. Acesso em: nov de 2009.

BALDUÍNO, Tomas. Entrevista com Tomas Balduino, 2009. Disponível em: <<http://economiasociedade.blogspot.com/2009/04/entrevista-dom-tomas-balduino.html>>. Acesso em: nov de 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235-264.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BORDIN, Luigi. **O Marxismo e a teologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANUTO, Antonio; BALDUÍNO, Tomas. **Reforma Agrária: ontem e hoje**, 2003. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1176&eid=3>>. Acesso em: nov. de 2009.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p.1-132.

COLETTI, Claudinei. **MST, Luta pela terra e Neoliberalismo**. Projeto de Pesquisa (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH, Unicamp, [2001].

CNBB. Igreja e Problemas da Terra. **18ª Assembléia da CNBB**, 14 de fev. de 1980. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>>. Acesso em: nov. De 2006.

CPT. Conflitos do campo. Brasil, 1990.

CPT. Boletim Eletrônico da CPT – Ano I, nº 9/97.

CPT. Documento da Terra. **1º Congresso da CPT sobre a Terra**, 1999. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1172&eid=3>>. Acesso em: nov. De 2006.

EAGLETON, Terry. **As vicissitudes no marxismo ocidental** – In: **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Org. Slavoj Zizek.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, nº 2, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana, 1977, ed. Einaudi, Torino.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A questão agrária**. São Paulo: Braziliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985**. 2. Ed. Ver. E atual. do v. 3 de Séries estatísticas

retrospectivas. Rio de Janeiro: 1990.

KAUTSKY, K. (1980) **A Questão Agrária**. 3º ed., São Paulo: Proposta Editorial. 329p. p. 1-149.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1993, 267 p.

\_\_\_\_\_; MOUFFE, Chantal. **Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985. 198 p.

LENIN, V. Y. (1980) **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Editora Ciências Humanas. P. 199-208.

LENIN, V. Y. (1985) **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2º ed., São Paulo: Nova Cultural. 402p. Pg. V – 121.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Lutando pela terra: índios e\_\_posseiros na Amazônia Legal**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. XI, nºs 1-2 (1980), p. 7-27.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto – ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, José de Souza. **As raízes da violência no campo**. O São Paulo (Seminário da Arquidiocese de São Paulo), Ano 53, nº 2.698, terça-feira, 20 de maio de 2008, p. A2. Disponível em:<<http://mercosulcplp.blogspot.com/2008/06/brasilarazes-da-violncia-no-campo.html> >. Acesso em: fev. de 2009.

MARX, Karl. Towards the Critique of Hegel's Philosophy of Right , in Louis S. Feuer, org., Marx and Engels, **Basic Writings on Politics and Philosophy**, Londres: Fontana, 1969.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977: p. 5-112.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 3ª ed., Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980.

MUSZINSKI, Luciana. **MST: entre o grande discurso histórico e o pequeno discurso vivencial**. Pelotas: UFPel, 2007. 47p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Ciências Sociais, Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2007.

NETO, Antônio Júlio de Menezes. As relações da Igreja Católica com os movimentos sociais do campo: a ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST. In: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 2006, Quito, Equador.

RANGEL, Ignácio (1962). **A questão agrária brasileira**. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 108 p.

SANTOS, I. M. F. 40 Anos de Teologia da Libertação no Brasil: 1960-2000. Assis, SP: **Encontro Regional da ANPUH**, 2006.

SOTO, William Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil**: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOTO, William Héctor Gómez; MUSZINSKI, Luciana. Ideologia e discurso nas lutas sociais pela reforma agrária no Brasil. In: **II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA**, Florianópolis, 2007. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007a, p. 650-669.

SOTO, William Héctor Gómez; MUSZINSKI, Luciana. Ideologia e política na luta pela terra: uma análise da contribuição da CPT na formação do MST. In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, Recife, 2007b. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/congresso\\_v02/papers/GT18%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20e%20Movimentos%20Sociais%20Rurais/GT%2018%20Ideologia%20e%20Politica.pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT18%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20e%20Movimentos%20Sociais%20Rurais/GT%2018%20Ideologia%20e%20Politica.pdf)>. Acesso em: maio de 2009.

STÉDILE, João Pedro. Os sem-terra. **Revista Teoria e Debate**, nº 9, 1990. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/conteudo/trabalhadores-entrevista-com-joao-pedro-stedile-os-sem-terra>>. Acesso em: dez. De 2009.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. **Revista Estudos avançados** 11 (31), 1997, p. 69-88.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista com João Pedro Stédile. 2000. Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/ed205/politica2.htm>>. Acesso em: nov. De 2009.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista com João Pedro Stédile. 2002. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/2834&lang=es>>. Acesso em: nov. de 2009.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista com João Pedro Stédile. 2003. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/3108&lang=es>>. Acesso em: nov. De 2009.

STÉDILE, João Pedro. A quem interessa o modelo agrícola do agronegócio. 2004. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/6413&lang=es>>. Acesso em: nov. 2009.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista com João Pedro Stédile, Abril/maio/junho de 2005. Disponível em: <[www.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidade\\_foco/anteriores/humanidade\\_s/html/entrevista.htm](http://www.cefetgo.br/cienciashumanas/humanidade_foco/anteriores/humanidade_s/html/entrevista.htm)>. Acesso em: set. De 2009.

STÉDILE, João Pedro. Entrevista de João Pedro Stédile: O governo tem medo de entrar de cabeça no debate sobre crise, 2009. Disponível em: <<http://banalidadesindispensaveis.blogspot.com/2009/04/entrevista-de-joao-pedro-stedile-o.html>>. Acesso em: dez. De 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa e educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Wirtschaftsgeschichte**. Munique: Dunker & Humbolt, 1923, p. 305.

WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1923, p. 305.

WEBER, Max. **Die protestantische Ethik II. Kritiken und Antikritiken**. Gütersloh: GTB, 1972. p. 168.

WEBER, Max. "Zwischenbetrachtung", in: **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen Konfuzianismus und Taoismus**, Tübingen: J.C.B. Mohr, 1989, p. 487-488.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Pioneira: 1967.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia, in ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

## **Apêndices**

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada aos integrantes das famílias dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro**

- Identificação:

1) Idade: \_\_\_\_\_

2) Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

3) Estado Civil: ( ) casado (a) ( ) solteiro (a) ( ) separado (a) ( ) divorciado (a) ( ) viúvo (a) ( ) união estável

5) Escolaridade: ( ) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior incompleto ( ) ensino superior ( ) pós-graduação ( ) analfabeto (a)

6) Qual é/ era a ocupação dos pais?

\_\_\_\_\_

7) Onde morava a família antes de ser assentada?

\_\_\_\_\_

8) No que o (a) senhor (a) se ocupava (de onde vinha a renda) antes do assentamento?

\_\_\_\_\_

9) Há quanto tempo o (a) senhor (a) entrou para o Movimento? \_\_\_\_\_

10) Há quanto tempo o (a) senhor (a) é morador(a) deste assentamento? \_\_\_\_\_

11) O (a) senhor (a) já desempenhou ou desempenha algum cargo no assentamento?

( ) Sim, cargo: \_\_\_\_\_ ( ) Não

12) Quanto tempo o (a) senhor (a) desempenhou ou desempenha este cargo? \_\_\_\_\_

- Religião/ Igreja

1) Qual a tua religião? ( ) Católica ( ) Petencostal ( ) Luterano ( ) Espírita

( ) nenhuma ( ) Outra, qual? \_\_\_\_\_

2) Quais atividades que o (a) senhor (a) freqüenta que envolvem a religião?\_\_\_\_\_

- Política

1) Com qual desses partidos políticos o (a) senhor (a) tem afinidade? ( ) PT

( ) PSB ( ) PL ( ) PSOL ( ) PSTU ( ) PSDB ( ) PCB ( ) PC do B ( ) PV

( ) nenhum ( )outro, qual?\_\_\_\_\_

2) O (a) senhor (a) é militante ou filiado a este partido? ( ) Sim ( ) Não

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aberta aplicada às famílias dos  
assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro**

- O MST e o Assentamento

- 1) Através do que/quem tiveram conhecimento do MST?
- 2) Por que entraram para o Movimento?
- 3) Quais são os objetivos do Movimento?
- 4) Quem são as pessoas que lutam pela terra?
- 5) Quais são os problemas que a reforma agrária soluciona?
- 6) Para que serve a reforma agrária na vida das pessoas?
- 7) Qual o significado da terra em suas vidas?
- 8) O que é necessário para que se tenha direito à terra?
- 9) O que foi necessário para se conquistar a terra?

- Religião/ Igreja

- 1) Houve, no assentamento, algum tipo de conflito que envolvesse a religião? Se sim, explique o porquê.
- 2) Quais são os papéis da(s) Igreja(s) junto ao assentamento?
- 3) O que aprenderam através da palavra de Deus?
- 4) De que maneira a Igreja ajudou a conquistar a terra?
- 5) Hoje como Deus e a Igreja ajudam em suas vidas?

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aberta aplicada aos coordenadores dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro**

- O MST e o Assentamento

1) Como se chama este assentamento? \_\_\_\_\_

2) Como se formou este assentamento? \_\_\_\_\_

3) Quantas famílias foram assentadas neste assentamento em sua formação? \_\_\_\_\_

4) Quantas famílias estão assentadas neste assentamento hoje? \_\_\_\_\_

5) De quais localidades são as famílias que hoje fazem parte do assentamento? \_\_\_\_\_

6) Existe, neste assentamento, a presença de algum partido político desenvolvendo algum trabalho? Se sim qual e de que maneira este partido político atua dentro do assentamento?

7) Existem grupos formados pelas Igrejas dentro dos assentamentos? Quais seus objetivos e de que maneira atuam?

- Produção

1) Como é a forma de organização da produção neste assentamento hoje? \_\_\_\_\_

2) Quais são as atividades econômicas deste assentamento? \_\_\_\_\_

3) O que é produzido neste assentamento? \_\_\_\_\_

4) O que é feito com a produção? \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D – Entrevista semi-estruturada e aberta aplicadas a uma família do assentamento 24 de Novembro**

- Identificação: Integrante nº 1 da família entrevistada

1) Idade: 55

2) Sexo: (x) feminino ( ) masculino

3) Estado Civil: (x) casado (a) ( ) solteiro(a) ( ) separado(a) ( ) divorciado(a) ( ) viúvo(a) ( ) união estável

5) Escolaridade: (x) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior incompleto ( ) ensino superior ( ) pós-graduação ( ) analfabeto (a)

6) Qual é/ era a ocupação dos pais? agricultores

7) Onde morava a família antes de ser assentada? Passo Fundo

8) No que o (a) senhor (a) se ocupava (de onde vinha a renda) antes do assentamento? agricultura

9) Há quanto tempo o (a) senhor (a) entrou para o Movimento? 22 anos

10) Há quanto o (a) senhor (a) tempo é morador(a) deste assentamento? 17 anos

11) O (a) senhor (a) já desempenhou ou desempenha algum cargo no assentamento?

(x) Sim, cargo: coordenação ( ) Não

12) Quanto tempo o (a) senhor (a) desempenhou ou desempenha este cargo? Há 12 anos

- Religião/ Igreja

1) Qual a tua religião? ( ) Católica ( ) Pentecostal (x) Luterano ( ) Espírita

( ) nenhuma ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_

2) Quais atividades que o (a) senhor (a) freqüenta que envolvem a religião? Missas e celebrações

- Política

1) Com qual desses partidos políticos o (a) senhor (a) tem afinidade? ( ) PT ( ) PSB ( ) PL ( ) PSOL ( ) PSTU ( ) PSDB ( ) PCB ( ) PC do B ( ) PV (x) nenhum ( ) outro, qual? \_\_\_\_\_

2) O (a) senhor (a) é militante ou filiado (a) a este partido? ( ) Sim (x) Não

- Identificação: Integrante nº 2 da família entrevistada

1) Idade: 59

2) Sexo: ( ) feminino (x) masculino

3) Estado Civil: (x) casado (a) ( ) solteiro(a) ( ) separado(a) ( ) divorciado(a)  
( ) viúvo(a) ( ) união estável

5) Escolaridade: (x) ensino fundamental incompleto ( ) ensino fundamental completo  
( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) ensino superior  
incompleto ( ) ensino superior ( ) pós-graduação ( ) analfabeto(a)

6) Qual é/ era a ocupação dos pais? agricultores

7) Onde morava a família antes de ser assentada? Passo Fundo

8) No que o (a) senhor (a) se ocupava (de onde vinha a renda) antes do  
assentamento? agricultura

9) Há quanto tempo o (a) senhor (a) entrou para o Movimento? 20 anos

10) Há quanto tempo o (a) senhor (a) é morador(a) deste assentamento? 17 anos

11) O (a) senhor (a) já desempenhou ou desempenha algum cargo no  
assentamento?

( ) Sim, cargo: \_\_\_\_\_ (x) Não

12) Quanto tempo o (a) senhor (a) desempenhou ou desempenha este  
cargo? \_\_\_\_\_

- Religião/ Igreja

1) Qual a tua religião? ( ) Católica ( ) Pentecostal (x) Luterana ( ) Espírita

( ) nenhuma ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_

2) Quais atividades que o (a) senhor (a) frequenta que envolvem a religião? Missas  
e celebrações

- Política

1) Com qual desses partidos políticos o (a) senhor (a) tem afinidade? ( ) PT ( ) PSB  
( ) PL ( ) PSOL ( ) PSTU ( ) PSDB ( ) PCB ( ) PC do B ( ) PV (x) nenhum ( )  
outro,  
qual? \_\_\_\_\_

2) O (a) senhor (a) é militante ou filiado (a) a este partido? ( ) Sim (x) Não

- O MST e o Assentamento

1) Através do que/quem tiveram conhecimento do MST?

2 – Sindicato dos trabalhadores Rurais.

Entrevistadora – A Senhora também?

1 – Sim, pelo Sindicato também.

2) Por que entraram para o Movimento?

1 – A gente entrou pro MST por que a gente quando morava lá fora sempre foi, a vida toda, trabalhando na terra dos outros. E a gente optou por ter um pedaço da gente e foi só através do MST que a gente conseguiu.

3) Quais são os objetivos do Movimento?

1 – Os objetivos do Movimento são: é terra pra quem trabalha nela. Tu tem que tentar não sair da agricultura pra ir morar na cidade, tu tem que tentar ser, continuar sendo agricultor porque tu vê as grandes cidades o que trazem né, e na época a gente tinha um filho pequeno, não vamos sair lá do interior pra levar ele pra cidade, pra levar pra marginalidade, então a gente optou pra entrar no movimento pra ter a terra pra viver dela e não deixar que o filho pegasse outro caminho. E pra gente tão ai sempre, com 31 anos, sempre do nosso lado né, morando junto, e os outros... a filha também mora em assentamento lá em Capela. É pela necessidade né, porque agricultor ir pra cidade é pra fazer o que?! É pra passar necessidade e ver os filhos no mau caminho. Então a gente optou pra entrar no Movimento pra conseguir a terra e viver.

4) Quem são as pessoas que lutam pela a terra?

1 – São os trabalhadores rurais.

5) Quais os problemas que a reforma agrária soluciona?

1 - A reforma agrária não resolveria todos os problemas dos agricultores, mas resolveria no geral né, que seria salário justo, seria dignidade pra todos. Tem gente que ganha lá um salário que nem tem comparação e outros que ganham ai ó um salarinho de fome né. Eu acho que a reforma agrária é igualdade né. Direito para todos.

6) Para que serve a reforma agrária na vida das pessoas?

1 – Se acontecer a reforma agrária de verdade, que acho que nunca vai acontecer no nosso país, porque faz 20 anos que a gente luta e não aconteceu ainda. Mas a reforma agrária de verdade é igualdade. É direito para todos né. Tem aquele hino ai do movimento que diz “direito para todos com igualdade”, né. E a reforma agrária tá tão oprimida que acho que não vai acontecer, porque a nossa grande esperança que

o Lula quando entrasse no governo federal que fizesse a reforma agrária, mas já tá saindo e nós já fizemos 18 anos né. Eu acho que a reforma agrária pra sair... a gente luta, mas eu não acredito que isso vai acontecer.

7) Qual o significado da terra em suas vidas?

2 – Olha a Mãe Terra pra gente, é a Mãe Terra né, é uma coisa que a gente, já veio de geração por geração isso ai, a gente mantinha a vida da terra, acho que a Mãe Terra pra nós não tem o que dizer né. Supre todas as necessidades da humanidade, no geral, isso ai nem que tenha pessoas que estejam, vamos dizer assim ó, rolando no dinheiro, mas tá dependendo do que sai da terra. Pra mim a Mãe Terra é a solução de todos e de tudo.

8) O que é necessário para que se tenha direito a terra?

2 – Quem tem é quem nela trabalha.

1 – Eu acho que a terra tem que ser pra agricultor porque não adianta sair lá da cidade, um que nasceu, se criou e vive lá na cidade pra ir pra agricultura né. Não vai dar certo. Quem já é da agricultura é que tem direito à terra e quem nela trabalha porque tem muita gente que vai pro acampamento, pega a terra, vai lá pro assentamento, pega e vende né. Não é a lei, a terra é pra quem nela trabalha né. E se vive nem se acostuma também, né, porque acabam vendendo a terra e ai é aquilo que dizem “não adianta dar terra pros agricultores que pegam e vendem”, mas não é geral. Quem sabe viver da terra é da terra né, e quem não é nem adianta porque não consegue.

2 – Porque hoje é assim ó, o que é a visão de onde que vem da gente que já vem desde que a gente entendeu o que é viver da terra. Acontece o seguinte, que hoje o povo é assim ó, quê dinheiro rápido, isso ai é em toda a sociedade, toda a humanidade, é isso ai, quer dinheiro rápido. E agricultura tu tem que sentar e esperar colher, então o que acontece, o desespero vem, vem aquele desespero “bah, mas quando é que eu vou ter um retorno, quando é que eu vou me dar bem?”, daí que vem o desespero que muita gente ou arrenda, ou vende, ou vai embora né, pra ter dinheiro rápido. Então a agricultura é assim ó, ela é persistência né... é saber viver bem e ter persistência, ter um amor pela terra. E quem achar que vai fazer grandes coisas só quem já nasceu feito, não quem vai começar, e quem vai começar tem que ter persistência. E isso ai é uma coisa que vocês tão estudando né, vocês tão optando pro estudo, é essa a visão de vocês que tão estudando,

querem chegar lá, então aquela coisa, quer cresce, quer viver, sobreviver, mas com a persistência.

1 – Pra que se tenha direito à terra, primeiro de tudo tem que passar pelos acampamentos, tem que se organizar... vai resistir ao acampamento, que daí o acampamento é assim, tem as negociações de terra, ai tu vai pro sorteio, ai se tu cai nesse sorteio tu vai pro assentamento, se não tiver tu vai num outro, ai vai. Pra ter direito a terra tu tem que ter persistência no acampamento, senão, se tu ir pro acampamento e ficar dois dias lá e ir embora, não tem direito à terra. Tem que, a primeira coisa é ir acampar, se organizar pra ter direito à terra.

Entrevistadora – E depois que os assentamentos são formados, o que precisa fazer pra se ter direito a terra?

2 – Crédito e trabalho.

1 – Quando tu vai acampar tu faz um cadastro lá no INCRA, ai tu faz um cadastro de todas as famílias que tão acampada, é o INCRA que faz esse sorteio lá, e comporta tantas famílias, faz um grupo e vai pra lá. Ai tu tem que chegar e se organizar, tu tem que trabalhar, porque, depois que tu é assentado o INCRA não te dá nada, o governo não te dá nada. Tem os projetos que tem que aplicar bem aplicado pra pagar o banco, porque se tu pegar o projeto e aplica mal tu não tem retorno pra pagar, e ai se tu não pagar tu já tá sujo lá no banco. Então tu tem que ter persistência e tu tem que ter.. tu tem que ser uma pessoa que se diz “eu vou plantar, eu colher, eu vou pagar o banco” , tu tem que fazer isso. Se tu pegar um projeto e não pagar o banco tu já te suja e já não pode fazer mais nada.

- Religião/ Igreja

Entrevistadora Qual a religião que predomina no assentamento 24 de Novembro?

1 - Aqui predominam duas: a católica e a luterana.

Entrevistadora – Então é mais ou menos dividido?

1 – É dividido, é igual.

1) Houve, no assentamento, algum tipo de conflito que envolvesse a religião? Se sim, explique o por que.

1 – Aconteceu o seguinte, quando nós chegamos aqui era a católica e a luterana, foram as duas que deram mais apoio pra acontecer esse assentamento, porque aqui é por comodato. Daí foram as duas religiões aqui que deram mais apoio ao assentamento que era o Padre Luciano, do Capão do Leão, e o Pastor Nilo, na

época. O Padre Luciano foi embora, já é o terceiro padre ai agora, mas o fundamento da história era o apoio pelo o assentamento das duas religiões. Ai a gente celebrou ecumênico, que era Católica e Luterana junto, isso por quatro anos, e ai quando trocou o padre, ai o padre lá na época não aceitava celebrar ecumênico, quem era católico era, quem não era não participava. E a gente optou pra continuar sendo ecumênico, que ecumênico era duas religião, o culto era dirigido pelo padre e pelo o pastor, e o Padre Adelar quando veio pra cá ele não aceitou. E daí foi que a gente optou por fazer uma comunidade Luterana pra dar continuidade, pra dar sustentação daquele jeito que a gente tinha tido, pra dar continuidade do jeito que foi montado o assentamento, e o Padre não aceitou, então a gente montou uma Comunidade Luterana. Não foi por causa do pessoal que não aceitou o Padre, foi o padre que não aceitou ser ecumênico. Porque quando nós chegamos aqui era o Padre Sílvio na época, e ele optou por ser ecumênico, as duas religiões junto, e esse, quando trocou o Padre Adelar pra cá, não. Ele queria celebrar do jeito dele e queria colocar a Luterana de lado, e nós achamos né, que tanto as duas religiões ajudaram né...

2 – Conservador que faz isso.

1 – Dai foi o que deu. Tem ai umas 8 ou 10 famílias aqui dentro do assentamento que são luteranas. E o resto continua católico. Mas a gente assim ó, se eles fazem festa lá a gente vai lá, se a gente faz festa eles vêm aqui, os católicos e luteranos juntos. Porque a gente passou quatro anos juntos acampados né, uma amizade muito grande e continua né. Agora não é por causa do padre que a gente ia ficar inimigo né. A gente optou que o padre celebrasse pra eles lá e o pastor aqui.

Entrevistadora – É o mesmo padre ainda?

1 – Não, agora já é outro padre.

Entrevistadora – E esse é mais liberal?

1 – É mais liberal porque ele visita todas as famílias.

Entrevistadora – E mesmo assim não optaram de novo por fazer o Ecumênico?

1 - Não, ficou uma divisão assim e continuou.

2 – É coisa de religião né, cada um tem que ter a sua Igreja seja lá quem for, acho que tem que ter Deus junto né, porque basta nós saber que tristeza nós vivemos, assistimos né, alguma coisa na televisão, a gente vê que o povo ta lá abandonado né, então aqui já é um exemplo, pra nós que estamos aqui já é um povo mais

civilizado, porque pelo amor de Deus, o que a gente tem visto, que barbaridade, tem uns humanos que tão ai jogado.

Entrevistadora – Então a religião é uma maneira de tentar passar por cima desse sofrimento?

2 – É isso mesmo.

2) Quais são os papéis que da (s) Igreja(s) junto ao assentamento?

1 - Não, a única coisa que a gente tem são os cultos, as missas, e através daí tem pastor que vem visitar as casas, tem padre que vem e vai em todas as casas. Mas ajudar assim... até que agora nós tivemos uma grande audiência, porque nosso assentamento não é pelo o INCRA, ainda é nível de comodato e já vencido, há dois anos. A gente teve uma audiência aí com o reitor e com o INCRA pra ver se conseguia regularizar né... não teve envolvimento nenhum, nem da católica e nem da luterana.

Entrevistadora – Mas vocês viam esse apoio?

1 – Sim a gente via tanto do padre quanto do pastor que estavam de primeiro aqui a gente via, porque os dias das audiências eram as primeiras pessoas que estavam dentro lá do... quando foi pra fazer o comodato né.

2 – Só que foi assim o assentamento em si, a proposta do assentamento não seria o que ta sendo hoje, a proposta do assentamento era outra proposta que envolvia o assentamento e a Universidade, ai quando mudou, já começou as entidades quererem nos apoiar a conquistar a terra, a conquista do assentamento, ai que se adequaram, os assentados se adequaram, porque aquele projeto que tava lá no papel não funcionou.

1 – Nem podia funcionar também.

Entrevistadora – E qual era o projeto?

2 – Um projeto de extensão.

1 – Trabalho Coletivo. Na época o projeto que foi documentado foi uma associação de pesquisa e extensão coletiva que durou dois anos, e quando deu os dois anos se tivesse continuado não tinha mais assentamento hoje porque nós, na época, éramos 70 mão de obra, mas que trabalhavam eram, nem 20. Daí aqueles 20 trabalhavam pros outros que não trabalhavam, e daí o coletivo não fechou, trabalhamos dois anos assim e não fechou porque a gente fazia na base 14 horas por dia, eu trabalhava no refeitório, 5 horas da manhã eu levantava pra fazer café, até uma hora trabalhava no refeitório, depois ia pra lavoura ou pra horta, e mesmo assim tinham

peessoas que só apareciam lá pra comer e iam dormir, daí não tinha como funcionar. As famílias foram cansando e foram trabalhar pra si né, porque a gente trabalhou dois anos assim e nunca vimos um centavo, nunca pegamos dinheiro, as horas que a gente trabalhou não foram pagas, então tudo foi cansando né.

Entrevistadora – E quem demandava isso?

1 – Quem demandava isso era ai o Presidente, tesoureiro e secretário da cooperativa. Só que não existiu, de tudo que tu fazia não existia produto pra dividir, pagar as horas, porque daí em horas trabalhada, não existia produto, não existia dinheiro pra pagar, era muita gente.

2 – Era mais despesa.

1 – É, ai virava em despesa. Acabavam não pagando porque não existia produção, porque era muita gente. Nós éramos 70 pessoas, 20 trabalhavam e o resto não trabalhava, ai como é que vai sobrar dinheiro pra se pagar? Vira só em despesa. Não tinha. Desse jeito não dava pra viver mais, agora tu vai trabalhar pra não ter nada né, fazer 14, 15 horas por dia, miseriar, pra ficar sem comida né. A gente foi discutindo e achou a melhor forma cada um ir pro seu lote né, que isso aqui era tudo no coletivo, não tinha essa divisa de cerca, essas coisas, era tudo um campo, tudo no amor, todo mundo trabalhava junto, todo mundo comia junto, só tinha um barraco pra dormir, e daí tu vai trabalhar pra não ter nada né. Porque nós ficamos 4 anos acampado, 3 anos em assentamento de baixo de uma lona, porque 3 anos de assentamento nós não tínhamos dinheiro pra uma casa, e trabalhando né. A gente não foi embora, não desistiu, porque não tinha pra onde ir. Porque daí a gente mesmo dividiu isso aqui, a gente mediu, a gente mesmo fez o sorteio dos lotes pra cada família, cada família veio morar embaixo de uma lona, pra depois ir construindo as casas, e projeto pra casa não vem, nunca veio, isso aqui foi feito conforme cada um pôde fazendo, e agora chegando um projetinho ai de seis mil foi feita uma cozinha ali, mais foi o único projeto de casa que veio. O governo do estado era o PT, o governo federal é o PT, não adianta tu ter afinidade com o partido.

Entrevistadora – Isso que tu tá falando eu tava vendo esses dias na tv... dizem que dar terra é fazer a reforma agrária né...

1 – Essa é a reforma agrária...

2 – Depois eles dizem assim ó “não tem como dar terra pra esses vagabundos que eles não fazem nada”.

1 – É. Dar terra é uma coisa e viver dela, mas ter as coisas é bem difícil né.

2 – Porque é a mesma coisa tu chegar numa casa montada, e tu não ter dinheiro, tu não ter trabalho, tu não ter nada, só lá as coisas de casa.

1 – Nós moramos aqui oito anos pra se ter luz, abaixo de briga, e a nossa luz aqui veio na época do governo Olívio, que foi um projeto aí que se fez, nós fomos pedir... Mas não foi fácil, não foi fácil, tivemos que ir lá virar a mesa e colocar a mão na mesa pra acontecer isso aqui. Moramos aqui oito anos e sem luz, agora estamos numa briga aqui por água, que faz anos que nós pedimos um poço artesiano. Nós ainda temos as cacimbinhas aí que nós conseguimos ter água no inverno, mas chega o verão e seca, a prefeitura traz água, mais tem famílias lá em cima que moram no outro lado da barragem que buscam água lá depois da universidade, porque não tem. Eles vieram aqui no ano passado, fizeram perfuração do poço com pouco interesse, disseram que a água tava contaminada. Mas eu não acredito nisso, não acredito. A gente morando aqui em nível de mar aí pertinho, e dizem que todas águas tão contaminada. Eu não acredito nisso, eu acho que é pouco interesse.

2 – Porque a realidade é essa, enquanto a pessoa não tiver um contato, não chegar a um diálogo com a realidade, tu vai julgar diferente, porque não é tu... Por exemplo, ah tu tá lá há 5, 6 anos lá, 10 anos longe de mim, daí tem uns que dizem “ah o Sebastião é isso, o Sebastião é aquilo...”, mas no momento que nós tiver um diálogo... Tiver um conhecimento, aí tu vai saber qual é a legítima realidade, porque na verdade a notícia, a mídia é muito distorcida né, ela distorce a realidade, é preciso ver. Mas se tu conhecer a realidade do dia-a-dia...

1 – Porque tem pessoas que tão arrendando aí... ó tão arrendando ó...

Entrevistadora – Algum motivo há então...

1 – “Eles tão ganhando dinheiro lá, eles querem terra pra arrendá”. Mas não é a realidade, tem pessoas que, aqui nós, o nosso lote tem pouca diferença dos outros né, que dá do campo aí umas plantinhas até que dá né, mas têm pessoas qui que mora no meio da água, como é que essas pessoas vão, tu não tem uma estrutura, tu não tem um maquinário, como é que tu vai plantá? Aí o que vai fazer, ele acaba arrendando pro fulano plantá lá pra me manter... ele que vai me manter aqui né, a grande realidade é essa. São pessoas que acham que tudo é igual.

2 – O que acontece dentro dessa realidade ó, acontece o seguinte aqui, aqueles que vem arrendar dá certinho com o jeito de administração que nós temos aqui no país, o que acontece ó, se tu tem o banco vai te dar, se tu não tem, não dá, não pode dar. Como é que vai pagar? Entende... Não é a pessoa humana, não é a evolução da

pessoa humana, é poder com poder, entende. Então é melhor arrendar. O que vai lá arrendar tem empréstimo, mas o coloninho que ta ali ó sofrendo, ele não tem dinheiro... ele tem empréstimo, mas não vai pagar, como é que vai pagar? Então é essa coisa que de repente muita gente ta enganado, ta mal informado.

1 – E isso é nos assentamentos a nível de país, porque todo mundo entra nos assentamentos do mesmo jeito né, sem nada, lá com as trouxas nas costas, os filhos puxados pela mão e morando debaixo de uma lona, se tu não tiver persistência pra ti ter as coisa, pra ti fazer, né... vão dizer “ah o governo dá terra pros colonos, os colonos vendem ou arrendam.

2 – Mas aí que perguntem pra nós a gente ta ganhando alguma coisa do governo.

1 – E aqui assim ó, eu não sei se é por ser o jeito do nosso lote assim, quantas pessoas chegam aqui e perguntam “vocês fazem parte do assentamento?”.

Entrevistadora – Capaz?!

1 – Ihhh, muitas. Eu não sei se é pelo jeito da morada ou... Porque quando a gente chegou aqui, isso aqui era um cupinzal ai ó, quase até a frente da casa e campo, e tudo isso aqui a gente fez, fomos arrumando aos poucos.

2 – Isso aqui quando nós chegamos aqui, ai o que aconteceu, dois ou três anos que a gente tava aqui ó, que saiu um projetinho, primeira coisa que eu fiz foi comprar uns dois bois, ai essa mulher velha com a cavadeira que ta ali, cavar, desmanchar cupim e eu com os bois lavrando o campo, e... Dava no pino, que era cheio de pino no meio do campo, arrancava, chegava num pino daquele, eu arrancava ele a enxadão, machado... Então quer dizer, quem olha hoje a minha morada vai dizer “ôaa” né, mas da pra retumbar com barraquinha, com loninha podre, se tivesse um vendaval passava mal porque nunca tinha ninguém aqui.

1 – Hoje tu vai lá na secretária de agricultura, vem o trator, ai tu faz aquela horta, ai tu faz um monte de terra, mas até chegar nessa ai, não foi fácil.

2 – Então quer dizer que assim, na realidade poucos querem ter conhecimento, quase todo mundo quer desconhecer, que é pra conversar com a mesma língua do poder, porque conversar com a língua do poder é muito mais fácil do que enfrentar a realidade.

3) O que aprenderam através da palavra de Deus?

1 – Aqui ou desde o começo?

Entrevistadora – Desde sempre, a Igreja, religião na tua vida. O que tu aprendeu com a religião?

1 – Eu acho que a gente aprendeu isso ai já vem de família, o pai da gente né, botava na escola, depois nós começamos a estudar na catequese pra comunhão, na catequese pra fazer a crisma, pra fazê casamento, eu acho que na religião a gente não aprendeu desde que entrou no movimento, a gente vê isso de família, já é de família porque, qual é o pai e qual é a mãe que não vão querer... é uma tradição, eu acho que já é uma coisa de família né. Desde o tempo da vó da gente, lá o pai domingo e a mãe com os filhos nas missas né. A gente sempre foi assim né. Eu me criei assim, criei meus filhos assim, e continuo com meus netos, seja lá quem... entendeu?

Entrevistadora – Aham.

1 – Acho que tem uma coisa de família, a religião.

2 – É eu penso assim, que a religião é uma coisa assim ó, desde o início do mundo existiu alguém que fez esse mundo, existiu alguém que colocou essa unidade e tudo que ta aí ó, o mundo, que principiou isso, e isso que ta havendo, que ela já não é que seja uma tradição, ela é um compromisso né, com alguém que criou esse mundo né. Então acho que a gente aprendeu mais, a primeira coisa que a gente aprendeu foi isso né, porque amando a Deus, ama todas as coisas né. Então acho que é dentro disso aí que vêm as leis da Igreja que nos visitam né.

4) Existe algum grupo formado pelas Igrejas dentro do assentamento?

1 – Não.

Entrevistadora – Nenhum grupo atua?

1 – Nenhum.

Entrevistadora – Bom então ficamos por aqui mesmo gente, muito obrigada.

## **APÊNDICE E – Entrevista aberta aplicada a uma coordenadora do assentamento 24 de Novembro**

- O MST e o Assentamento

1) Como se chama o assentamento?

Coordenadora – 24 de Novembro, que foi o dia que nós conquistamos essa terra.

Entrevistadora – Ta, mas eu fui lá no outro assentamento e eles me disseram que é 24 de Novembro também? Me conta essa história.

Coordenadora – No papel é “Construtores da Palma – 24 de Novembro”, mas tu sabe por que aquele assentamento lá é 25 de Outubro, mas tinha um líder deles muito sem vergonha (...), nós fizemos um projeto pra luz aqui, que nós só tinha uma luz até ali né, e aquela luz era o tempo, uma nuvem no céu a gente já ficava sem luz, e nós fizemos um projeto e mandamos pro governo, o governo aprovou a luz pra todos, porque só nós aqui que tinha luz, porque puxamos né, daquela luz que tinha aí, os outros mais pra lá ninguém tinha luz. Então foi aprovado nosso projeto da luz tudo né, e como aquele outro lá do outro assentamento é muito sem vergonha né, ele foi lá no INCRA, não sei como, ai pegou, botou o nome do nosso assentamento e colocou como se fosse o deles. E a luz que era nossa fizeram pra eles lá. Depois nós fizemos outro projeto. Sei lá eu como é que entraram na conversa. Ai ficou, acho que lá o nome tá no papel do nosso assentamento de “Construtores da Palma”.

2) Como se formou o assentamento?

Coordenadora – Primeiro nós chegamos aqui, e ai conquistamos essa terra aqui em 24 de Novembro. Vai fazer 17 anos. Daí saiu o assentamento, nós concluímos o refeitório, todo mundo comia junto né, ai os primeiros projetos que vinham pra nós foi de gado de leite, todo mundo conseguiu umas vaca e todo mundo trabalhava junto, mais daí naquelas tem uns que já diziam que não ia dá, saiam pra tirar terra e fazer o que eles queriam, que o pedaço de terra é deles né, o negócio de trabalhar tudo junto às vezes não dá certo, família com família né, daí chegava projeto pra nós de máquina, mas nós não tinha como fazer uma casa, daí desse projeto nós fomos tirando uma beiradinha pra fazer casa né, porque nós não ganhamos um tostão pra nós, os outros assentamentos ganham dinheiro pra fazer casa, nós não ganhamos

um centavo, ai nós tiramos o dinheiro, compramos menos máquina e saímos fazendo casinha. Ai nesse projeto que fizemos a casa, ai veio o material, e foi com esse projeto que dividiu, cada um pegou seu lote daí. Foi trabalhar individual.

3) Quantas famílias foram assentadas aqui naquela época?

Coordenadora – 26 famílias.

4) Quantas famílias estão assentadas neste assentamento hoje?

Coordenadora – 22 famílias.

5) De onde, quais localidades são as famílias que hoje fazem parte do assentamento?

Coordenadora – De tudo que é parte. Cada um é de um lugar.

6) Existem grupos formados pela Igreja aqui no assentamento?

Coordenadora – Tem dos jovens.

Entrevistadora – E eles se reúnem?

Coordenadora – Se reuniam, mais agora os mais velhos casaram, ficaram só os mais novos, tamo fazendo aqui reunião pra ver se organizam outro grupo.

- Produção

1) Quais são as atividades do assentamento?

Coordenadora – Um pouco de tudo né, é o leite, feijão, moranguinho, pepino em conserva né, e coisa de horta.

2) O que é feito com a produção?

Coordenadora – É vendido pras pessoa direto e pra indústria.

**APÊNDICE F – Entrevista semi-estruturada e aberta aplicadas a uma família do assentamento 25 de Outubro**

- Identificação 1º integrante da família::

1) Idade:: 47

2) Sexo: ( )feminino (x)masculino

3) Estado Civil: ( )casado(a) ( )solteiro(a) ( )divorciado(a) ( )viúvo(a) (x) união estável

5) Escolaridade: (x)ensino fundamental incompleto ( )ensino fundamental completo ( )ensino médio incompleto ( )ensino médio completo ( )ensino superior incompleto ( )ensino superior ( )pós-graduação ( ) analfabeto

6) Qual é/ era a ocupação dos pais? Agricultores arrendatários

7) Onde morava a família antes de ser assentada? Rondinha

8) No que o (a) Sr. (a) se ocupava (de onde vinha a renda) antes do assentamento? arrendatário

9) Há quanto tempo o (a) Senhor (a) entrou para o movimento? 15 anos

10) Há quanto tempo é morador deste assentamento? 14 anos

11) O (A) Sr. (a) já desempenhou/ desempenha algum cargo no assentamento?

(x) Sim, cargo: é coordenador ( ) Não

12) Quanto tempo o (a) Sr. (a) desempenhou/ desempenha este cargo? Há 4 anos

- Religião/ Igreja

1) Qual a tua religião? (x) Católica ( ) Pentecostal ( ) Luterano ( ) Espírita

( )nenhuma ( )Outra, qual? \_\_\_\_\_

- Política

1) Com qual desses partidos políticos o (a) Sr. (a) tem afinidade? ( )PT ( )PSB

( )PL ( )PSOL ( )PSTU ( )PSDB ( )PCB ( )PC do B ( )PV (x)nenhum ( )outro, qual? \_\_\_\_\_

2) O (A) Sr. (a) é militante/filiado a este partido? ( ) Sim (x) Não

- Identificação 2º integrante da família:

1) Idade:: 49

- 2) Sexo: feminino ( )masculino
- 3) Estado Civil: ( )casado(a) ( )solteiro(a) ( )divorciado(a) ( )viúvo(a) união estável
- 5) Escolaridade: ensino fundamental incompleto ( )ensino fundamental completo ( )ensino médio incompleto ( )ensino médio completo ( )ensino superior incompleto ( )ensino superior ( )pós-graduação ( )analfabeto
- 6) Qual é/ era a ocupação dos pais? Agricultores
- 7) Onde morava a família antes de ser assentada? Nonoai
- 8) No que o (a) Senhor (a) se ocupava (de onde vinha a renda) antes do assentamento? arrendatário
- 9) Há quanto tempo o (a) Sr. (a) entrou para o movimento? 15 anos
- 10) Há quanto tempo é morador deste assentamento? 14 anos
- 11) O (A) Senhor (a) já desempenhou/ desempenha algum cargo no assentamento?  
 Sim, cargo: foi coordenadora da comunidade católica ( ) Não
- 12) Quanto tempo o (a) Senhor (a) desempenhou/ desempenha este cargo? Por 2 anos

- Religião/ Igreja

- 1) Qual a tua religião?  Católica ( ) Pentecostal ( ) Luterano ( ) Espírita ( ) nenhuma ( ) Outra, qual? \_\_\_\_\_

- Política

- 1) Com qual desses partidos políticos o (a) Sr. (a) tem afinidade? ( )PT ( )PSB ( )PL ( )PSOL ( )PSTU ( )PSDB ( )PCB ( )PC do B ( )PV nenhum ( )outro, qual? \_\_\_\_\_
- 2) O (A) Sr. (a) é militante/filiado a este partido? ( ) Sim  Não

- O MST e o Assentamento

- 1) Através do que conheceram o MST?

1 – Lá onde a gente morava, nós fazia parte da CPT, e já tinha assentamento na volta que nós morava lá, já tinha assentamento, ai a gente conheceu o Movimento, e outra é que nós queria um pedaço de terra, que nós tentava sempre trabalhar, fazer dinheiro pra comprar a terra mas nunca, nunca conseguia né. Daí eu sei que nós resolvemos entrar no Movimento pra conseguir terra pra sobreviver.

- 2) Por que vocês entraram para o Movimento?

1 – É como eu tava te dizendo, pra pegar um pedaço de terra, pra pegar um lugar pra morar, ter um endereço, como se diz.

3) Quais são os objetivos do Movimento?

1 – O bem-estar da família né.

2 – Bem-estar da família.

1 – Sustenta a família e o bem-estar da família.

4) Quem são as pessoas que lutam pela a reforma agrária?

1 – São da região, de toda...

2 – Não tem como medir isso aí.

Entrevistadora – Mas as pessoas são da cidade ou do rural?

2 – Até tem da cidade, mas são filhos de agricultor.

1 – São filhos dos assentamentos. São filhos dos agricultores que perderam suas terras porque não puderam pagar, ou venderam porque acharam que na cidade era melhor, e os filhos voltaram pra terra de novo.

5) Quais são os problemas que a reforma agrária soluciona?

1 – Olha eu acho que faz bastante coisa que ela soluciona, porque, avaliando nós mesmo, vamos supor, se nós não tivesse conseguido conquistar um pedaço de chão, sem a reforma agrária, não tinha onde estar hoje. Não se sabe onde ia estar hoje, se na cidade, se numa favela, na roça... Nós a única coisa que sabemos fazer é trabalhar na lavoura, aí conseguir emprego também hoje em dia não é fácil, aí não saberia te dizer onde eu poderia estar hoje.

6) Pra que serve a reforma agrária na vida das pessoas?

1 – É uma forma de emprego né, porque pra mim isso aqui é um emprego, a reforma agrária ajuda no emprego, pra não inchar a cidade né, porque se não tem emprego na agricultura o povo vai pra cidade.

2 – Encher as vilas né, vão viver do que?

1 – Aí fica mais difícil né.

7) Qual o significado da terra em suas vidas?

1 – Significa tudo, é o pão de cada dia.

8) O que é necessário para que se tenha direito à terra?

1 – Olha, eu acho que direito a terra, no meu entender, todos têm direito a terra.

2 – Deus não vendeu a terra, Deus deu pra todo mundo.

1 – Deus deu pra todo mundo pra nós sobreviver né. Só que como se diz apareceu o capital, botaram valor na terra, daí ficou mais difícil, mais eu acho que a terra ela foi feita pro povo né, pra produzir alimentos, não é assim, dar pra outras coisas.

9) O que foi necessário para conquistar a terra?

1 – Se organizar e lutar.

2 – É a organização que faz.

-Religião/ Igreja

1) Quais os papéis das Igrejas junto ao assentamento?

1 – É eu acho que é, como se diz, trazer uma palavra de conforto né. Tem que acreditar também em Deus, e o papel da Igreja é ajudar né, trazê uma palavra de conforto espiritual.

2) O que aprenderam através da palavra de Deus?

1 – Acho que é, como se diz, o respeito com as famílias.

2 – Compartilhar as coisas.

1 – Compartilhar as coisas, não ser egoísta, orgulhoso.

3) De que maneira a Igreja ajudou vocês a conquistarem a terra?

2 – Iam no assentamento, os Freis iam, padres iam... Conversavam, diziam que era pra ter fé que chegava... o padre ajudou muito nós. Também com roupa pras criança. Na nossa época o acampamento não era que nem hoje.

1 – A gente apanhava por causa da alimentação, fazia coleta né e nós distribuía no acampamento.

Entrevistadora – A crença em Deus ajudou vocês na luta pela terra?

1 – Com certeza.

2 – E a gente sempre foi católico desde os nossos antepassados, desde nossos avôs aí, é uma coisa que ajuda.

3) Hoje como Deus e a Igreja ajudam em suas vidas?

2 – Manter a união da gente, manter amizade.

1 – A gente acredita e tem fé né, se a gente produz é ele que manda né, a gente planta uma planta, como se diz, na fé que Deus vai ajudar a produzir né essa planta, que vai dar frutos pra nós.

Luciana – Então ta era isso mesmo. Muito Obrigada.

## **ANEXO G – Entrevista aberta aplicada a um coordenador do assentamento 25 de Outubro**

- O MST e o Assentamento

1) Como se chama o assentamento?

Coordenador - "24 de Novembro".

Entrevistadora – Esse é 24 de Novembro?

Coordenador– É o outro lá eles chamam de 24 de Novembro, mais lá são "Construtores da Palma" o certo, lá no INCRA é Construtores da Palma. Foi o INCRA que trocou os nomes.

Entrevistadora – Não era 25 de Outubro?

Coordenador – Era 25 de Outubro nós que coloquemos, mas o INCRA colocou 24 de Novembro. E o outro que era 24 de Novembro, o INCRA colocou Construtores da Palma. Porque era uma associação né, é o nome da associação.

Entrevistadora – Então vocês ficaram como 24 de Novembro, mas o assentamento não foi formado em 25 de Outubro?

Coordenador – Não. O assentamento foi começado dia 25 de Outubro, eu cheguei. Por isso essa data. Daí pra diferenciar né, a gente diz "24 de Novembro Embrapa" e "24 de Novembro Palma".

2) Como se formou o assentamento?

Coordenador – Foi o seguinte, aqui é uma área que ela tava sendo concedida pela Embrapa pra fazer assentamento, a gente tava no acampamento, e tinha oitocentas e poucas famílias, e como a área comportava só 15 famílias, aí foi feito grupos de 15 famílias, 84 grupo de 15 famílias. Aí foi sorteado, e desses 84 grupos, o nosso que era o nº 21 que foi sorteado pra cá e se formou o assentamento. Há 14 anos.

3) Quantas famílias foram assentadas aqui naquela época?

Coordenador - 15

4) Quantas famílias estão assentadas neste assentamento hoje?

Coordenador - 15

5) De onde quais localidades são as famílias que hoje fazem parte do assentamento?

Coordenador – Do Alto Uruguai, a maioria do Norte do Estado.

- Produção

1) Como é a forma de organização da produção no assentamento hoje? Por que?

Coordenador – É individual, coletivo são muitas cabeças pra pensá e cada um tem um sistema, tem uma cultura, é difícil. Um é mais ligeiro, outro é mais lento, ai o ligeiro reclama com o lento. O nosso aqui durou 1 ano. E as pessoas não se conhecem né, talvez o coletivo pode ser formado ao longo dos anos, agora chega assim todo mundo estranho querê trabalhá no coletivo, não...

O assentamento foi formado em que ano?

Coordenador – 1996.

2) Quais são as atividades econômicas do assentamento?

Coordenador – Leite, arroz, hortaliças, morango e gado de corte.

2) O que é feito com a produção?

Coordenador – O leite é entregue pra indústria, pra Consulat, os pepinos também é pra indústria, a Oderich, e o morango é vendido de porta em porta. E os arroz, que aqui plantam arroz também, ai é vendido pros engenhos.

Luciana – Era isso mesmo. Muito Obrigada!